UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

CARLA JANAÍNA DE FREITAS PEREIRA

**A Nova Luz:
Requalificação Urbana e Representações do Centro Paulistano**

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

**A Nova Luz:
Requalificação Urbana e Representações do Centro Paulistano**

Versão Corrigida

CARLA JANAÍNA DE FREITAS PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderli Custódio

São Paulo
2017

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
© reprodução total

P436

Pereira, Carla Janaína de Freitas

A Nova Luz : requalificação urbana e representações do Centro paulistano / Carla Janaína de Freitas Pereira -- São Paulo, 2017.

Orientadora : Profa. Dra. Vanderli Custódio.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade.

Versão do título para o inglês: The New "Luz" : urban requalification and representations of downtown São Paulo.

Descritores: 1. Nova Luz 2. Cracolândia 3. Representação (Filosofia) 4. Geografia Urbana 5. História Cultural I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD44/2017

CDD 323.4

PEREIRA, C. J. F. **A Nova Luz:** requalificação urbana e representações do Centro paulistano. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____

Julgamento:_____

AGRADECIMENTOS

À professora Vanderli Custódio por seu trabalho diligente e valorosa orientação. Obrigada pelo apoio que sempre dispôs.

Aos professores Glória da Anunciação Alves e Jaime Tadeu Oliva pelas contribuições na qualificação.

Ao Jair Diniz pelas conversas que inspiraram o tema deste trabalho, pela convivência, compreensão e companheirismo. Obrigada por compartilhar comigo as angústias e as conquistas durante todo o período dedicado ao mestrado.

Aos amigos pelo incentivo e pela torcida. Agradeço ao Stanley Plácido pelas conversas que me convenceram sobre a possibilidade de realizar esse estudo. Ao Evaldo Moreira, pelas conversas que acuram a leitura do mundo. Às amigas Érica Cavalcante e Cynthia Delboni pelo cuidado e pelas risadas sempre.

Aos meus pais, ao meu irmão Douglas Pereira e à minha irmã Juliana Pereira, por tudo.

RESUMO

PEREIRA, C. J. F. **A Nova Luz:** requalificação urbana e representações do Centro paulistano. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho insere-se no campo da Geografia Urbana e da História Cultural objetivando apreender as representações difundidas e elaboradas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a região da Luz, no centro da cidade de São Paulo, entre os anos de 2005 e 2012. Ademais, visa estabelecer as relações entre tais representações e as práticas de requalificação urbana propostas para a referida região pelo Poder Público, em especial o projeto Nova Luz (2005-2012). A tendência em curso de intervenção urbana no Centro de São Paulo com vistas a garantir a reprodução do capital foi reforçada, no período abordado, pelo projeto da Prefeitura de São Paulo de transformar a “cracolândia” em “Nova Luz”. Nesse sentido, o Poder Público Municipal foi da instalação de equipamentos culturais à criação de instrumentos urbanísticos para a atração de atividades tecnológicas, passando frequentemente pelas ações de repressão policial. Considerando a imprensa como força socialmente ativa, as representações que veicula estão marcadas por práticas sociais compartilhadas com parte dos leitores, ao mesmo tempo em que geram ou legitimam-nas. Como resultado, a representação da região da Luz como uma região degradada, cuja construção, difusão e compartilhamento se deram pela mídia jornalística, pelo Poder Público e por parte da população, engendrou e legitimou as propostas de requalificação a ela dirigidas.

Palavras-chave: Nova Luz. Cracolândia. Representação (Filosofia). Geografia Urbana. História Cultural.

ABSTRACT

PEREIRA, C. J. F. **The New “Luz”**: urban requalification and representations of downtown São Paulo. 2017. 137 f. Master’s dissertation – Brazilian Studies Institute, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This work is inserted in the field of Urban Geography and Cultural History aiming to approach the representations widespread and elaborated in the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* about the area of Luz, in the center of São Paulo city, between 2005 and 2012. Furthermore, it aims to establish the relations between those representations and the practices of urban requalification proposed to the referred area by Public Authorities, in particular the Project “Nova Luz” (2005-2012). The tendency in course of the urban intervention in the center of São Paulo in order to guarantee the capital reproduction was reinforced, in the period mentioned, by the City Hall of São Paulo Project aiming to transform the crackland into “Nova Luz”. That way, the Municipal Public Authorities went from the installation of cultural equipment to the creation of urbanistic instruments to generate technological activities, frequently passing through actions of police repression. Considering the press as a socially active force, the representations that it releases are marked by social practices shared with great part of the readers, whilst generate or legitimize them. As a result, the representation of the Luz area as a degraded region, whose development, diffusion and sharing occur by the press media, by Public Authorities and by part of the population, engenders and justifies the proposals of requalification addressed to them.

Key words: Nova Luz. Crackland. Representation (Philosophy). Urban Geography. Cultural History.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades a serem desenvolvidas no perímetro abrangido pela Lei de Incentivos Seletivos.....	34
Quadro 2 – Programa Ação Centro: ações e recursos realizados até 2004.....	36
Quadro 3 – Procento 2005: reformulação das ações do programa na gestão Serra/Kassab.....	37

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área de intervenção do projeto Nova Luz.....	43
Mapa 2 – Setores do projeto Nova Luz.....	44
Mapa 3 - Zonas Especiais de Interesse Social na Nova Luz.....	45

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Setor Cultural e Entretenimento.....	61
Imagem 2: Setor Cultural e Entretenimento 24 horas.....	61
Imagem 3: Perfis de moradores atuais e futuros no perímetro do projeto Nova Luz.....	64
Imagem 4: Exemplos de futura utilização do espaço público no Largo General Osório.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de circulação diária dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> (FSP) e <i>O Estado de S. Paulo</i> (OESP) entre os anos de 2005 e 2012.....	74
Tabela 2 – Os maiores jornais do Brasil de circulação paga – Ano 2012.....	74
Tabela 3 – Quantidade de notícias sobre a “cracolândia” e/ou “Nova Luz” nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i> , entre os anos de 2005 e 2012.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO À PRODUÇÃO URBANA DA LUZ.....	11
1.1 Centro e centralidade urbana.....	13
1.2 O centro urbano como espaço da reprodução capitalista.....	18
1.3 O centro de São Paulo e a região da Luz.....	22
CAPÍTULO 2 – O PROJETO NOVA LUZ.....	32
2.1 Nova Luz: as diversas etapas do projeto e seus instrumentos legais e urbanísticos.....	32
2.1.1 Lei de Incentivos Seletivos.....	32
2.1.2 O Procentro e suas intersecções com o projeto Nova Luz.....	35
2.1.3 Operação Urbana Centro.....	38
2.1.4 Concessão Urbanística.....	39
2.1.5 Plano Urbanístico Específico elaborado pelo consórcio Nova Luz.....	42
2.2 Renovação, revitalização, requalificação ou gentrificação urbana?.....	46
2.2.1 Renovação urbana.....	47
2.2.2 Revitalização urbana.....	48
2.2.3 Requalificação urbana.....	49
2.2.4 Gentrificação.....	50
CAPÍTULO 3 – OS VEÍCULOS DAS REPRESENTAÇÕES.....	53
3.1 O estudo das representações como caminho teórico-metodológico.....	53
3.2 O Poder Público como veiculador de representações.....	60
3.3 O papel da mídia jornalística na veiculação de representações.....	67
CAPÍTULO 4 – A REGIÃO DA LUZ NOS JORNAIS PAULISTANOS ANALISADOS.....	73
4.1 Entre a “Cracolândia” e a “Nova Luz”: as representações veiculadas nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i>	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
APÊNDICES.....	112
ANEXOS.....	122

INTRODUÇÃO

As páginas das mídias jornalísticas estamparam no período recente grande quantidade de notícias sobre uma parte específica do Centro da cidade de São Paulo, conhecida como região da Luz. Essa região abrange ruas pertencentes majoritariamente ao distrito do Bom Retiro, mas também aos distritos de Santa Cecília e República, todos localizados no perímetro da Subprefeitura da Sé, no Centro considerado antigo da cidade de São Paulo. O distrito do Bom Retiro possui 33.892 habitantes (Censo 2010) e agrega forte atividade comercial, marcada pela presença de comércio varejista e atacadista de confecções em ruas que são referências da indústria da moda no Brasil, como a José Paulino e a São Caetano. Outra concentração de comércio especializado na região da Luz é aquela desenvolvida na Rua Santa Ifigênia e proximidades, no distrito da República. O comércio dinâmico da Rua Santa Ifigênia consolidou-se no ramo dos produtos eletroeletrônicos e atrai milhares de visitantes diariamente.

Objeto de diversos projetos urbanísticos de requalificação desde a década de 1970, a região da Luz ganhou notoriedade na imprensa em torno de dois assuntos principais: a presença de usuários e do tráfico de drogas, particularmente de crack que lhe valeu o título de “cracolândia”, e do projeto de requalificação urbana Nova Luz, concebido e fomentado na gestão municipal Serra/Kassab (2005-2012). Nesse sentido, este estudo objetiva identificar as representações acerca da região da Luz, construídas a partir dos debates recentes (2005-2012) veiculados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Analisaremos também o projeto Nova Luz, no período entre os anos de 2005 e 2012, datas da apresentação pública do projeto e do fim da gestão José Serra/Gilberto Kassab, respectivamente. Assim, buscaremos relacionar as representações difundidas sobre a região da Luz com as práticas propostas no projeto Nova Luz, partindo da conjectura de que as proposições expressas no projeto pretendem atrair uma população de maior poder aquisitivo e acarretariam a exclusão de setores da população atual da Luz. Para tanto, contam com a estigmatização da área, apoiada inclusive nas representações compartilhadas pela imprensa.

A apreensão dos projetos de intervenção urbana para a região da Luz e suas implicações na dinâmica espacial, bem como os interesses e conflitos sociais envolvidos nesse processo, inserem este trabalho no campo das análises da

Geografia Urbana. Nesse domínio de estudo, a cidade, pode ser compreendida como expressão e significado da vida humana em determinada sociedade e tempo histórico. No capitalismo em curso, pode também ser analisada como condição para a reprodução do capital. De acordo com Carlos (2007, p. 16) “o capital financeiro para se realizar hoje, o faz através do espaço, isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial”. No bojo desse processo, o Estado atua como provedor de infraestrutura para o estabelecimento dos novos setores econômicos e exerce o seu poder de (re) definir os usos do espaço. Ele o faz a partir da aplicação de políticas públicas que favorecem determinado setor da economia, ao mesmo tempo em que assume o discurso do interesse público, ou seja, apresenta o benefício privado como benefício social. É nesse quadro que podemos compreender os projetos contemporâneos de requalificação urbana como um processo que almeja a revalorização do solo urbano, como no caso do projeto Nova Luz.

Para nós, a cidade, além do domínio da Geografia Urbana, é também objeto da História Cultural e pode ser compreendida como lugar da cultura e os comportamentos culturais urbanos como sistemas de comunicação. Ou seja, o estudo dessas dimensões na História refere-se aos mecanismos de produção de objetos culturais, mas também aos seus mecanismos de recepção, considerando o processo comunicativo. Dessa forma, abre-se a possibilidade de abordar “discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais” (PESAVENTO, 2004, p. 78). Do mesmo modo, busca-se nos pressupostos teóricos e metodológicos de ambos os campos, o arcabouço para compreender os processos de elaboração e difusão de representações sobre a cidade, em especial sobre a região da Luz, e suas relações com as práticas políticas vigentes.

Para apreendermos os processos de elaboração e difusão das representações sobre a região da Luz nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, partimos da perspectiva, já bastante consolidada na historiografia, de que a imprensa, assim como as demais fontes históricas, é um documento/monumento (LE GOFF, 1990); ou seja, ela não apresenta testemunhos neutros e objetivos, e deve ser analisada como suporte da prática social produzida a partir do lugar social que ocupa em um determinado tempo (CRUZ, 2007). Assim, distanciamo-nos das ressalvas positivistas em relação aos usos da imprensa como fonte histórica por força de sua parcialidade e falta de objetividade. Ao contrário, é precisamente a atuação da imprensa como

força socialmente ativa que nos interessa.

Priorizaremos neste trabalho a análise de representações da região da Luz que se relacionam com propostas de requalificação e que contemplam um julgamento do que se deve preservar e do que se deve eliminar em determinado lugar. Esse processo carrega em seu bojo a criação de um léxico para significar os espaços e agentes como bons ou maus, desdobrando-se correntemente em determinações legais de organização cidadina que projetam um horizonte de expectativa em relação à cidade. Nesse sentido, analisaremos as representações e as práticas do Poder Público Municipal transcritas nos documentos produzidos no escopo do projeto Nova Luz e nos demais instrumentos administrativos e legais vinculados a ele.

Para atingir o objetivo proposto, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro aborda a produção do espaço urbano a partir das estratégias de desenvolvimento do capitalismo considerando as contradições no processo de sua apropriação, com destaque para o papel do Centro e das áreas de centralidade. Além disso, traçou-se um breve quadro de como o Centro de São Paulo e a região da Luz estão inseridos nesse contexto. O capítulo dois contempla as diferentes etapas do projeto Nova Luz, os instrumentos urbanísticos e legais que o sustentaram, bem como a compreensão dos elementos que o caracterizaram como um projeto de requalificação urbana. Desenvolveu-se no terceiro capítulo a análise das representações envolvidas no projeto Nova Luz, veiculadas pelo Poder Público Municipal e o estudo dos elementos que caracterizam a produção jornalística e seu modo específico de construir e difundir representações. Por fim, a análise das representações compartilhadas pelos jornais em estudo foi empreendida no quarto capítulo, buscando-se relações entre elas e a produção do espaço urbano na região da Luz.

CAPÍTULO 1

DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO À PRODUÇÃO URBANA DA LUZ

Como um produto social, o espaço urbano está intimamente ligado à realidade social no qual é produzido, em determinado tempo, não se constituindo uma realidade material independente, uma forma ou um palco onde os seres humanos desenrolam a sua história, pois a produção do espaço e a produção da vida, do humano, são indissociáveis. A materialidade inerente ao espaço, vivida na realidade cotidiana, condiciona as relações sociais e é, concomitantemente, representação dessas mesmas relações. Ou seja, a produção do espaço é condição, meio e produto da ação humana (CARLOS, 2015, p. 14). A noção de produção, para além de sua dimensão econômica, abarca no que se refere ao espaço o conjunto das ações e relações dos grupos sociais ao longo do processo histórico. A reprodução da vida humana, que envolve os mais variados aspectos, como alimentação, moradia, trabalho, estudo, lazer, família, amigos, reprodução biológica, entre outros, se realiza em espaços determinados, produzidos para atender as necessidades elegidas como significativas à existência. Igualmente, há outros planos nos quais ocorrem a produção do espaço e a reprodução da sociedade, quais sejam o plano político e o econômico, que envolvem a normatização do espaço, a dominação da sociedade e a reprodução do capital por intermédio da reprodução do espaço.

O atual processo de produção da cidade, com a expansão da urbanização e da sociedade urbana em escala mundial, materializa-se em novas relações sociais, novas estruturas e formas materiais que na maioria das vezes se opõe às antigas, então consideradas degradadas, acentuando tanto os movimentos de preservação quanto os de transformação do espaço. Por um lado, verifica-se a tendência à homogeneização do espaço, produzido como mercadoria a se realizar no mercado imobiliário e, por outro a sua fragmentação em função dele se constituir como propriedade privada. Nesse movimento, a historicidade do espaço tende a ser suprimida pela construção de modernos edifícios e espaços de cultura e lazer para atender as necessidades de realização do capital financeiro por meio da produção do espaço, tendo como implicação as mudanças nos usos dos lugares ou mesmo a destruição da produção espacial anterior, em face da inviabilidade da ocupação de novas áreas nas periferias das metrópoles. Quanto à acentuação dos movimentos de preservação, na maior parte das vezes ela se refere à utilização de conjuntos

arquitetônicos históricos, considerados em sua potencialidade de valorização de determinado lugar em função da diferenciação que lhes proporciona, contraditoriamente desejada no contexto da mundialização da sociedade urbana. É importante considerar também, ainda que neste trabalho esse aspecto não seja aprofundado, os movimentos sociais de resistência às transformações urbanas que partem do mercado, ações descoladas da maioria daqueles que reproduzem as suas vidas cotidianas em determinado espaço.

Dessa forma, no sistema capitalista contemporâneo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível. De acordo com Carlos (2015, p.17), a produção do espaço como movimento da acumulação divide-se em dois momentos,

a) o espaço produzido se torna mercadoria que se assenta na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza, articulando-se às necessidades da habitação e da construção morfológica da cidade; b) momento de sua reprodução: em que, sem desprezar o primeiro momento, o circuito de realização do capital no movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro redefine o sentido do espaço que assume também a condição de produto imobiliário – matéria-prima da valorização do capital potencial.

A produção do espaço, realizada socialmente, é apropriada de maneira privada por meio da compra, venda e troca de parcelas do espaço. Segundo Lefebvre (1999, p.140), não se trata mais da comercialização da terra ou do solo, mas do espaço social produzido como tal, inserido não apenas na produção da mais-valia, como também em uma estratégia de reorganização completa da produção, subordinada aos centros de decisão, configurando a produção global e total do espaço social. Contraditoriamente, a apropriação privada do espaço gera limites à expansão do próprio capital devido à conversão do espaço em “raridade”, na medida em que ele entra como valor nos processos de troca e reprodução da riqueza. Se essa valorização e “raridade” não ocorrem em todo e qualquer espaço, com certeza estão associados às áreas de centralidade, nas quais tradicionalmente se localizam os setores de serviços.

Para solucionar tal contradição, que provoca a escassez de espaço para o desenvolvimento do setor de serviços, o capital atua de duas maneiras. Por um lado, promove a criação de novas áreas de centralidade, frente à saturação do Centro, ao mesmo tempo em que busca a liberação de áreas centrais ocupadas anteriormente,

consideradas obsoletas. Essa mudança se faz por meio da supressão dos direitos de alguns proprietários e das transformações de usos e funções daquele espaço. A compreensão das propostas apresentadas no projeto Nova Luz para o Centro de São Paulo relaciona-se ao movimento que se desenvolve nesses dois caminhos, em relação ao Centro e às áreas de centralidade da cidade.

1.1 Centro e centralidade urbana

A região da Luz situa-se no Centro da cidade de São Paulo e carrega, portanto, uma série de referenciais simbólicos e de identidade que o centro urbano estabelece para o conjunto da cidade, ainda que esses referenciais sejam mutáveis e relacionem-se dialeticamente com as transformações dos usos e das funções deste espaço. Segundo Lefebvre (1999, p. 90) inexistente realidade urbana sem um centro, aquele ponto do espaço urbano que realiza a possibilidade virtual, que todos os outros pontos possuem, de atrair para si tudo aquilo que se pode reunir em um espaço, sejam coisas, obras ou pessoas. Ele reúne tais fluxos, oriundos dos mais variados pontos da cidade e, em alguns casos, também fluxos de mercados regionais ou internacionais.

O Centro foi historicamente produzido em decorrência das necessidades de deslocamento e encontro de pessoas de diferentes pontos da cidade para um determinado objetivo, como a troca de produtos e a busca de empregos. A estruturação das instituições coletivas como o governo e a religião também tomaram parte essencial na construção do Centro, ao atraírem para a sua localização fluxo de pessoas e fomentarem espaços simbólicos e de poder. Com o desenvolvimento do capitalismo, destaca-se a propriedade e o uso privado do solo, a funcionalidade e a caracterização do centro da cidade como o espaço essencial do comércio e dos serviços (VILLAÇA, 2012). Atualmente, acrescenta-se a isso, a produção e grande circulação de informações e de capitais que não são, necessariamente, materializados em mercadorias.

O Centro é, portanto, uma realidade material, construída a partir dos interesses e conflitos de diversos agentes sociais. Nele, as ações estratégicas do poder público e do setor privado, para garantir no espaço a realização da reprodução do capital, chocam-se, muitas vezes, com o anseio de apropriação do espaço pela população, organizada em diferentes grupos e interesses. Ao longo do processo histórico de construção do Centro, tanto as formas urbanas preexistentes quanto os agentes e os usos que esses fazem do espaço interagem, condicionados a esta

realidade e, ao mesmo tempo, condicionando novas configurações espaciais. Segundo Tourinho (2007, p.23), o Centro

caracteriza-se como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas também pelos seus aspectos simbólicos e formais. Na força de sua continuidade temporal, na permanência de seus espaços públicos e/ou de uso coletivo, na sua complexidade e diversidade, o Centro se perfila como um espaço de difícil apropriação, resistente a qualquer tipo de padronização. Estas características fazem do Centro um lugar “duro” frente aos aspectos que fazem o restante da metrópole mais facilmente dominável.

Desde sua origem, uma das qualidades intrínsecas ao Centro é a sua capacidade de atrair, aglomerar, concentrar atividades, pessoas, fluxos, ao mesmo tempo em que produz saturação e expulsa dele determinadas atividades e moradores. Essa qualidade, a centralidade, foi por muito tempo um atributo exclusivo do Centro. Contudo, nas últimas décadas, assiste-se em diversas metrópoles uma crescente multiplicação de áreas de centralidade, que reproduzem aspectos funcionais do Centro, em um contexto no qual ele passa a competir com as demais áreas de centralidade, sobretudo no aspecto econômico, em decorrência da transferência de muitas empresas para essas novas áreas. Privilegiando-se o conteúdo funcional do Centro e a dimensão econômica da reprodução do espaço urbano, apesar de compreender que ele também envolve estruturas sociológicas e a dimensão de reprodução da vida humana, é possível situar a multiplicação de áreas de centralidade na emergência da conjuntura econômica que vem se estabelecendo desde o início da década de 1970, com a crise do capitalismo baseado no modo de produção fordista e a gradativa mudança para o regime de acumulação flexível. De acordo com Carlos (2003, p.82), a desconcentração da indústria e o protagonismo de outras atividades econômicas, conferem um novo sentido à centralidade,

[...] há diversificação dos centros multiplicação e diferenciação – tanto quanto a periferia, a centralidade torna-se desigual e diferenciada. Em alguns casos a construção ou reprodução da centralidade se dá negando o bairro, ao produzir o “centro dos negócios” como consequência dos processos de valorização impostos pelas transformações.

É necessário considerar que essa transição não é linear e não acontece ao mesmo tempo em diferentes países, resultando em combinações dos dois sistemas,

fordista e flexível, ao configurar os espaços com elementos próprios de ambos (WHITACKER, 2010). A dinâmica de criação e recriação de áreas de centralidade muda o conteúdo do Centro e, ao mesmo tempo, confere especialização a essas áreas, diferenciando-as do Centro. Dessa forma, a centralidade é reconfigurada na dinâmica de definição e redefinição de áreas centrais, promovendo a coexistência de áreas historicamente centrais com as novas áreas de centralidade, em um movimento dialético que constrói e destrói (LEFEBVRE, 1999), pois a centralidade não é estática.

Em alguns países, o Centro de grandes cidades vem sendo transformado pelo crescimento em direção à periferia, promovida em parte pelo setor imobiliário, cujo exemplo com farta bibliografia é os Estados Unidos. No processo de modernização das cidades norte-americanas, empreendido ao final da Segunda Guerra (1939-1945), os subúrbios de classe média desempenharam papel transformador no modelo de urbanização, apoiados pela difusão do automóvel. Nesse contexto, o Centro viveu acentuado declínio de sua importância comercial e econômica, perdendo complexidade social. Atualmente destacam-se algumas especificidades reunidas em dois modelos de cidades, sendo um deles marcado por um Centro de alta densidade, com grande presença de edifícios modernos e circundados por rodovias para acessar os subúrbios de baixa densidade, encontrado em cidades como Houston (EUA) e Toronto (Canadá). Outro modelo, cujo exemplo mais estudado é a cidade de Los Angeles (EUA), envolve a presença de diversas áreas de centralidade, de baixa densidade (FRÚGOLI JR., 2000, p. 29). Considerando tais realidades, a centralidade continua ocupando lugar de destaque na organização da produção e do consumo, no entanto, ela ganha um novo caráter, descola-se do Centro, e reveste-se de uma funcionalização que serve essencialmente ao movimento do capital.

No caso da capital paulistana, até a década de 1960 a cidade mantinha um único Centro, no sentido de área de centralidade metropolitana, conforme Frúgoli Jr. (2000, p.58), um Centro

dividido então entre o “Centro Tradicional” (da Praça da Sé à Praça do Patriarca, com eixo na Rua Direita) e o “Centro Novo” (da Praça Ramos de Azevedo à Praça da República com eixo na Rua Barão de Itapetininga), com maior concentração de empresas neste último. Ambas as áreas corresponderiam, respectivamente, ao desenvolvimento paulistano durante a primeira fase da industrialização, no período 1919-1940, e à fase da industrialização da Segunda Guerra, em 1940-1960. Só durante o assim chamado

“milagre brasileiro” (1968-1973) teria início a formação de um novo e poderoso subcentro em torno da Avenida Paulista.

Assim, no final da década de 1960, a expansão do Centro para a região sudoeste da cidade é marcada por um salto, que estabeleceu na Avenida Paulista uma nova área de centralidade, concomitantemente ao crescimento dos grupos financeiros e do peso de seu capital na economia brasileira. A inauguração do Conjunto Nacional, um grande edifício de escritórios, marcou o início do deslocamento do setor terciário para a Avenida Paulista (CORDEIRO, 1978, p.89), favorecido pela construção de vias que davam acessibilidade privilegiada aos automóveis e pela disponibilidade de antigas residências senhoriais, que demolidas, ofereceram terrenos capazes de comportar novos edifícios comerciais.

A transferência de serviços e outras atividades econômicas se deram em conjunto com a criação de novas áreas residenciais para as camadas de maiores recursos nessa área de centralidade, que contou com o apoio do Estado na reprodução da infraestrutura urbana necessária. Nas décadas de 1970 e 1980, muitas sedes de grandes empresas e bancos migraram do Centro para a Avenida Paulista, inclusive sedes de federações patronais como a Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP) se instalaram na região.

Na década de 1990, as novas áreas de centralidade foram fomentadas, sobretudo, pela intensificação da atuação do setor imobiliário, aliado ao capital comercial, em áreas localizadas fora do Centro, que passaram a oferecer especialização nos fluxos de determinadas atividades econômicas e encontram-se desvinculadas de controle hierárquico do Centro sobre elas, levando a uma nova onda migratória de empresas e escritórios, direcionada para a região da Avenida Faria Lima, Avenida Carlos Berrini e da Marginal Pinheiros. Essas novas áreas de centralidade caracterizam-se pela especialização nas atividades do setor terciário avançado, como as financeiras, informacionais e publicitárias, em um processo marcado pela atuação estratégica do capital imobiliário na reestruturação do espaço, na região sudoeste da cidade.

A concentração de setores da economia transnacional em um grande número de edifícios de escritórios, atraídos por projetos arquitetônicos baseados na noção de flexibilidade e com a incorporação de técnicas de engenharia que oferecem sistemas informatizados de controle de iluminação e sonorização ambiental, por exemplo, criaram vantagens ausentes em áreas como o Centro ou a Avenida Paulista. A

atuação do Poder Público no desenvolvimento da região sudoeste também deve ser considerada, ainda que a construção dessa nova centralidade tenha decorrido principalmente da ação do setor imobiliário. A região da Avenida Luiz Carlos Berrini, por exemplo, contou com a ação monopolista da empresa Bratke-Collet, que desempenhou as funções de incorporadora e construtora, para produzir uma grande concentração de edifícios de escritório, reestruturando, dessa forma, um espaço que não concentrava, até o momento, atividades do setor terciário. Apesar do papel da iniciativa privada na promoção dessa nova área de centralidade, os acordos com o poder estatal garantiram o redirecionamento dos investimentos públicos e a delimitação das novas prioridades de crescimento urbano. De acordo com Frúgoli Jr. (2000, p. 177), a estratégia da Bratke-Collet incluiu a compra de 30 terrenos de uma única vez – entre 1974 e 1976 –, para evitar a concorrência, por meio da incorporação de capitais privados, e contava com o conhecimento prévio sobre futuros investimentos públicos na região.

No mesmo período, desenrola-se no Centro, então denominado Centro antigo, um processo crescente de popularização, tanto do comércio quanto da ocupação das moradias, conjuntamente com a desvalorização imobiliária que então se verifica e que pode ser atribuída em partes ao abandono ou a negligência das edificações pertencentes às elites, que já não mais as habitavam. Verifica-se uma apropriação do Centro pelas classes populares, que mantém no local não apenas os seus postos de trabalho, como também os espaços de lazer e de compras. Esse contexto, não exclui a manutenção da vida econômica, os negócios de grandes instituições financeiras e as atividades de órgãos governamentais, garantindo as mais variadas e múltiplas relações, e a frequência de uma gama variada de pessoas e classes sociais, caracterizando um uso mais democrático e heterogêneo do que as novas áreas de centralidade possuem. Justamente essa característica, a diversidade, é apresentada como perigosa e favorecedora de conflitos, sustentando o argumento da necessidade da intervenção do Estado para a transformação social e econômica da região central em direção às necessidades modernas de realização da reprodução do capital, tendendo à homogeneização. Segundo Alves (2010, p.146):

Como se trata de processo dialético, podemos dizer que temos na área central a tríade valorização/ desvalorização/ revalorização do solo urbano, sendo que este último termo se torna essencial para a realização do movimento de reprodução do capital. [...] Não podemos nos esquecer nesse processo um elemento fundamental: a

propriedade privada do solo urbano. Mesmo aparentemente desvalorizada, a área toda se compõe de inúmeros proprietários de lotes, prédios, que participam do processo, mas que, como proprietários juntamente com empresários do ramo imobiliário, estabelecem um limite para o processo de desvalorização.

Nesse contexto, os interesses privados dos proprietários e empresários passam a mobilizar-se pela exigência de ações de revalorização do Centro, por meio de instituições como a Associação Viva o Centro¹ e da ação estatal. As demandas apresentadas muitas vezes se traduzem em projetos de requalificação, como o projeto Nova Luz. Em outro sentido, destaca-se também a organização do Fórum Centro Vivo² a partir de uma perspectiva de democratização do Centro e de propostas políticas que garantam a permanência de populações mais vulneráveis na região.

1.2 O Centro urbano como espaço da reprodução capitalista

As propostas de revalorização do Centro de São Paulo inserem-se em um contexto mundial de reestruturação produtiva e correspondente reestruturação urbana. A reprodução do espaço tem desempenhado papel preponderante nas estratégias dos setores privados para a recuperação das taxas de juros em um momento de crise de acumulação capitalista, no contexto da crise do fordismo. A migração dos capitais dos setores produtivos para os setores financeiros em busca de rentabilidade, que se intensificou a partir dos anos de 1970, levou ao incremento dos setores financeiros e a uma nova migração de capitais, desta vez do financeiro

¹ A Associação Viva o Centro foi fundada em 1991 como uma organização de proprietários de imóveis da região central e de representantes de diversos setores da economia com o objetivo de se constituir como interlocutora entre o poder público e demais instituições da sociedade em favor da execução de projetos de revalorização dessa área. Conta com o suporte do capital financeiro, vislumbrado no conjunto de instituições participantes da associação, como a Associação Brasileira de Bancos Internacionais, Federação Brasileira das Associações de Bancos, Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento, BM&F Bovespa, e seis instituições bancárias como Banco Itaú e Banco do Brasil, conforme informações consultadas no *site* da associação. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br/quem-somos/associados.aspx>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

² O Fórum Centro Vivo foi fundado em 2000 por estudantes universitários, organizações não governamentais e movimentos sociais, como articulação coletiva durante o seminário “Movimentos Populares e Universidade”. Com a proposta de se constituir em um meio de articulação para a permanência da população mais pobre no Centro, organiza debates e elaboração de documentos que denunciam as ações de violência aos Direitos Humanos e fazem proposições de políticas públicas e programas de urbanização do Centro. Em junho de 2006 o Fórum publicou o documento *Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para as políticas públicas*. Dossiê de Denúncia. Ver. JOSÉ, 2010.

acionista para o financeiro imobiliário. Verificou-se, portanto, segundo Carlos (2011, p.119):

uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole hoje: a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário, associado ao conjunto das indústrias voltadas à construção civil. Assim a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto produto imobiliário. Nesse sentido, a produção do espaço se realiza num outro patamar, que é o do espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro.

Nesse processo, a revalorização urbana da região central paulistana significa possibilitar, inclusive a partir de projetos de requalificação, o crescimento econômico por meio de atividades como a construção civil e os negócios imobiliários, vislumbrando-se a íntima relação entre o capital financeiro e o chamado capital produtivo no processo de reprodução do capital. Segundo Harvey (2014), a circulação do capital produtivo e a circulação do capital financeiro se combinam no âmbito do sistema de crédito no contexto dos mercados imobiliários, como condição para a produção do espaço urbano. As instituições financeiras garantem, por meio de empréstimos, o capital necessário para que construtoras realizem seus empreendimentos imobiliários, considerando o pressuposto de que o valor será reproduzido e concretizado no mercado, ou seja, parte-se do princípio que haverá compradores dos imóveis produzidos e que estes garantirão, com seus pagamentos, o fluxo de juros sobre o capital emprestado. Assim, “um fluxo de capital fictício é necessário para completar o processo da produção e realização de valores de imóveis comerciais e residenciais” (p. 98), enquanto a urbanização concretiza a absorção de capitais e de trabalho excedentes, contendo, ainda que temporariamente, a crise de sobreacumulação do sistema.

As estruturas urbanas criadas nesse processo, como residências, novos edifícios de escritórios, vias de acesso e redes de comunicação, entre outros, favorecem a valorização de parcelas do espaço nas quais elas se concentram, e concomitantemente, a desvalorização de outras parcelas, excluídas do fluxo de investimentos privados e públicos. O espaço é fragmentado, em um processo que busca a homogeneização e a hierarquização de suas parcelas, para serem comercializadas, caracterizando a produção do espaço como mercadoria e

possibilitando mobilidade ao capital. David Harvey (2014) exemplifica essa questão a partir do caso dos Estados Unidos no início dos anos 2000, quando uma parte significativa dos excedentes de capital foi direcionada para novas construções, fato que gerou uma rápida inflação nos preços das moradias, que passaram a ser objetos de refinanciamento, aquecendo também o mercado interno de bens e consumo em razão da mobilização de capital a partir do refinanciamento das hipotecas. Assim, apesar da grande especulação que envolve a ação do capital financeiro no mercado imobiliário, a atividade produtiva, tanto da construção quanto do mobiliário, serviços e bens de consumo, também ganharam importância no conjunto da economia em razão desse movimento.

Nesse contexto, as cidades cumprem papel crucial na atração de capitais, inclusive buscando novas configurações para se tornarem competitivas diante das exigências dos novos sistemas de acumulação. A aparente diminuição do espaço pelo tempo, proporcionada pelo desenvolvimento de redes de comunicação e meios de transporte concedeu grande importância às qualidades específicas dos lugares, tanto em relação a recursos de infraestrutura, trabalho especializado e oferta de mão-de-obra, quanto à possibilidade de consumo em massa de novas necessidades, principalmente na área cultural e de lazer, bem como dos serviços de educação e entretenimento.

O Centro das cidades, em função de seus aspectos históricos, simbólicos e formais, é chamado a exaltar as características exclusivas da cidade, que lhe conferem certa particularidade frente às demais, e torna-se elemento essencial nas campanhas de atração do turismo e de investimentos, supostamente potencializados pelas ações de *marketing* urbano. “A historicidade – como atributo artístico e, portanto, carregada de valor – é incorporada como um dos elementos básicos de uma estratégia de valorização, transformando assim centros históricos em objetos de desejo do capital global” (ROLNIK, 2004, p. 3).

No interior dos planos estratégicos de urbanização, o investimento em *marketing* ocupa papel central na formação de imagens que objetivam alavancar a internacionalização das cidades e também corroboram para a adesão social a determinada forma de administração municipal. As atividades culturais tornam-se cruciais para uma imagem atrativa e moderna da cidade, resultando no esforço de multiplicação de museus, centros culturais, casas de espetáculos, reabilitação de patrimônio, entre outros. A cultura passa a ser um investimento orientado para a

atração de capitais e consumidores no contexto global, não apenas como instrumento do mercado, mas tomando parte decisiva do mundo dos negócios (ARANTES, 2002, p. 48). Um auditório ou um museu, por exemplo, são considerados projetos culturais-âncora da requalificação dos chamados centros degradados.

Dessa forma, a cidade configura-se como objeto da valorização capitalista a partir da valorização do espaço. O Estado passa a direcionar as políticas públicas, para garantir a realização do novo ciclo econômico, criando as condições necessárias para a valorização do espaço como uma estratégia para atrair investimentos internacionais. De acordo com Alvarez (2012), a centralidade do papel do Estado decorre de sua capacidade de mobilizar parcelas do espaço e de grupos sociais ao redefinir os investimentos públicos e induzir os privados, fixando/flexibilizando os seus usos, funções e preços. Assim, por meio das políticas públicas desiguais, o Estado valoriza e desvaloriza os lugares e reorganiza as relações sociais de produção.

A produção da cidade pelo Poder Público, de acordo com Santos (2006), passa pela valorização de determinados territórios por meio da liberação desse espaço ao investimento privado, tanto da disposição espacial que se encontra sob o seu domínio, quanto, no caso de insuficiência dela, da produção de um novo espaço e uma nova configuração urbana, a partir da qual um novo potencial de acumulação se apresente. Ou seja, as cidades são reestruturadas e requalificadas para atrair capitais a partir de seu potencial de valorização.

Destarte, os projetos urbanos de requalificação – realizados e/ou anunciados desde os anos de 1970 nos países centrais, e nos anos 1980 e 1990 nos países periféricos – são compreendidos como conteúdo dos processos de reprodução do capital e do espaço no momento atual, segundo Alvarez (2012, p.73):

A emergência das políticas espaciais contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas aos projetos de requalificação e/ou requalificação urbana são entendidas como a mediação necessária do Estado para restituir o processo de valorização, com a reprodução do espaço, articulando de diferentes maneiras e graus o setor imobiliário ao mercado de crédito e financeiro. Flexibilização no aparato jurídico, definição de operações urbanas, obras de recuperação ambiental e saneamento, requalificação de centros históricos, grandes edificações destinadas à realização de eventos esportivos de caráter internacional, criação de amplos centros culturais, desapropriações e despejos são algumas das ações estatais que se inserem nesse movimento de desvalorização/revalorização.

A partir dessa perspectiva, o Estado atua em conjunto com outros agentes e por meio de parcerias com o setor privado, destacando-se a grande participação do poder local na concepção e condução dos projetos urbanos de requalificação. Ele deixa de desempenhar um papel restritivo à descaracterização do patrimônio e passa a articular projetos para as áreas a serem “requalificadas”.

1.3 O centro de São Paulo e a região da Luz

Na cidade de São Paulo, a ocupação do Centro foi marcada pela presença das elites dos fazendeiros do café ainda no século XIX, “quando os ancestrais das classes abastadas tinham chácaras nos limites da cidade ou residiam nas ruas do triângulo”, (MONBEIG, 2004, p. 65), delimitado pela Praça da Sé e os largos de São Francisco e São Bento. A partir da década de 1870, a expansão da lavoura cafeeira pelo oeste paulista e a criação da infraestrutura ferroviária para a exportação do produto, conferiram à cidade de São Paulo o posto de centro articulador das atividades ligadas à exportação do café. Os fazendeiros, que permaneciam na cidade por um tempo cada vez mais prolongado em decorrência dos negócios comerciais e financeiros, passaram a empregar seus capitais na construção de casas não apenas na região do Centro, mas também em bairros novos próximos ao Centro, como Campos Elíseos, seguido por Higienópolis e, posteriormente, por bairros residenciais entre a Avenida Paulista e a várzea do rio Pinheiros, na direção sudoeste. No entanto, o Centro seguia como local do negócio do café e das elites, sendo o principal espaço cultural e econômico da cidade,

O desenvolvimento de um bairro em torno da Estação da Luz, fundada em 1867, acompanhou o início dos serviços da linha Santos-Jundiaí da São Paulo *Railway*, naquele ano. Segundo Monbeig (2004, p.52):

Em direção ao norte, a Estação da Luz dava vida a uma área já marcada por algumas melhorias desde a sua inauguração. Os bairros de Santa Ifigênia, dos Campos Elíseos, da Barra Funda e do Bom Retiro estavam se desenvolvendo tão rapidamente como o do Brás. O estabelecimento de um serviço de bondes a tração animal (1872) aproximou a estação das chácaras vizinhas ao centro urbano.

Diversos palacetes foram construídos na região da Luz com o estabelecimento da elite cafeeira em São Paulo, entre eles o de Antônio Paes de Barros, o Barão de Piracicaba, na Rua Florêncio de Abreu. Contando com as

facilidades trazidas pela ferrovia para acessar tanto as suas fazendas como o porto de exportação, a elite cafeeira aproximava-se das autoridades governamentais da província e da política para o setor do produto. Sua presença atraiu a fixação de residência de outras personalidades ligadas ao mesmo grupo social (CAMPOS, 2005, p. 26). A crise gerada pela abolição da escravidão em 1888 e as crises que acompanharam a implantação da República no Brasil (1889) provocaram o colapso de fazendas localizadas nas regiões mais antigas de produção, assim como geraram quedas nos preços do café. Essa oscilação dos preços levou ao deslocamento de grandes capitais, que antes eram reinvestidos na produção agrícola, para o setor imobiliário paulistano. Assistiu-se também à intensificação da migração de proprietários e trabalhadores para a cidade. O crescimento urbano se deu em ritmo galopante, como demonstrado por Sevcenko (1992, p.108):

De acordo com o primeiro censo, realizado em 1872, quando a cidade já estava sob o efeito do grande surto cafeeiro em terras paulistas, sua população era de 19.347 pessoas. Número que se elevou a 64.934 habitantes no censo seguinte, de 1890. No início do século XX a cidade já contava com 270 mil moradores, segundo o levantamento de 1908. Cifra essa que dobrou em 1920, atingindo 578 mil pessoas e praticamente tornou a dobrar em 1934, para alcançar o pico de 1 milhão e 120 mil habitantes. O que equivale a dizer que no período de 62 anos, de 1872 a 1934, São Paulo configurou uma prodigiosa taxa de crescimento populacional da ordem de 5.689%, ou, posto de outra forma, cresceu numa escala de 6,77% ao ano.

O crescimento acelerado da cidade com a chegada, inclusive, de migrantes europeus gerou uma grande demanda por novas habitações e, somado aos interesses dos especuladores imobiliários, tornou o loteamento dos terrenos e chácaras que se localizavam na área urbana uma prática generalizada. Eles proporcionaram o surgimento de novos bairros e o adensamento de alguns já existentes, via bondes, sem contudo, romper o isolamento espacial ou conectar entre si os bairros e setores do município. Além disso, a carência de moradia para a classe trabalhadora fez expandirem-se os cortiços, com suas subdivisões em cubículos, para garantir a reprodução da vida operária a baixos custos.

Em 1893, foi constituída uma Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ifigênia, nomeada pelo governo paulista e composta por engenheiros e médicos. Ela apresentou um relatório no qual constata a presença de 60 cortiços no distrito de Santa Ifigênia “de todos os tamanhos e feitios

onde se agasalha uma população de 1.320 indivíduos de todas as nacionalidades e condições” (CORDEIRO, 2010, p.98). O trabalho de exame encomendado à Comissão foi desencadeado pelo surto de febre amarela que acometeu a cidade, especialmente a região, e fazia parte das ações sanitaristas do início da República. O relatório apontou a ineficaz drenagem do terreno que correspondia a uma primitiva lagoa aterrada, circunscrito ao quadrilátero limitado pelas ruas Duque de Caxias, Rio Branco, Vitória e Triunfo e mais o triângulo formado pelo largo General Osório. A isso, somavam-se serviços de esgoto insuficientes e precários, que agravavam ainda mais as condições de moradia e de vida da classe trabalhadora.

Na primeira década do século XX, assistiu-se a diversas demolições de antigos edifícios, casas rústicas e construções dos períodos anteriores para dar lugar a uma cidade cujas inspirações descolavam-se da tradição e almejavam ares das metrópoles europeias. As influências vindas da Europa, sobretudo de Paris, podiam ser identificadas, de acordo com Sevcenko (1992, p. 116), na ornamentação paisagística que circundava a colina central, e nas estruturas dos viadutos do Chá e de Santa Ifigênia, assim como no Teatro Municipal (1911) e na Estação da Luz.

A presença da atividade ferroviária³, que impulsionou o desenvolvimento da região central, tornou-se também um dos motivos de fuga da elite no período, aliado à atuação de interesses imobiliários em direção aos bairros já citados, como Higienópolis e os arredores da Avenida Paulista. Por outro lado, a expansão de loteamentos, que acompanharam a instalação de indústrias próximas às linhas ferroviárias, contribuiu para a manutenção e a predominância das tipologias populares de habitação na região da Luz. Assim, enquanto o Centro da cidade, considerando o distrito da Sé, passou por um pequeno decréscimo populacional entre os anos de 1920 e 1940, os chamados bairros internos⁴ viveram um crescimento demográfico modesto, com o bairro de Santa Ifigênia mantendo praticamente estável seu efetivo de população⁵ (LANGENBUCH, 1968, p. 258). A importância adquirida pelos ônibus como transporte coletivo, com 62 linhas municipais e uma malha viária espalhada em 1935, em conjunto com a expansão dos loteamentos que garantiram a contiguidade

³ Estação da Luz com os serviços da São Paulo Railway (1867) e da Estrada de Ferro Sorocabana (1875), e a Estação do Norte (atual estação Brás), pertencente à Estrada de Ferro Central do Brasil (trechos paulistanos inaugurados em 1875).

⁴ Santa Ifigênia, Brás, Mooca, Cambuci, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Jardim América, Santa Cecília, Perdizes, Barra Funda e Bom Retiro.

⁵ O bairro de Santa Ifigênia possuía 41.407 habitantes em 1920 e 41.555 habitantes em 1940. Ver. LANGENBUCH, 1968, p. 255.

do Centro aos antigos bairros isolados, favoreceu o povoamento de alguns bairros periféricos. As habitações dos trabalhadores, que até então se concentravam no parcelamento e aluguel de cubículos, os cortiços, passariam a ocupar também as periferias por meio do subparcelamento do solo e da autoconstrução (KOWARICK, 1994, p. 80).

A partir da década de 1940, a porção urbanizada da cidade passou por uma compactação, tanto por meio do crescimento vertical do Centro e dos bairros próximos, quanto do adensamento das edificações. Em algumas regiões, como a da Sé e do Brás, verificou-se a expansão do setor terciário, assim como das indústrias também no Brás e ainda na Mooca. O crescimento de ambas as atividades nas regiões mencionadas, levaram a uma retração do uso residencial⁶.

Já na década de 1950, o complexo ferroviário formado pelas estações Júlio Prestes e Luz figurava como um grande terminal de transporte metropolitano, cercado por lojas e serviços voltados para as classes que por ali circulavam, predominantemente populares. Na mesma época, se instalaram na região casas de prostituição após o fim do confinamento do meretrício instalado pelo Poder Público em 1940⁷ e a expulsão das prostitutas de ruas do Bom Retiro pelo governo de Lucas Nogueira Garcez (ALMEIDA, 2007). Verificou-se também a intensificação de ocupações que transformaram antigas residências abastadas em residência de diversas famílias, organizadas em pensões e cortiços. A presença das classes populares, a concentração da prostituição barata e a atuação de grupos marginais às convenções sociais na região da Luz tornaram-na desde então alvo de intervenções policiais e renderem-lhe a pejorativa denominação de “Boca do Lixo”, primeiramente nas páginas dos jornais e, depois, de maneira generalizada na cidade⁸.

A prostituição concentrava-se principalmente nas ruas e avenidas Timbiras, São João, Barão de Limeira, Duque de Caxias, Largo General Osório e Rua dos

⁶ A variação da população entre 1940 e 1960 foi: Brás de 80.225 para 64.061; Mooca de 50.519 para 42.852; Sé de 10.243 para 8.892 habitantes. Cf. LANGENBUCH, 1968, p. 387.

⁷ Segundo Sarah Feldman em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o interventor Adhemar de Barros criou em 1940, por meio de uma portaria, uma zona no bairro do Bom Retiro para o confinamento da prostituição. Nela o controle se dava pelos princípios do higienismo, com a atuação médica, e pela atuação das forças policiais. O confinamento foi revogado em 1953 no governo de Lucas Nogueira Garcez (PEREIRA, 2010).

⁸ Em contraposição, a prostituição praticada em boates e estabelecimentos requintados, concentrada nas ruas Major Sertório, General Jardim e Bento Freitas, na Vila Buarque, ganhou o apelido de “Boca do Luxo”.

Protestantes, de acordo com Joanides (2003, p. 26). Segundo o autor (2003, p. 102), em fins da década de 1950:

A Boca se tornara, senão uma cidade dentro da cidade, uma colônia numerosa e próspera, com vida própria, suas lojas, bares, restaurantes, cinemas, dentistas, farmácias, barbearias e salões de beleza que atendiam e serviam quase que exclusivamente a classe dos desajustados sociais, existindo nada mais que em função destes; com seus usos, costumes, modas e valores subjetivos peculiares, endêmicos. Locais se faziam famosos como pontos de diversão, de encontro ou frequência de prostitutas, marginais e boêmias.

Em suas memórias escritas de dentro da Casa de Detenção em São Paulo e publicadas em livro cuja primeira edição data de 1977⁹, o próprio Joanides considerava a região como um refúgio daqueles que se encontravam à margem do socialmente aceitável. Ele foi conhecido como “Rei da Boca do Lixo”, título que dividiu com outros, como Quinzinho e Carlinhos Bang-Bang, nas páginas dos jornais, a exemplo da capa do *Diário da Noite*, em 24 de janeiro de 1963:

Sequestrado e roubado pelo bando de Hiroito
Hiroito de Moraes Joanides, conhecido marginal que age na chamada “boca do crime”, está sendo ativamente procurado pelos agentes do setor de assaltos da Delegacia de Roubos. Desta vez, pesa contra o delinquente uma acusação de sequestro e roubo [...].

Entre os grupos caracterizados como constituintes do “mundo da Boca”, por Joanides e pela imprensa, as mulheres encontram-se na maioria das vezes relacionadas à prostituição e à atração dos homens, tanto dos homens “de bem”, que frequentavam o local em busca de seus serviços, quanto de alguns tipos de “malandros” que viviam da exploração do lenocínio, da administração das boates, traficantes, entre outros. Veja-se que não é de hoje que a imprensa tem um olhar depreciativo sobre a região, conforme a abordagem do jornal *Diário da Noite* em 14 de agosto de 1963, (1º Caderno, p.8):

Recorde de prisões de mulheres batido pela polícia de costumes
Mais de 157 mundanas detidas entre sábado e domingo últimos – Nenhuma medida legal pode ser tomada contra as debochadas que infestam as ruas centrais da cidade – Prisão correcional – com dois ou três carros de presos, a Delegacia de Costumes poderia modificar o panorama das ruas da chamada “boca do lixo”.

⁹ JOANIDES, Hiroito de Moraes. *Boca do Lixo*. São Paulo: Edições Populares, 1977.

Além dos grupos “marginalizados”, representantes das forças públicas também faziam parte da constituição do cotidiano da região, não apenas nas ações de repressão policial, como também no funcionamento de suas práticas, que muitas vezes garantiam para esses uma fonte extra de renda, como admitiu o Secretário de Segurança Pública à imprensa (*O Estado de S. Paulo*, 14 nov. 1963, p. 19):

Meretrício: reconhece o sec de segurança a existência de caixinha
O general Aldevio Barbosa Lemos, secretário de segurança pública fez ontem à imprensa séria denúncia, a existência de uma “caixinha” organizada no trecho policiado pela 3ª Delegacia Circunscricional, para proteger marginais, principalmente daqueles que atuem na área outrora conhecida como zona do meretrício. Acrescentou verbalmente o general que, somente as mulheres que exercem sua infeliz atividade naquele setor da cidade recolhem semanalmente quatro milhões de cruzeiros. Aduziu que nessa arrecadação criminosa estão envolvidos policiais e jornalistas, de cuja ação a Secretaria de Segurança está procurando colher provas concretas. Os fatos denunciados não constituem novidade, uma vez que poucos desconhecem a existência da “caixinha da prostituição”. Contudo, pela primeira vez esse fato é oficialmente reconhecido por um secretário de Estado.

A proximidade das estações ferroviárias da Luz e Júlio Prestes atraiu, no final da década de 1950 e meados da década de 1960, a atividade cinematográfica, com escritórios de distribuidores, exibidores nacionais e estrangeiros, como a Columbia e a Paramount e, depois, dos produtores nacionais, devido à facilidade de enviar as latas com cópias dos filmes para as salas de cinema. Junto com as distribuidoras, instalaram-se “oficinas de reparo, de aluguel de filmes, de venda de equipamentos e fitas virgens, pequenos estúdios e laboratórios” (TELES, 2009, p.36), que podem ser considerados os precursores da atual especialização no comércio de eletrônicos de algumas ruas da região. Um dos filmes mais famosos produzidos na época foi o *Bandido da Luz Vermelha*, dirigido por Rogério Sganzerla e atualmente considerado um clássico do cinema marginal. Em 28 de maio de 1968, o jornal *Folha de S. Paulo* (Ilustrada, p. 3) publicava a fala do diretor e uma síntese das representações recorrentes sobre a região na qual ocorriam as filmagens:

“Luz Vermelha”: um filme de reflexões, sexo e tiroteios
Meu filme é um faroeste sobre o terceiro mundo, Faroeste mas também musical, policial, documentário, comédia e eventualmente chanchada. É assim que Rogério Sganzerla define o filme que está rodando nas ruas que formam a chamada boca do lixo de São Paulo, onde as prostitutas se mantêm dia e noite, postadas defronte a bares,

lojas e hotéis, onde os sexomaníacos afluem constantemente à procura dos cinemas que oferecem filmes “sexy” baratos e onde há um ambiente característico para o tipo de história que pretende contar.

A produção de comédias eróticas, que contavam com baixo orçamento e eram realizadas, muitas vezes, em condições precárias, marcou o chamado ciclo da “Boca do Lixo” nos anos 1970, que durou pouco mais de uma década e centralizou a produção cinematográfica paulista na Luz, principalmente nas Ruas do Triunfo, Andradas e Gusmões, gerando grande bilheteria. De acordo com Abreu (2002, p.26):

Estimulados pela lei de obrigatoriedade, os produtores, artistas e técnicos da Boca do Lixo faziam cinema para o mercado exibidor. Malgrado eles, seus produtos foram identificados pela mídia (e assim passaram para a História) com o rótulo de “porno chanchada”, uma denominação que acabou colando e estabelecendo um (re)corte depreciativo, intolerante e preconceituoso para referir tanto um foco apelativo de exploração da nudez e do “erotismo”, quanto um produto mal realizado, um cinema medíocre. Era uma produção que ocorria a margem da maioria dos enfoques culturais (acadêmicos, de vanguarda, da mídia etc.), dos quais foi objeto de críticas – uma espécie de bode expiatório do cinema nacional.

Helena Khon Cordeiro, escrevendo em 1978, destacou a massa de pessoas que transitavam na região devido aos acessos às estações ferroviárias, da rodoviária central e também da estação Luz do Metrô, em 1975; constatou a forte presença do comércio varejista e ambulante, oficinas e lojas ligadas ao conserto de automóveis, além dos hotéis e pensões de baixo custo. No final da década de 1980 as áreas de prostituição vão se modificando e expandem-se para outras regiões da cidade, apesar de não se retirarem completamente da Luz.

Na década de 1990, a “Boca do Lixo” ganhou outra alcunha, a de “cracolândia”¹⁰, com a permanência do destaque dado às operações policiais na região. A primeira vez em que se constata a utilização do termo nas páginas

¹⁰ O “crack” é uma droga, subproduto da cocaína em estado cristalizado, que provoca dependência severa pelo seu efeito de rápida euforia, em torno de dez segundos, mas como esta euforia é pouco duradoura, leva ao desejo de repetir tal ato, gerando em muitas pessoas a prática do uso contínuo. O consumo de “crack” é um fenômeno recente, surgiu nos Estados Unidos e chegou ao Brasil e na região da Luz, nos anos 1990, por onde se disseminou rapidamente, inclusive por ser uma droga barata, e assim acessível. É fumada na forma de pedras em cachimbos improvisados; o barulho que faz ao queimar lhe rendeu o nome de “crack”. Uma pesquisa realizada entre os anos de 2012 e 2013 nas capitais do país encontrou uma frequência de 370 mil usuários de “crack”, o que corresponde a 35% dos consumidores de drogas ilícitas nessas cidades. Ver. SELEGHIM, 2016, p. 20; BRASIL. Portal do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33717&janela=1>. Acesso em: 12 abril 2017.

jornalísticas é em notícia do *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 1995, como podemos ver a seguir:

Polícia reforça combate a traficantes

As ruas do bairro de Santa Ifigênia conhecidas como Cracolândia continuam sendo percorridas pelos policiais. Os antigos casarões vêm sendo usados por traficantes para preparar pedras de crack. (*O Estado de S. Paulo*, 7 ago. 1995, p. C3).

A partir de então o termo “cracolândia” vai progressivamente adentrando as notícias que se referiam à questão do crack na região da Luz, como em na *Folha de São Paulo*

PM afirma ter recapturado dois dos fugitivos

A Polícia Militar diz ter recapturado dois presos que fugiram do pavilhão 7 da Casa de Detenção, no Carandiru (zona norte de São Paulo), por um túnel de cem metros de comprimento na semana passada. [...] A polícia estava fazendo uma operação na região que, por causa dos pontos de droga, ficou conhecida como “cracolândia”. (*Folha de S. Paulo*, 14 maio 1996, p. 5).

A decadência do setor cinematográfico na região da Luz¹¹, o meretrício que permanecia, a existência de população em situação de rua, os cortiços, a mudança das atividades econômicas para outras regiões da cidade e a ausência do poder público caracterizaram o que se chamou de degradação dessa região do Centro de São Paulo. Verificou-se também o desaparecimento de alguns de seus principais pontos referenciais urbanos, com o deslocamento das instituições de encontros culturais, e estabelecimentos de entretenimento, construindo uma “imagem da depreciação urbana, sobretudo na área da Santa Ifigênia e Campos Elíseos que só se fez mais evidente a cada dia desde então” (CORDEIRO, 1978, p. 101).

Assim, nos anos de 1990 se consolidou a ideia de constituição de um polo cultural na região da Luz, “a implantação de projetos associando recuperação de patrimônio histórico com novos equipamentos culturais foi apresentada como deflagradora da transformação urbana do Centro de São Paulo, a partir da região da Luz” (JOSÉ, 2010, p. 33). Os primeiros investimentos foram realizados pelo Governo do Estado, com a reforma de equipamentos culturais de grande porte, como a Pinacoteca do Estado, reinaugurada em 1998, e o Complexo Cultural Júlio Prestes

¹¹ Chegam grandes produtoras internacionais e há o incremento dos cinemas de *shopping centers* levando à decadência dos cinemas de rua.

em 1999. Essas obras, entre outras, não estavam agrupadas em um projeto específico, mas possuíam o objetivo comum de desencadear a revitalização do Centro a partir da região da Luz, utilizando a cultura como meio para isso. Além do Poder Público, a Associação Viva o Centro também participou desse processo, principalmente por meio do estudo urbanístico para implantação do projeto do Complexo Cultural Júlio Prestes chamado “Polo Cultural Luz”, nome com o qual o conjunto de ações voltadas para a requalificação da região ficou conhecido. Também houve participações dos setores empresariais por meio de leis de incentivo fiscal como a Lei Rouanet, ainda que, segundo Mosqueira (2007, p. 143) tenha sido pouco significativa em termos financeiros, totalizando 4% do total dos investimentos. Outras reformas realizadas no período envolveram intervenções no Jardim da Luz, Mosteiro da Luz, Museu de Arte Sacra e antigo edifício do Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DOPS.

Contudo, apesar da importância e do público que esses espaços culturais âncoras adquiriram, eles não foram capazes de realizar as transformações que os setores que os promoveram esperavam, tanto em relação aos investimentos privados na região quanto à mudança de perfil social dos habitantes e frequentadores, já que a maioria dos equipamentos, em especial o Complexo Cultural Júlio Prestes com o seu enorme estacionamento interno, não favorecem a integração entre o público e espaço circundante.

A partir de 1999, a Prefeitura do Estado de S. Paulo passou a dedicar-se às negociações do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta, que teve convênio firmado apenas em 2002, entre a Prefeitura e o Ministério Federal da Cultura, para sua implantação no “Conjunto Histórico da Região da Luz”, formado por um conjunto de nove locais, como a Praça Júlio Prestes e outros que já foram objetos de ações do Polo Luz. Esse programa surgiu a partir do contrato entre o governo federal, então sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de reverter a degradação do patrimônio histórico em áreas centrais das cidades a partir de recursos financiados pelo BID, de contrapartidas dos Estados e Municípios e de recursos da iniciativa privada. Além da preservação, um dos objetivos do Programa Monumenta era fortalecer a utilização econômica com geração de renda a partir dos monumentos reabilitados. As obras não ocorreram no ritmo previsto e as intervenções promovidas foram novamente pontuais, ficando praticamente restritas ao Parque da Luz e a

algumas reformas em fachadas de edifícios. Dessa forma o Projeto Monumenta não se diferenciou dos anteriores e não alterou significativamente o quadro da região.

Em conjunto com os projetos de intervenção no Centro com base nas “âncoras culturais”, realizou-se também no período outras ações, como a Operação Urbana Centro (1997), que se direcionou para o setor privado, oferecendo benefícios legislativos para que as empresas estabelecessem nessa região seus empreendimentos. Contudo, logrou baixa adesão e não conseguiu reverter o deslocamento do mercado para o quadrante sudoeste. Nos anos 2000, no contexto de combate à “cracolândia”, destacam-se entre as iniciativas públicas o projeto Ação Centro, financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Programa Morar no Centro e a implantação de alguns instrumentos do Estatuto da Cidade (2001). Na gestão Serra/Kassab (2004-2012), o foco, em termos de gestão do centro, passou a ser o projeto Nova Luz.

CAPÍTULO 2

O PROJETO NOVA LUZ

Desde a década de 1990, a região da Luz, no Centro da cidade de São Paulo, era nominada pelos veículos de comunicação como “cracolândia” devido à existência em seu perímetro do tráfico de drogas, sobretudo de crack, como antes mencionado. Em período recente, a região teve presença notavelmente intensificada nos debates veiculados pela grande mídia impressa, fato ocorrido paralelamente ao empreendimento de políticas de requalificação pelo Poder Público Municipal, assentadas em parcerias público-privadas e apresentadas como promotoras da transformação urbana do Centro paulistano a partir da região da Luz. Nesse sentido, a análise concentra-se em torno do projeto Nova Luz, idealizado e gerido pela gestão Serra/Kassab (2005-2012) que passou a ser o foco das políticas de gestão do centro.

2.1 Nova Luz: as diversas etapas do projeto e seus instrumentos legais e urbanísticos

Entre as diretrizes da referida gestão para transformar a “cracolândia” em “Nova Luz” figurou a utilização de ações policiais repressivas e de fiscalização, como a “Operação Limpa” acarretando, no início de 2005, o fechamento de vários estabelecimentos, como hotéis e bares considerados indesejáveis, além de uma intensa prática de abordagem de pessoas consideradas “suspeitas” (como prostitutas e estrangeiros). Em conjunto com elas, o plano de requalificação da região da Luz teve respaldo em variados instrumentos legais e urbanísticos com o objetivo de criar um polo de tecnologia na região. Os principais instrumentos que apoiaram a busca pela transformação da região da Luz durante a gestão Serra/Kassab serão abordados a seguir, buscando-se estabelecer as relações entre eles e o arcabouço político e legal do Estatuto da Cidade (2001) e do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2002).

2.1.1 Lei de Incentivos Seletivos

Ainda no final de 2005, a Prefeitura anunciou um pacote de incentivos fiscais, como isenção de IPTU (Imposto Patrimonial em Território Urbano) e redução de ISS (Imposto Sobre Serviços), contemplado na Lei 14.096/05, para atrair novos negócios e serviços para a área, definida pela intersecção da Avenida Rio Branco com a Avenida Duque de Caxias, seguindo pela Avenida Duque de Caxias, Rua Mauá,

Avenida Cásper Líbero, Avenida Ipiranga e Avenida Rio Branco, totalizando aproximadamente 250 mil metros quadrados. A partir de então, ficou evidente a intenção do Poder Público Municipal de concentrar as ações chamadas de requalificação do centro na região da Luz e consolidou-se o nome “projeto Nova Luz” para designar tais ações, conforme mencionado no Plano Plurianual 2006-2009: “Ao Projeto de Lei de Incentivos Fiscais [...] se associarão diversas iniciativas de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à alteração da configuração de ocupação da área. [...] A Nova Luz substituirá a antiga Cracolândia, por meio de uma intervenção urbanística do estilo da realizada em grandes cidades europeias”¹².

A iniciativa para atrair o setor privado ficou expressa na definição dos seguintes incentivos:

Art. 2º Os incentivos fiscais, a serem concedidos aos contribuintes que realizarem investimentos na região-alvo, são os seguintes:

I – concessão, pelo Poder Público e em favor do investidor, de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento com valor de:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor dos investimentos descritos no inciso I do artigo 5º, desde que efetivamente comprovados e destinados a imóveis de uso exclusivamente residencial;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor dos investimentos descritos nos incisos I e II do artigo 5º, desde que efetivamente comprovados e destinados às atividades comerciais previstas na Seção 1 da Tabela constante do Anexo Único integrante deste decreto, exercidas por estabelecimento do investidor situado na região-alvo;

c) 80% (oitenta por cento) do valor dos investimentos descritos nos incisos I e II do artigo 5º, desde que efetivamente comprovados e destinados às atividades de prestação de serviço previstas nas Seções 2 e 3 da Tabela constante do Anexo Único integrante deste decreto, exercidas por estabelecimento do investidor situado na região-alvo;

II – redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto de investimento;

III – redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI-IV, referente ao imóvel objeto de investimento;

IV – redução de 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços de construção civil referentes ao imóvel objeto do investimento;

V – redução de 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços especificados na Seção 3 da Tabela constante do Anexo Único integrante deste decreto, prestados por estabelecimento da pessoa jurídica situado na região alvo. (Lei municipal nº 14.096, de 8 dez. 2005).

¹² PMSP, *Plano Plurianual 2006-2009*. Anexo V - Detalhamento de Diretrizes e Ações. p. 42

O Quadro 1 apresenta as atividades a serem desenvolvidas na área delimitada, definidas por meio do Decreto Municipal 46.996/06, que regulamentou a Lei de Incentivos. As atividades indicadas na Seção 3 são as que teriam as maiores concessões, computando os 80% do valor dos investimentos e a redução de 60% do ISS incidente sobre esses serviços, convergindo para a estratégia de criação de um polo tecnológico na região. O edital de seleção dos projetos das empresas interessadas foi lançado em outubro de 2007 e no início de 2008 os nomes das empresas habilitadas foram divulgados¹³. Somente em janeiro de 2009 as empresas receberam o termo para dar andamento ao recebimento do incentivo.

Quadro 1 – Atividades a serem desenvolvidas no perímetro abrangido pela Lei de Incentivos Seletivos

Seção 1 – Atividades Comerciais	Galeria de arte
	Loja de departamentos
	<i>Shopping Center</i>
	Supermercado ou hipermercado
Seção 2 – Atividades de prestação de serviços sujeitas à alíquota de 2%	Elaboração de programas de computação (<i>software</i>)
	Ensino regular pré-escolar, fundamental e médio
	Espectáculos teatrais e circenses
	Ginástica, dança, esportes, natação e artes marciais
	Hospital, laboratório e pronto socorro
	Licenciamento, distribuição ou cessão de direito de uso de programas de computação
	Óperas, <i>ballet</i> , danças, concertos e recitais
Seção 3 – Atividades de prestação de serviços sujeitas à alíquota de 5% com redução para 2%	Serviços gráficos
	Análise e desenvolvimento de sistemas, programação, processamento de dados, assessoria e consultoria em informática, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas
	Cursos de idiomas, computação e demais cursos de instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional
	Digitação e datilografia
	Ensino superior, cursos de graduação e demais cursos sequenciais
	Exibições cinematográficas e programas de auditório
	Fonografia ou gravação de sons, inclusive revelação, ampliação, cópia, retocagem, reprodução e trucagem
	Hospedagem em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service e suíte service

¹³ Empresas habilitadas: IBM Brasil Ind. Máquinas e Serviços Ltda; BRProperties S/A; Instituto Moreira Salles; Mercado Eletrônico S/A; E-safetransfer S/A; Digisign Ltda; Meta Serviços em Informática Ltda; Fess Kobbi Ass. de Marketing e Comunicação Ltda; Klar Industria de Comercio de Elétrico Eletrônicos Ltda; TMS Call Center S/A; Partifib Projetos Imobiliários; DMF Construtora Incorporadora Ltda; BRQ Soluções em Informática S/A; Pyxsinfo Tecnologia Ltda.; Audatex Brasil Serviços Ltda.; Magma Sistemas Consultoria S/A; Microsoft Informática Ltda.; Bravo Telecomunicações Ltda.; Atento Brasil S/A; TNL CONTAX S/A; BRACOR Empreendimentos Imobiliários Ltda. PMSP/EMURB. *Programa de Requalificação Urbana Nova Luz*. Março 2009.

	Organização de festas e recepções (bufê) realizadas em estabelecimento localizado na região-alvo
	Propaganda e publicidade
	Provedores de acesso à internet
	Reprografia, microfilmagem e digitalização
	Shows, bailes, desfiles e festivais
	Telemarketing e Central de Atendimento Telefônico "Call Center"

Fonte: PMSP. *Decreto municipal* nº 46.996, de 13 de fev.2006.

2.1.2 O Procentro e suas intersecções com o projeto Nova Luz

Idealizado na década de 1990, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo, denominado Procentro, teve diferentes versões durante as gestões municipais a partir de então. Na gestão Serra/Kassab, o programa, que se assentava em financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para iniciativas de requalificação urbanística na área central da cidade, desenvolveu-se com marcadas intersecções com o projeto Nova Luz.

A origem do Procentro remonta à gestão municipal de Paulo Maluf (1993-1996), momento no qual o desenvolvimento de projetos para a transformação da área central de São Paulo, com vistas à obtenção de financiamento internacional, é pensado por meio do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (PÓLIS, 2008). Nas gestões seguintes, diferentes orientações políticas levaram a alterações no programa, que na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) passou a ser chamar Plano Reconstruir o Centro (2001-2002) e após novas alterações durante a sua gestão, Programa Ação Centro (2002-2004). A gestão Serra/Kassab retomou a denominação Procentro para o programa e promoveu modificações que serão destacadas adiante.

A concepção final do projeto Ação Centro foi aprovada pelo BID em outubro de 2003 e pelo Senado em maio de 2004. Em julho do mesmo ano, faltando seis meses para o fim do mandato de Marta Suplicy, o contrato de empréstimo foi assinado entre BID e PMSP, destinando ao programa US\$ 167,4 milhões, sendo US\$ 100,4 oriundos do BID e US\$ 67 milhões de contrapartida local. Segundo José (2010, p. 129), o programa teve como princípios básicos a inclusão social, o desenvolvimento local e a gestão compartilhada e compôs-se de 130 ações organizadas em cinco eixos: Reversão da Desvalorização Imobiliária e Recuperação da Função Residencial; Transformação do Perfil Econômico e Social; Recuperação do Ambiente Urbano; Transporte e Circulação; e Fortalecimento Institucional do Município. Até 2004, foram

realizadas no âmbito do programa, sob coordenação da EMURB, as ações resumidas no Quadro 2.

Com a eleição de José Serra para a prefeitura de São Paulo em 2004, constatou-se a paralisação da utilização dos recursos do financiamento do BID em função de uma ampla reformulação das ações delineadas no programa que, como mencionado, voltou a se chamar Procentro. Apenas em 2006 verificou-se a retomada das ações, já sob a gestão de Gilberto Kassab. Os cinco eixos de intervenção (Quadro 2) definidos durante a gestão de Marta Suplicy foram mantidos, no entanto, com destacada alteração nas ações previstas em cada eixo.

Quadro 2 – Programa Ação Centro: ações e recursos realizados até 2004

Eixo	Ações realizadas	Recursos utilizados
Eixo 1 (Reversão da Desvalorização Imobiliária e recuperação da função residencial)	Programa Morar no Centro: concluídas cerca de 1120 unidades habitacionais, pelos programas PAR e Locação Social; concessão de 1387 bolsas do programa Bolsa Aluguel; foram iniciados trabalhos de mobilização social e elaboração de projetos participativos de dois perímetros do PRIH – Luz e Glicério.	5% do total previsto para o Eixo, sendo 76% proveniente da PMSP
Eixo 2 (Transformação do perfil econômico e social)	Foi iniciada a maioria das ações previstas - iniciado projeto piloto com ambulantes; implantadas oito bases da Guarda Civil Metropolitana no Centro; articulada rede de apoio aos grupos vulneráveis; realizado o Censo de População de Rua (FIPE, 2003); contratação de educadores sociais para trabalho nas ruas; execução da Oficina Boracéia.	Dos US\$ 4 milhões investidos, 90% eram provenientes da PMSP.
Eixo 4 (Circulação e transportes)	Pouca coisa foi realizada, basicamente: o Projeto Funcional da rótula central e algumas obras de micro-acessibilidade e acessibilidade para pedestres.	Recursos utilizados: US\$ 1,3 milhões do orçamento municipal.
Eixo 5 (Fortalecimento Institucional)	Transferência da sede da prefeitura e órgãos municipais para a região do Centro Velho, incluindo reforma dos edifícios e aquisição de equipamentos. Criação do Fórum Ação Centro.	Recursos utilizados: US\$ 1,4 milhões do orçamento municipal.

Fonte: JOSÉ, 2010, p. 134.

De maneira geral, as mudanças corresponderam à ampliação do papel e das vantagens concedidas à iniciativa privada, com o redirecionamento do foco para infraestrutura em prejuízo dos aspectos sociais do programa, e à concentração de recursos para a região da Luz, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Procentro 2005: reformulação das ações do programa na gestão Serra/Kassab

Eixo	Ações realizadas	Montante de recursos (%)
Eixo 1 – Reversão da Desvalorização Imobiliária e recuperação da função residencial	Praticamente eliminado; retirada do componente habitacional e inclusão do projeto Nova Luz.	2
Eixo 2 – Transformação do perfil econômico e social	Retirada de programas da Secretaria de Trabalho destinados a ambulantes e introdução de consultorias para caracterizar a região central como um polo tecnológico.	9
Eixo 3 – Recuperação do ambiente urbano	Foram mantidas várias intervenções nos espaços públicos. O projeto Nova Luz teve ações inseridas nesse eixo, como a melhoria de ruas, a construção da nova sede da Subprefeitura da Sé e a formulação e execução de mobiliário urbano específico para a área.	56
Eixo 4 – Circulação e transportes	Retirada de projeto de transporte público, mantendo melhorias nas vias. Enfoque nas ações de monitoramento do sistema de transporte e de trânsito.	19
Eixo 5 – Fortalecimento Institucional	Manutenção das ações e inserção de ação do Nova Luz: projeto e construção do edifício da nova sede da PRODAM.	9

Fonte: PÓLIS, 2008, p. 61 (Org. PEREIRA, C. J. de F., 2015).

Nota: 5% do montante de recursos foram destinados à Administração e Supervisão.

Ficou evidente a intenção da prefeitura em intervir na região da Luz, a partir da inserção de várias ações do projeto Nova Luz no escopo do Procentro. Segundo Viana (2009), entre as ações realizadas pelo Procentro na região da Luz figuraram: consultoria para estudo vocacional da área da Nova Luz e elaboração do Plano de Negócios da Nova Luz; Projetos Executivos e Obras de Requalificação Urbana da Nova Luz; Obras para Implantação de Mobiliário. De acordo com o autor, um dos fatores que colaboraram para o desmantelamento das reivindicações sociais contempladas no Ação Centro e para o comprometimento das bases do programa com interesses governamentais, foi a eliminação das duas instâncias participativas de grupos da sociedade civil, a Coordenação Executiva Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo, sem restabelecimento de meios de participação social e sem restrição do BID a esse fato.

Assim, a eliminação, no âmbito do programa, dos aspectos relacionados à

permanência da população de baixa renda, como habitação e melhoria do transporte público, indicava o caráter das novas propostas de intervenção urbanística no centro, concentradas no projeto Nova Luz e marcadas pela concessão de benefícios ao setor privado em busca da “vitalidade econômica” da região.

2.1.3 Operação Urbana Centro

Paralelamente à Lei de Incentivos Seletivos, a administração municipal definiu a desapropriação de uma área de 105.000m² na região da Luz por meio de um decreto de utilidade pública¹⁴, em setembro de 2005, em função da necessidade de execução de plano de urbanização, ainda que esse plano não tivesse sido elaborado ou amplamente divulgado. A área sujeita à desapropriação foi ampliada por novo decreto em 2007¹⁵ e passou a abranger 270.000m², coincidindo com perímetro da Lei de Incentivos Seletivos.

Toda essa área se insere no perímetro de uma operação urbana consorciada, a Operação Urbana Centro (OUC), criada pela Lei municipal nº 12.349 de 1997 e ainda vigente. A criação do instrumento fundamentou-se na Lei Orgânica do Município de São Paulo, que prevê em seu artigo 152 a obtenção de recursos junto à iniciativa privada para a construção de obras e equipamentos pelo município por meio da outorga onerosa de exceções à legislação vigente para o setor privado. Posteriormente, as operações urbanas consorciadas foram instituídas pelo Estatuto da Cidade (2001), mantendo-se a necessidade de legislação específica para a sua aplicação. Foram ainda definidas no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 2002 (PDE) e, em 2004, detalhados nos Planos Regionais Estratégicos (PRE). O PDE as define da seguinte forma:

[...] conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o transporte coletivo, implantando programas habitacionais de interesse social e de melhorias de infraestrutura e sistema viário, num determinado perímetro (Lei Municipal 13.430/2002, art. 255).

Assim, em um perímetro de 662 hectares, abrangendo os distritos da Sé,

¹⁴ Decreto nº 46.291, de 5 de setembro de 2005.

¹⁵ Decreto nº 48.349, de 15 de maio de 2007.

República e Brás, a OUC visa estimular a realização de empreendimentos privados que se utilizem da outorga onerosa para a captação de recursos destinados a obras e serviços a serem realizados no perímetro predefinido, convergindo com os objetivos e diretrizes expressos no PDE, como:

estimular a requalificação, com melhor aproveitamento da infraestrutura instalada, de áreas de urbanização consolidada, com condições urbanísticas de atrair investimentos imobiliários (art. 76); [...] a recuperação, pelos instrumentos legais constantes do Estatuto da Cidade, dos recursos advindos da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público e sua aplicação em obras de infraestrutura urbana, sistema viário necessário ao transporte coletivo, recuperação ambiental e habitação de interesse social (art.77). (Lei Municipal 13.430/2002).

De acordo com José (2010, p. 98), entre as obras e serviços realizados pelo Poder Público no perímetro da OUC até 2005, com os recursos arrecadados, estão: o tratamento cromático do piso da Praça D. José Gaspar; a implantação do Corredor Cultural; as obras no “quadrilátero piloto” e a reurbanização da Praça do Patriarca. Ainda segundo a autora, na gestão de Gilberto Kassab os recursos da OUC foram direcionados para o projeto Nova Luz, mais especificamente para a desapropriação de imóveis no perímetro do projeto. Em novembro de 2006, a Comissão Executiva da OUC aprovou uma proposta de aporte de recursos financeiros no valor de R\$ 3.619.822,08 para esse fim, ainda que não tivesse definido ainda a destinação dessas áreas¹⁶.

A desapropriação da área de 4.359 m², nas quadras formadas pelas ruas General Couto de Magalhães, dos Protestantes e Mauá, ocorreu com recursos da Operação Urbana Centro e acarretou a demolição dos edifícios localizados nesses terrenos em setembro de 2007 (PÓLIS, p. 70). Contudo, as desapropriações na área delimitada pelo Decreto nº 48.349, de 15 de maio de 2007, não se concretizaram integralmente, em certa medida devido à existência na região de uma série de imóveis irregulares, abandonados e tombados.

2.1.4 Concessão Urbanística

Diante da morosidade no processo de desapropriação dos terrenos no perímetro definido para a implantação do projeto Nova Luz, em fevereiro de 2009 o

¹⁶ PMSP. *Diário Oficial do Município*, 29 de novembro de 2006.

gabinete do prefeito Gilberto Kassab enviou à Câmara de Vereadores a lei de Concessão Urbanística, ampliando as possibilidades de inserção da iniciativa privada no processo de reurbanização do centro. Conforme previsto nos três parágrafos do artigo 239 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (2002), o instrumento urbanístico autoriza o Poder Executivo a delegar a uma empresa ou a um consórcio, mediante licitação, a realização de obras de urbanização ou de reurbanização. A empresa concessionária fica responsável pelo pagamento de indenizações e desapropriações e pela elaboração do projeto, que deverá ser autorizado pelo Poder Público, além da execução das obras. A remuneração do consórcio é viabilizada por meio da exploração dos terrenos e edificações destinados ao uso privado e da exploração dos espaços públicos beneficiados após a reurbanização.

Diferentemente de outros instrumentos, a Concessão Urbanística não estava prevista no Estatuto da Cidade e sua introdução no PDE não foi acompanhada de detalhamento sobre a operacionalização, situações aplicáveis ou área a ser implantada conforme destaca Souza (2010, p. 34). De acordo com o autor, o então assessor chefe da assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), Paulo Lomar, incorporou o instrumento ao PDE a partir do respaldo técnico de sua dissertação de mestrado¹⁷ e do entendimento de que a expressão “entre outros” que acompanha a definição dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade – conforme redação de seu artigo 4º – conferia-lhe uma conotação exemplificativa, permitindo ao município a utilização do instrumento dentro da autonomia federativa.

A delegação das desapropriações à empresa concessionária, conforme proposto no PDE e na lei que regulamenta a Concessão Urbanística, respaldou-se no regime de concessões comuns regida pela Lei Federal nº 8.897 de 1995, que em seu artigo 29, incumbe ao poder concedente “declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis”. Essa fundamentação gerou impasses durante as discussões do projeto de lei em relação à legalidade do instrumento, já que o dispositivo mencionado se aplica aos casos das concessionárias

¹⁷ LOMAR, Paulo José Villela. *A concessão urbanística*. Dissertação (Mestrado em Direito Urbanístico). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

que prestam serviços em nome do Poder Público, mediante licitação, e cobram tarifas dos usuários, como nos casos de fornecimento de energia elétrica, de comunicação, de águas e esgotos e de transportes coletivos. Sobre essa polêmica, Souza (2010, p.104) destaca:

Os críticos do projeto indagam o que tem a concessão urbanística, que realiza desapropriação e obras de revitalização, para revender unidades com fins lucrativos, com a figura da prestação de serviços, mediante cobrança de tarifas, e, avançando um pouco mais, classificam a nova medida como a figura da “concessionária de especulação imobiliária”. Por outro lado, seus defensores entendem que a medida encontra respaldo legal na própria legislação das concessões, bem como no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 2001) e, principalmente, em seu Plano Diretor, que prevê a aplicação desse instituto, em conformidade com a Constituição Federal.

Apesar dos questionamentos jurídicos apontados, a Lei de regulamentação da Concessão (Lei nº 14.917/09) foi aprovada em um processo marcado por admirável agilidade. Em 6 de março foi realizada a primeira audiência pública para o debate do Projeto de Lei nº 87 de 2009, no dia 13 do mesmo mês a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa deu parecer de legalidade e constitucionalidade ao Projeto de Lei e, no dia 17, realizou-se a segunda audiência pública. Uma semana depois, em 25 de março, o projeto de lei passou por sua primeira aprovação na Câmara dos Vereadores e devido aos protestos da bancada de oposição (PT e PCdoB), foi desmembrado, por meio de um substitutivo, em dois projetos, sendo um da concessão urbanística, e outro de sua aplicação na Nova Luz. Em sessão extraordinária do dia primeiro de abril, ambos foram aprovados em primeira sessão, antes mesmo da realização das duas audiências públicas que deveriam ser solicitadas pela Câmara dos Vereadores, realizadas apenas nos dias 3 e 14 do mesmo mês. Enfim, em 22 de abril foram aprovadas a lei que dispõe sobre a concessão urbanística e a lei que autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz, sendo elas sancionadas em 7 de maio de 2009¹⁸ (SOUZA, 2010).

A partir das aprovações descritas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) lançou publicamente o edital para a contratação do projeto

¹⁸ PMSP. *Lei Municipal nº 14.917* de 7 maio de 2009.; PMSP. *Lei Municipal nº 14.918* de 7 maio de 2009.

urbanístico, plano de urbanização das ZEIS¹⁹, estudo de impacto ambiental, estudo de viabilidade econômico-financeira e plano de comunicação com a população para a Nova Luz. Em maio de 2010 foi anunciado o consórcio Concremat/City/AECOM/FGV²⁰ como vencedor da licitação. O projeto preliminar foi publicado em novembro de 2010 e, conforme previsto em edital, foi submetido a audiências públicas que, no entanto, não implicaram modificações relevantes em sua versão consolidada, publicada em julho de 2011.

2.1.5 Plano Urbanístico Específico elaborado pelo consórcio Nova Luz

A versão final do Projeto Urbanístico Específico (PUE), do Plano de Urbanização de ZEIS (PUZEIS) e do Estudo de Viabilidade Econômica, após a consolidação dos ajustes recomendados, foi publicada em outubro de 2012, caracterizando-se como um plano de uso e ocupação do solo com os seguintes objetivos: preservação e recuperação do patrimônio histórico, incremento da área destinada para o uso residencial, consolidação da área destinada à habitação de interesse social e criação de uma rede de espaços públicos (PMSP, 2012, p. 3). Sua realização foi prevista em cinco fases, com duração total de 15 anos, e abrange 45 quadras, dentro do perímetro das avenidas São João, Ipiranga, Cásper Líbero, Mauá e Duque de Caxias, totalizando uma área de 500 mil m², conforme Mapa 1.

Entre os princípios norteadores do PUE são elencados: valorizar a malha urbana, definir portais, conectividade, rede de espaços livres, acessibilidade às conexões da cidade e definição de setores e âncoras (PMSP, 2012, p. 26). A ordenação do perímetro do projeto (Mapa 1) foi vinculada ao estabelecimento de âncoras, entendidas como edifícios e espaços públicos-chave que deveriam atrair as pessoas, e conexões que interligariam as âncoras, permeando os diferentes setores.

¹⁹ O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado em 2002 de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), criou as ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. As ZEIS são zonas nas quais novos empreendimentos imobiliários devem garantir a construção de um mínimo de unidades de Habitação de Interesse Social ou Habitação de Mercado Popular. No caso da região abrangida pelo projeto Nova Luz essas zonas caracterizam-se como ZEIS 3, ou seja, áreas com predominância de terrenos ou edificações subutilizados situados em áreas centrais. Cf. NOBRE, 2008.

²⁰ Composto pelas empresas Concremat Engenharia, Companhia City, AECOM Technology Corporation e Fundação Getúlio Vargas.

Mapa 1 - Área de intervenção do projeto Nova Luz

Fonte: PMSP, 2011c, p. 10.

Foram definidos quatro setores (Mapa 2) interligados entre si, no perímetro do projeto, com o objetivo de potencializar as suas características e ampliar a identidade do lugar: setor Mauá, caracterizado pela concentração de equipamentos culturais e de entretenimento como teatros, cafés e restaurantes; setor Rio Branco, com concentração de conjunto imobiliário de alto valor, predominando a localização de escritórios comerciais; setor Triunfo, com predomínio de uso residencial nos pavimentos superiores das edificações e instalação de um conjunto de equipamentos públicos; e setor Nébias, no qual estão previstos empreendimentos mistos residenciais e não residenciais com pátios internos de acesso restrito. As referências internacionais do desenho urbano não constam explicitamente na versão final do PUE, contudo no documento *Visões e Diretrizes Urbanísticas* do projeto Nova Luz, publicado em novembro de 2010, os projetos artísticos dos setores então previstos remetiam a La Rambla de Barcelona, Campo Santa Margherita de Veneza, Parque da Victoria Manalo de São Francisco e Bryant Park de Nova Iorque.

de no mínimo 80% do total de área construída computável para Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular²¹.

Mapa 3 - Zonas Especiais de Interesse Social na Nova Luz

Fonte: PMSP, 2012, p. 161.

Já o Estudo de Viabilidade Econômica avaliou as condições de implantação do projeto Nova Luz, concluindo pela necessidade de aporte de recursos públicos para a sua viabilização. Previu-se no estudo que a principal fonte de receitas do concessionário estaria concentrada na venda dos imóveis destinados a usos privados, considerando-se a valorização decorrente da intervenção proposta, apesar de não serem descartadas as demais possibilidades previstas na legislação, como a exploração dos bens privados e públicos resultantes das obras de requalificação. Considerando os cenários analisados, o estudo previa em 2012 que o valor necessário da contrapartida pública poderia variar de R\$ 162,4 milhões a R\$ 491,1 milhões.

Com a finalização dos projetos, planos e estudos pelo consórcio Nova Luz e com a aprovação deles pelo Poder Público Municipal, a próxima etapa seria a seleção

²¹ A faixa de renda atendida pela Habitação de Interesse Social é de até 6 salários mínimos, enquanto a de Habitação de Mercado Popular é de mais de 6 até 16 salários mínimos.

da empresa concessionária, por meio de licitação, e executora o projeto. No entanto, nesse interim, a Defensoria Pública do Estado de S. Paulo ajuizou uma Ação Civil Pública²², elaborada em conjunto com a AMOALUZ²³, visando à anulação da aprovação do PUZEIS com base na justificativa do desatendimento ao princípio da gestão democrática da cidade durante o processo de aprovação do plano. Um dos principais argumentos utilizados na Ação Civil foi a ausência de participação efetiva da sociedade civil ao longo do processo de discussão do Conselho Gestor das ZEIS (GATTI, 2015, p. 203). Em 18 de janeiro de 2013, a juíza Luiza Barros Rozas emitiu parecer favorável à Ação Civil Pública, paralisando o andamento do projeto Nova Luz e o lançamento do edital de licitação pública.

Então sob a gestão de Fernando Hadadd (2013-2016), a Prefeitura de São Paulo recebeu em audiência o consórcio Nova Luz e avaliou que o projeto era inviável economicamente, anunciando a intenção de convertê-lo em uma parceria público-privada com a segmentação de sua implantação²⁴. No plano jurídico, foi proposto em abril de 2013, pelo então vereador Nabil Bonduki (PT), o Projeto de Lei nº 282/2013 que revogava a Lei Municipal nº 14.918/009 que autorizava o executivo a aplicar a concessão urbanística nas áreas do projeto Nova Luz. O processo foi encerrado em abril de 2017, com parecer contrário no mérito.

2.2 Renovação, revitalização, requalificação ou gentrificação urbana?

Nos documentos produzidos pelo Poder Público Municipal e, posteriormente, pelo consórcio Nova Luz, durante o processo de concepção do projeto, verificou-se diversas vezes a utilização do termo “requalificação” para definir as ações pretendidas para a região. A compreensão desse termo se insere nas especificidades das intervenções urbanas em voga nas últimas décadas e na apreensão dela em relação às demais terminologias de prefixo “re”, como renovação, revitalização e reabilitação. Todas elas remetem concomitantemente a um retorno e a uma transformação, “alguma coisa que repete o já existente com uma nova forma” (VASCONCELLOS; MELLO, 2006, p. 53), fazendo-se necessário identificar a intensidade das transformações e, conseqüentemente, das manutenções na vida urbana que

²² Ação Civil Pública TJ-SP nº 0019326-64.2012.8.26.0053.

²³ Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz.

²⁴ G1 SP. Prefeitura de SP afirma que projeto Nova Luz é tecnicamente inviável. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/prefeitura-de-sp-afirma-que-projeto-nova-luz-e-tecnicamente-inviavel.html>>. Acesso em: 8 maio 2017.

subjazem tais termos. Neste trabalho nos ocuparemos, ainda que brevemente, dos termos renovação, revitalização, requalificação e gentrificação. Tendo-os como noções e não como conceitos científicos.

2.2.1 Renovação urbana

O termo renovação urbana foi amplamente utilizado no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e esteve associado às reconstruções das áreas centrais de cidades europeias afetadas por bombardeios ou esvaziadas em decorrência do conflito. Posteriormente, o termo foi empregado na reconstrução de bairros ou centros considerados “degradados” economicamente, em especial nos Estados Unidos, como uma resposta a crescente necessidade de expansão do capital financeiro, industrial e imobiliário (SIMÕES JUNIOR, 1994, p. 15).

A renovação urbana implica, geralmente, destruição e posterior reconstrução, envolvendo demolições e substituição das formas urbanas existentes por outras mais modernas, em projetos que envolvem a negação da cidade existente. Por se configurarem em ações radicais de intervenção urbana, esse termo associa-se aos paradigmas da Carta de Atenas (1933)²⁵ e às ideias modernistas (OLIVEIRA, 2009, p. 40). Sua metodologia ficou conhecida como “arrasa-quarteirão”, já que praticamente desconsidera os atributos arquitetônicos, históricos e culturais da área objeto de intervenção em nome da aplicação da técnica e do progresso industrial em uma busca do ordenamento funcional e social da cidade.

Nesse processo, verifica-se a desarticulação dos laços de vizinhança na medida em que a criação de novos polos comerciais e de serviços implica a remoção da população residente ou a expulsão dela devido à valorização imobiliária que acompanha a renovação, e pelo rompimento muitas vezes dramático das características do tecido urbano anterior (VASCONCELLOS; MELLO, 2006, p.56). Destacam-se ainda, de acordo com Simões Júnior (1994, p. 16), a impessoalidade e a esterilidade dos grandes projetos habitacionais implantados no bojo das ideias de renovação, marcados pela ausência de identidade e materializados em conjuntos de edifícios idênticos. No início da década de 1970, a insatisfação decorrente do

²⁵ A *Carta de Atenas* de 1933 corresponde às resoluções do IV CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – e sintetiza as reflexões do “Urbanismo Racionalista”. O documento traz a importância da conciliação da preservação com as decisões de renovação, apontando para a conservação de exemplares de edifícios históricos mediante avaliação altamente seletiva, tomando como referência o bem monumental, isolado do contexto urbano. Cf. ALMEIDA, 2010.

autoritarismo dos projetos de intervenção urbana, a mudança no perfil econômico da população residente nos centros e a obsolescência das suas estruturas físicas contribuíram para a acentuação crescente da crítica aos princípios do urbanismo modernista.

2.2.2 Revitalização urbana

A partir dos anos 1970, fatores como a aceleração da urbanização e mudanças nos paradigmas de preservação traduzem-se em novas concepções de intervenção urbana, as revitalizações. Seu objeto constitui, sobretudo, áreas centrais ou possuidoras de centralidade em período precedente, declaradas como espaços subutilizados, degradados fisicamente e fragilizados economicamente, aos quais é atribuída a perda de uma vitalidade anteriormente vivida. De acordo com Magalhães (2008, p. 67), a noção de revitalização “quando utilizado para áreas centrais, refere-se muitas vezes a áreas periféricas aos centros, onde os processos de reestruturação econômica das últimas décadas produziram estruturas industriais ociosas e áreas de residência proletárias empobrecidas”. Tais processos resultam, segundo Botelho (2005, p.54) de mudanças no planejamento, nas políticas urbanas e nos interesses do capital imobiliário, que engendram a construção de novas centralidades.

A tônica das propostas de revitalização acompanhou a ampliação do conceito de monumento histórico, expresso na Carta de Veneza (1964)²⁶ como todo o conjunto representativo das civilizações e dos acontecimentos históricos. Pretendia-se reverter a ideia de patrimônio como exemplo isolado e gerar, a partir do entendimento do sítio urbano como testemunho histórico, a necessidade de políticas de manutenção e valorização voltadas para a cidade (OLIVEIRA, 2009, p. 40). Frúgoli Júnior (2000), tomando por David Harvey, faz uma análise das novas práticas urbanísticas, que são parciais e pontuais, diferenciando-se, por isso, da prática modernista macroestrutural. Inserindo-as na conjuntura econômica do período, Frúgoli Júnior destaca a transição da acumulação capitalista do sistema fordista para o de acumulação flexível no início da década de 1970. Vejamos:

Este processo tem ocasionado várias mudanças em muitas cidades, que, diante da crescente desindustrialização, vêm se tornando centros cada vez mais eminentemente financeiros, de consumo e de

²⁶ A Carta de Veneza é fruto das deliberações do II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de Monumentos Históricos realizado em 1964. Foi adotada pelo ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios da UNESCO – em 1965.

entretenimento. Nesse quadro, Harvey aponta que uma forma de retomada econômica de muitas metrópoles atingidas por tais alterações tem passado pela promoção da revitalização de suas áreas centrais, um modo de atrair capital e pessoas (sobretudo das classes médias), tornando-as convidativas do ponto de vista turístico e comercial, por meio da resignificação dos espaços urbanos (FRÚGOLI JR., 2000, p. 21).

A incorporação da valorização dos elementos históricos, arquitetônicos e das atividades de turismo e lazer, foi abarcada, muitas vezes, por projetos culturais para as regiões a serem revitalizadas. No caso do Brasil, as particularidades dos processos de revitalização, tendo em vista a sua inserção subordinada na economia mundial, configuram-se, segundo Botelho (2005, p. 56), em mudanças que se concentram mais no padrão de uso do que nas mudanças de padrão residencial e na marcada atuação do Poder Público na condução dos projetos.

2.2.3 Requalificação urbana

Nas décadas de 1980 e 1990, a consolidação das políticas caracterizadas pelas parcerias público-privadas colaborou para as transformações na maneira de intervir no espaço urbano e abriu caminho para as ações chamadas de requalificação urbana. Nesse momento, a ideia de recuperação da vitalidade anterior de áreas centrais é parcialmente superada, dando lugar às pautas de melhorias nos espaços públicos e privados com o intuito de atrair atividades lucrativas economicamente, adequadas à contemporaneidade e ao contexto global. A partir dessa perspectiva, a atuação do Estado intensifica-se, principalmente no financiamento e na articulação de projetos de desenvolvimento econômico, por meio de parcerias com o setor privado, como aponta a análise de Carolina Oliveira (2009, p.164):

[...] a ideia geral vinculada aos Planos ou Programas de Requalificação e Reabilitação Urbana é a de que o poder público, investindo em infraestrutura e na recuperação ou melhoria de espaços públicos, promoverá a valorização dessas áreas que serão atrativas para o mercado imobiliário e para setores da sociedade com capital mais elevado. Estes por sua vez, a partir da “reocupação” do território condicionariam a retomada de diversas atividades, recursos e investimentos para estes espaços, contribuindo (diretamente ou indiretamente) para o fortalecimento e recuperação econômica, bem como para a manutenção e preservação dos espaços de valor histórico.

O termo requalificação volta-se, portanto, para o “estabelecimento de novos

padrões de organização e utilização dos espaços, com vistas a um melhor desempenho econômico” (MAGALHÃES, 2008, p. 68), engendrando transformações que implicam em alteração das estruturas físicas e sociais do espaço urbano.

Nos documentos produzidos no escopo do projeto Nova Luz, explicita-se a adesão do Poder Público ao modelo de requalificação para a região objeto de intervenção, como se pode observar:

A realização de intervenção urbana mediante concessão urbanística observará às seguintes diretrizes descritas no parágrafo único do artigo 1º da lei 14.917/09, [...] VII. Estimular a reestruturação e **requalificação urbanística** para melhor aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura, estimulando investimentos e revertendo o processo de esvaziamento populacional ou imobiliário [...]. (PMSP, *Termo de referência...*, 2009, p. 4).

Não obstante, a área tem elevado potencial de **requalificação** (social, econômica e ambiental) devido a sua localização estratégica e larga dotação de infraestrutura. O projeto Nova Luz poderá representar um importante precedente urbanístico e social para as principais capitais do País. (PMSP, *Plano Urbanístico Específico*, 2011a, p. 2-1).

O objetivo da Concessão Urbanística é a implantação das obras e intervenções previstas no projeto urbanístico específico, necessárias à **requalificação** da infraestrutura urbana e ao reordenamento do espaço urbano daquela região. (PMSP, *Estudo de viabilidade econômica...*, 2011d, p.11).

Considerando-se, portanto, as definições apresentadas para o termo requalificação, especialmente a intenção de estabelecerem-se novos padrões de organização dos espaços com o objetivo de atrair novas atividades econômicas, podemos verificar uma coerência no emprego da noção em relação às propostas de intervenção na região da Luz. Por outro lado, cabe sondar se a quantidade de demolições previstas, inclusive de edifícios de moradia, e as modificações aventadas para as atividades econômicas da região, implicariam ou não em mudanças mais radicais, que aproximariam o projeto Nova Luz do termo renovação, ainda que proponha a manutenção de edifícios representativos ou de valor histórico.

2.2.4 Gentrificação

Grande parte das pesquisas em torno de processos de revitalização e requalificação urbanas, nos termos tratados anteriormente, têm associado seus efeitos, ou mesmo suas diretrizes e propostas, ao fenômeno da gentrificação. Frúgoli

Júnior (2006a: p. 133, *apud* FRÚGOLI JR; SKLAIR 2009), retomando artigo escrito por ele em 2006, sintetiza o conceito da seguinte maneira:

criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade.

O termo gentrificação foi cunhado por Ruth Glass em 1963²⁷ para designar as transformações que vinham ocorrendo em Londres em função do afluxo de setores da classe média dos subúrbios residências para os distritos históricos desvalorizados, em busca das facilidades de acesso ao trabalho, moradia, lazer e consumo (BOTELHO, 2005, p.55). A presença desses moradores engendrou o surgimento de novos equipamentos culturais, bem como locais de consumo atrelados às demandas de tal grupo, como cafés e restaurantes refinados e implicou na modificação da composição social dos lugares, com a saída das pessoas de menor renda de seus espaços cotidianos.

Esse processo característico das cidades anglo-saxãs, marcado pela demanda espontânea e acompanhado pelo mercado imobiliário, se transformou em uma estratégia urbana global, gerando políticas para tornar as cidades economicamente atrativas em diversas partes do mundo na década de 1990 (SMITH, 1996 e 2003 *apud* BOTELHO, 2005, p.55). Segundo Neil Smith (2007, p. 17), o processo de gentrificação "está ocorrendo na América do Norte e em grande parte da Europa ocidental, assim como na Austrália e na Nova Zelândia, ou seja, nas cidades da maior parte do mundo capitalista ocidental avançado". Dessa maneira, a gentrificação não seria mais apenas uma consequência possível dos processos de requalificação, mas a própria política de intervenção urbana, tendo o Estado como condutor do processo. No contexto latino-americano e brasileiro, alguns autores abordaram a possibilidade de analisar processos ocorridos em grandes cidades inserindo-os na compreensão do fenômeno da gentrificação. Rogerio Proença Leite (2002, p.118), ao estudar o processo de revitalização do Bairro do Recife Antigo, adota a seguinte definição para o termo gentrificação:

²⁷ Na obra *Introduction to London: aspects of change* (1963). Ver. BOTELHO, 2005, p.55.

intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado.

Nota-se que na definição do autor, a gentrificação está imbricada no modelo de intervenção, ainda que ele aponte em seu estudo que “os usos podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos às realocações da tradição e aos lugares nos espaços da cidade” (LEITE, 2002, p. 121), com a participação das classes populares e diferindo das configurações esperadas pelas políticas urbanas.

Neste trabalho, adotaremos a ressalva de Frúgoli Jr. e Sklair (2009, p. 131) de que “não devemos imaginar que todo processo de intervenção urbana com origem no poder público local seja sempre sinônimo de expulsão e intimidação das classes populares”. A região da Luz não tem vivido alterações nos padrões sociais de seus moradores e, tampouco, na frequência e consumo decorrentes da instalação de instituições culturais recém-instaladas, como a Sala São Paulo e a reforma da Pinacoteca do Estado, já que os grupos de maior renda que os frequentam o fazem pontualmente e com interações mínimas com o seu entorno.

O engavetamento do projeto Nova Luz na gestão de Fernando Haddad (2013 – 2016), recuou a possível atuação do Poder Público no sentido da gentrificação da região. Contudo, no caso das propostas desse projeto, como vimos, houve declarada intenção do Estado de atrair investimentos privados e disposição de alocar recursos públicos na região, visando à transformação das estruturas físicas e das atividades econômicas, que podem ser interpretadas como uma busca de alterar sua composição social e empreender um processo de gentrificação ao valorizar a atração de frações das classes médias e de uma população de maior renda que a atual.

CAPÍTULO 3

OS VEÍCULOS DAS REPRESENTAÇÕES

As propostas de intervenção urbanística na região central da cidade de São Paulo, que no período estudado (2005-2012) concentraram-se em torno do projeto Nova Luz, devem ser inseridas na compreensão dos modelos vigentes de intervenção sobre o patrimônio urbano, mas também nas relações sociais que permeiam o seu campo de produção. Além da técnica e dos saberes específicos dos planejadores urbanos, é possível apreender nos documentos e planos que compõem o projeto, as representações sobre a região, seus moradores, seu comércio, em sua conformação atual e na perspectiva futura. Além disso, abordaremos nesse trabalho as representações sobre a região, formuladas e/ou divulgadas pelos jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, e mesmo nacionalmente, neste caso a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Para o estudo das representações envolvidas no projeto Nova Luz, nos apoiaremos em alguns aspectos da teoria de Roger Chartier (1990; 1991) e de Henry Lefebvre (1983; 1999; 2006) articulando-os ao campo da História Cultural e da Geografia Urbana. Não iremos, portanto, adentrar no debate da multiplicidade de análises desenvolvidas em outros campos disciplinares, como o da Psicologia Social²⁸ ou da Análise do discurso.

3.1 O estudo das representações como caminho teórico-metodológico

As noções complementares de práticas e representações, conforme elaboradas por Roger Chartier, “de certo modo corresponderiam respectivamente aos ‘modos de fazer’ e aos ‘modos de ver’” (BARROS, 2010, p. 76). A partir da crítica que ele faz aos princípios governantes da disciplina histórica, em especial identificados aos *Annales*, como o princípio de uma história global e a primazia dada ao recorte social, Chartier (1991) propõe a análise histórica por meio de um ponto de entrada particular, considerando que as práticas e as estruturas são produzidas pelas representações e é por meio delas que os grupos e indivíduos dão sentido ao seu mundo.

²⁸ Sobre as teorias das representações sociais nos estudos da Psicologia Social, ver ALEXANDRE, Marcus. Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*, Rio de Janeiro, v.10, n.23, jul.-dez. 2004, p.122-138.

Renunciando ao que chama de tirania do social, Chartier recusa o postulado de que a apropriação de bens culturais é determinada por divisões sociais prévias e propõe inverter a perspectiva, recomendando que se parta dos códigos – nesse caso principalmente as notícias jornalísticas – para apreender assim a diversidade de suas apropriações. Essa posição rendeu-lhe críticas em relação à demasiada ênfase no cultural, ainda que, segundo Carvalho (2005, p. 160), o autor relativize-a e não chegue a aplicá-la integralmente em seus trabalhos. Nessa direção, Dantas (2009, p.42) pondera que:

reconhecer as maneiras de circulação e apropriação não significa, assim, limitar-se ao possível ou aceitar os fatos como inexorabilidade histórica – esse seria uma outra armadilha determinista que desemboca, invariavelmente, no conformismo diante dos processos sociais. Não, ao contrário, tal reconhecimento implica mapear e analisar as lutas, os embates, os jogos de interesse, as forças, os símbolos e os projetos (de cidade, de sociedade, de mundo) em disputa, a construção (ou a destruição) de possibilidades.

Na busca pela superação do postulado que opõem a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações, Chartier aproxima-se, segundo Dantas (2009, p. 54), de conceitos centrais da obra de Pierre Bourdieu (1989) e empreende “uma reinterpretação do marxismo à luz de uma análise que incorporasse tanto os sentidos subjetivos quanto os objetivos das ações”. Assim, Chartier (1991, p. 183) propõe considerar

os esquemas geradores dos sistemas de classificação e percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social. [...] mas também considerar, corolariamente, essas representações coletivas como as matrizes das práticas que constroem o próprio mundo social.

O autor assevera, a partir dessa perspectiva, que a noção de representação possibilita articular três modalidades de relação com o mundo social ou três registros de realidade, quais sejam: i) o trabalho de classificação a partir do qual os grupos constroem a realidade; ii) as práticas que buscam uma identidade social e; iii) as formas institucionalizadas. Neste trabalho abarcaremos, principalmente, a difusão e a elaboração de representações – que decorrem do trabalho de classificação, com vistas a uma realidade –, por dois grandes grupos jornalísticos, assim como as formas institucionalizadas por meio das propostas do Poder Público Municipal. Dessa maneira, buscamos reconhecer o conjunto de representações que fortalecem as

posições dos grupos mencionados e forjam uma unidade em torno de interesses específicos, como as intervenções urbanas.

De acordo com Carvalho (2005), a teoria de Chartier sobre as representações considera a tensão entre o “fazer crer”, com seus procedimentos discursivos e formais, e as “formas de crença”, que agregam variações e rebeldias. Dessa forma, “a força da representação pode tentar persuadir de um poder, mas pode também dar a perceber a distância entre os signos exibidos e a realidade que eles não podem dissimular” (CARVALHO, 2005, p.154). As representações, apesar de se pretenderem hegemônicas, se relacionam aos grupos sociais que as elaboram, e os conflitos em torno delas traduzem-se em recursos de ordenamento e de hierarquização da estrutura social. Neste ponto, a teoria de Chartier referencia-se novamente em Pierre Bourdieu e destaca que as lutas de representações têm lugar onde a violência é monopólio do Estado.

Também na teoria desenvolvida por Henri Lefebvre (1983), as representações estão relacionadas à sua base social, oscilando entre a maneira que se constitui a sociedade na qual determinada representação é elaborada e a imagem que essa sociedade faz de si. Em sua opção por aceitar o representativo como um fato social, além de psíquico e político, o autor considera que as relações das representações entre si envolvem as relações sociais, ou seja, envolvem os conflitos que marcam, em determinada sociedade, as relações entre os sujeitos, os grupos e as classes sociais. As representações se constituíam, dessa maneira, a partir da prática discursiva e, ao mesmo tempo, da prática social, possuindo subjetividade e objetividade, sem reduzir-se aos sujeitos ou aos objetos sociais. Apesar de procederem de uma determinada conjuntura social, marcada pelas disputas de poder, as representações se dirigem ao conjunto da sociedade, não podendo ser restringidas ao seu veículo linguístico ou aos seus suportes sociais.

Algumas vezes, a representação é, segundo Lefebvre (1983, p. 23), um fato ou um fenômeno de consciência individual e social, que se constrói em uma dada sociedade e em uma língua específica e que acompanha uma palavra ou conjunto de palavras por um lado e, por outro, um objeto ou conjunto de objetos. Outras vezes, as representações são objetos que correspondem às relações sociais que eles incorporaram, evidenciando determinados aspectos dessa relação e ocultando outros. Por isso, as representações não são verdadeiras nem falsas, elas interpretam a experiência e a prática, tornando-se parte delas. Ou seja, as representações são

“verdadeiras como resposta a problemas reais e são falsas enquanto dissimuladoras das finalidades reais” (1983, p. 62).

É a análise posterior das representações, relacionando-as às condições de existência da sociedade e do grupo que a produziu, que lhe confere falsidade ou veracidade. Toda representação inclui um “dado de realidade” que se integra a ela e promove certa credibilidade, de forma que a consciência e o pensamento sejam orientados para o possível ou verossímil. Para esclarecer esse aspecto, Lefebvre cita a prática dos grupos dominantes de acentuar certas características físicas dos grupos dominados, como particularidades do corpo feminino ou de uma etnia, convertendo-os em traços de caráter, gerando uma imagem que guarda relações com a realidade, mas que serve para reforçar a dominação. Extrapolando essa questão para o objeto abordado nesse trabalho, arriscamo-nos a comparar tal situação com a utilização de um aspecto presente na região da Luz, particularmente o consumo e o tráfico de drogas, para formular uma imagem que dissimula outros aspectos da região e desloca um ponto particular dessa realidade para a elaboração de generalizações que perpetuam a dominação sobre as camadas populares que ali residem. Esse aspecto pode ser apreendido em diversas notícias no ano de lançamento do projeto Nova Luz, como a publicada pelo Estado de S. Paulo, em 15 de setembro de 2005 (Cidades, p. 3):

Prefeitura apresenta planos de incentivo para a cracolândia
O prefeito José Serra (PSDB) encaminhou ontem à Câmara Municipal o projeto de lei detalhando os incentivos fiscais para o programa de recuperação da cracolândia, no centro. [...] ‘Vamos transformar uma região de crimes em uma área de desenvolvimento’, disse Serra. A previsão do tucano é de que as mudanças apareçam em cinco anos.

Cabe destacar que, já na manchete, a região da Luz é substituída pelo termo “cracolândia”, conferindo até mesmo um tom inusitado à frase, já que pode parecer que a prefeitura está incentivando justamente o que pretende combater. Além disso, a recuperação, por meio de intervenções fiscais, não se remete aos dependentes de drogas que ali se estabelecem, mas à cracolândia como um espaço de crimes. Em manchete de 19 de março do mesmo ano, da *Folha de S. Paulo*, lê-se uma caracterização que se repete diversas vezes nas notícias e que destaca a região pelo tráfico de drogas:

Reduto do crack: Matarazzo reúne empresários para discutir revitalização da cracolândia

O subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, irá se reunir hoje com 57 empresários e representantes de entidades para discutir propostas de revitalização para a “cracolândia”, região do centro de São Paulo conhecida pelo tráfico de drogas. (FSP, Cotidiano, C4).

Apesar das ressalvas que Chartier faz à tirania do social, ele também abarca o aspecto da dominação no debate sobre as representações. O autor destaca que sua teoria objetiva relacionar a compreensão das duas noções complementares – práticas e representações – às divisões do mundo social que é simultaneamente significado e construído por elas. Assim, traz para a noção em debate, o aspecto do poder, retirando dela o caráter neutro e relacionando-o às determinações de classe e de posição social. Escreve que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

O papel da análise das lutas de representações, em sua tentativa de impor uma concepção de mundo social, é equiparado ao papel do estudo das lutas econômicas, por seu aspecto também decisivo na conformação das práticas (1990, p. 17). Assim, as representações, ao produzirem um conjunto de atitudes e posições políticas e sociais, se aproximam do conceito de ideologia, entendido como “uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses” de poder e de controle social (BARROS, 2010, p. 86). Rompe-se, portanto, com a visão mais restrita de ideologia como expressão dos interesses de cada classe operando principalmente pelo ilusório e pelo irreal (DANTAS, 2009, p. 44), já que as representações e o real não estão em campos opostos.

Um dos livros mais difundidos no Brasil sobre o conceito de ideologia, fundamentado na tradição marxista, é o título da Coleção Primeiros Passos *O que é Ideologia*, da filósofa Marilena Chuí (DANTAS, 2009, 48). Nele, a autora aborda o conceito como instrumento da dominação de classe e explica que a sua eficiência decorre justamente de sua finalidade de ocultar essa dominação. A ideologia é possível, porque no cotidiano, as pessoas representam a realidade de modo invertido,

ou seja, sob o efeito da alienação elas não se percebem como criadoras de suas condições de existência. A ideologia opera assim pela ilusão, que não significa ficção ou falsidade, mas antes é composta pela abstração – aceitar a realidade sem questionamento – e inversão – tomar os efeitos pelas causas (CHAUÍ, 1984, p. 104). Ao propor que a ideologia não é autônoma e relacioná-la necessariamente a uma prática social, a autora conclui que ela não é apenas um reflexo do real, no entanto, postula que as ideologias dominantes, em dada sociedade e tempo, serão sempre aquelas das classes dominantes.

Segundo Lefebvre (1883, p. 31), o conceito de ideologia na tradição marxista produz um dualismo do abstrato e do concreto e dissimula o real tendo “essa finalidade intencionalmente, politicamente”. Já as representações não podem ser entendidas apenas como alterações do real e da verdade, ou como máscaras, conforme muitos estudos voltados à compreensão das ideologias. Para o autor, as representações amplificam, deslocam e transpõem certas realidades.

Considerando a teoria de Lefebvre, a representação é entendida como um conceito mais amplo que o de ideologia e adequado como instrumento para a análise do espaço, bem como das sociedades que o produziu (2006, p. 74). Ela integra o cerne de sua compreensão da produção do espaço, dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados e duplamente designados: a tríade da prática espacial, representações do espaço e espaços de representação, por um lado, e o espaço percebido, concebido e vivido, por outro (SCHMID, 2012, p. 3).

A prática espacial envolve a dimensão material das atividades sociais, articuladas e interconectadas. Refere-se às relações sociais e sua base material, como o ambiente construído, projetando no espaço todos os aspectos, elementos e momentos da prática social em uma interação dialética que produz o espaço, domina-o e apropria-o. As representações do espaço relacionam-se aos saberes produzidos, geralmente, nos espaços institucionais, como a academia e os órgãos ligados à planificação urbana. Essa dimensão destaca os aspectos do espaço concebido, ligando a ele o vivido e percebido e geram uma imagem que também atua na produção do espaço e entra na prática social e política. Segundo Lefebvre (2006, p.70):

As representações do espaço teriam assim um alcance considerável e uma influência específica na produção do espaço. Como? Pela construção, ou seja, pela arquitetura, concebida não como a edificação de tal “imóvel” isolado, palácio, monumento, mas como

um projeto se inserindo num contexto espacial e numa textura, o que exige “representações” que não se perdem no simbólico ou no imaginário.

As representações do espaço tendem a situar-se ao nível do discurso e das formas verbalizadas, como as descrições, análises e teorias sobre o espaço, elaboradas intelectualmente. O saber que compõem as representações do espaço, formado a partir de conhecimento e ideologia, constitui-se objetivo, não deixando por isso de ser passível de revisão por seu caráter relativo e mutável.

Já os espaços de representação envolvem a dimensão simbólica do espaço, tendendo a se ligar às imagens, símbolos e signos não verbais, construídos na esfera do vivido. Eles relacionam-se com a história vivida por uma comunidade, permeada por aspectos afetivos e são povoados de objetos aos quais se vincula a representação. Segundo Schmid (2012, p. 11), esses símbolos materiais do espaço “poderiam ser tomados da natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos”, que figuram centrais em um processo de significação e que invocam os valores e as experiências sociais.

A tríade espaço percebido, concebido e vivido remete a processos individuais e sociais que atuam na produção do espaço. O espaço percebido é aquele apreendido por meio dos sentidos, portanto, relaciona-se com a materialidade do espaço. O espaço concebido realiza-se em um ato de pensamento e conhecimento, que promove a descrição e análise de um espaço. O espaço vivido é aquele da experiência, relacionado ao modo como as pessoas experimentam o espaço na reprodução da vida social, de maneira prática.

Assim, as três dimensões, em sua dupla concepção, intervêm de maneira desigual no espaço, influenciadas pela história e pelo modo de produção de determinada sociedade. Elas constituem uma unidade contraditória (complementar e conflituosa) na produção e reprodução do espaço. De acordo com Schmid (2012, p. 3) as tríades abordadas por Lefebvre são propostas em sua obra em estado de incerteza e introduzidas primeiramente como aproximações. O próprio autor assevera que elas não devem ser concebidas como modelos, mas antes têm o papel de apreender o concreto para não figurarem apenas como mais uma mediação ideológica (LEFEBVRE, 2006, p. 68).

Retomando as considerações de Lefebvre (1983, p. 63) acerca das

representações, vale realizar uma ressalva, a de que elas não se definem unicamente pelo concebido, por um saber, mas estão entre o vivido e o concebido e se deslocam entre os extremos, ligando a experiência ou substituindo a memória. Não há ruptura ou corte entre a vivência e o concebido, mas sim um movimento dialético incessante. O mundo moderno, segundo Lefebvre, é cada vez mais povoado por representações. O desenvolvimento dos meios de comunicação em massa e talvez, mais recentemente, das redes sociais, reforçaram a utilização desmedida das representações, lançando mão daquelas que já são usuais e, ao mesmo tempo, criando novas.

Contraditoriamente, o mundo moderno enfrenta o esgotamento das representações, visível nas tentativas de aboli-las por meio de uma aproximação da natureza e da intuição ou da reflexão teórica que busca o saber verdadeiro. Para o autor, a teoria não deve pretender decretar a morte das representações, mas antes expor as razões de seu poder, explicando não apenas o seu nascimento, como também as razões da impotência da crítica a ela.

3.2 O Poder Público como veiculador de representações

Parte das representações sobre a região da Luz e seu horizonte futuro foi construída institucionalmente pelo Poder Público Municipal, e pode ser vislumbrada, em alguns aspectos, nos documentos produzidos durante o processo de elaboração do projeto Nova Luz. Neles, a região é representada como “negativa” e “degradada”, necessitando assim ser requalificada e ressignificada.

Em documento intitulado *Projeto Nova Luz: Visão e Diretrizes Urbanísticas*, produzido pela São Paulo Urbanismo e pelo Consórcio Nova Luz em 2010, são apresentados sob o termo custos atuais as “questões de segurança e as percepções negativas da área”, aliadas à “falta de vitalidade em muitas ruas (sobretudo à noite)”, situação que seria revertida pela criação de ambientes 24 horas, como benefícios futuros, decorrentes das ações previstas no projeto, como o setor cultural e de entretenimento (Imagens 1 e 2). Entre outros, são considerados ainda como custos atuais a falta de espaços públicos abertos, as ruas e calçadas em mau estado, a quase inexistência de “biodiversidade” e as barreiras físicas e estigmas que segregam a área.

Imagem 1: Setor Cultural e Entretenimento

Fonte: PMSP, 2010, p. 21.

Imagem 2: Setor Cultural e Entretenimento 24 horas

Fonte: PMSP, 2010, p. 22.

Questões como percepção negativa, falta de vitalidade e estigma da área não são detalhadas ou explicadas por dados objetivos no referido documento, mas são reforçadas pelo discurso do Poder Público em notícias como a publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 19 de janeiro de 2006, na qual o então subprefeito da Sé, Andrea

Matarazzo, compara a região da Luz a um tumor que impede o desenvolvimento do centro:

Prefeitura inicia análise dos imóveis da “cracolândia”

“Estamos analisando cada imóvel e separando o que se vai desapropriar. Num lugar como esse há imóveis bons, bem utilizados que não vale a pena desapropriar [...]” afirma o subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo. Para ele, que chama a região da ex-“cracolândia” ou Nova Luz, a área é um “quisto” que atrapalha o desenvolvimento de todo o centro. (FSP, Cotidiano, p. 6)

Em 5 de fevereiro do mesmo ano, *O Estado de S. Paulo* também publica as declarações feitas pelo subprefeito sobre a região da Luz, destacando-se o alinhamento entre a entrevista de Andrea Matarazzo e a percepção do jornal:

‘Nova Luz’, entre sonho e incerteza

“Não que todos os seus edifícios sejam feios. Ao contrário. Eles estão apenas há décadas abandonados à ação do tempo e da fuligem”. Ao ver aquilo sob sua responsabilidade, é impossível condenar a reação do subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, que antes despachava no Palazzo Pamphilli, sede da Embaixada do Brasil em Roma, de frente para a Piazza Navona: “Derrubem”. (OESP, Cidades, p.3)

A imagem negativa do lugar, dada como consenso, aliada aos seus problemas sociais e econômicos, seria uma questão impeditiva de sua plena capacidade. O patrimônio cultural presente na região desempenharia o papel de âncora para a transformação da área e marcaria, segundo os documentos do projeto Nova Luz, o aspecto ainda “vital” da região, como podemos observar no PUE:

O patrimônio histórico materializado na Estação da Luz e no conjunto de edifícios tombados e a vitalidade das áreas adjacentes (República, Bom Retiro e Sé inclusive) moldaram o tecido urbano e social desta região ao longo dos anos e continuam a representar papéis cruciais na evolução e na transformação da área. Entretanto, influências adversas como o padrão periférico de expansão urbana e o declínio do uso residencial no centro criaram um legado de complexos problemas sociais e econômicos que vem contribuindo para agravar a percepção negativa da região por parte da população de São Paulo. (PMSP, 2011a, p. 2-1).

Ao mesmo tempo, no Plano de Urbanização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), faz-se a seguinte caracterização da população residente na região:

Pelo Arrolamento, constata-se que 61% estão satisfeitos com o bairro e 70% com o domicílio em que residem; no entanto, também são consideráveis as críticas feitas sobre as condições de vida da região, destacando-se a questão da segurança pública, a questão da limpeza urbana e a carência de áreas verdes, de lazer e equipamentos públicos de saúde e educação. A população entrevistada, cita, ainda, com muita ênfase, a proliferação de vetores transmissíveis de doenças, como baratas e ratos. Em relação ao tecido social da região, o destaque é para a questão dos usuários e o tráfico de drogas, os moradores de rua e a deterioração dos imóveis abandonados. (SÃO PAULO, 2011b, p. 23).

Podemos observar, na caracterização apresentada, que os principais descontentamentos levantados pela população residente se referem aos problemas de infraestrutura e serviços públicos, aos problemas sociais que não estão contemplados no projeto Nova Luz, como a questão do consumo de drogas no local e, ainda, ao descaso de particulares que, em face da desvalorização imobiliária da região, optaram por abandonar os seus patrimônios. Aliás, a ausência de investimentos públicos na região é diversas vezes confirmada por levantamentos do próprio projeto Nova Luz:

O grau de obsolescência das redes de infraestruturas tradicionais como água, esgoto e drenagem, assim como a defasagem de seu dimensionamento, comprometem qualquer análise referente à capacidade de suporte futura. (SÃO PAULO, 2011a, p. 4.1)

Há uma oferta significativa de equipamentos distribuídos no entorno em contraste com a escassez de localização de equipamentos na Nova Luz, mesmo vivendo ali uma população de 11.679 (estimada, 2009). Constatação bastante evidenciada em pesquisa realizada com grupo focal, quando os participantes confirmaram que os filhos estão matriculados em escolas fora do perímetro do projeto Nova Luz e que o equipamento de atendimento médico preferencial dos moradores da área é a Santa Casa de Misericórdia e todas as unidades ali disponibilizadas. A existência deste equipamento representa, para alguns do grupo, a justificativa para a escolha da área como local de moradia. (SÃO PAULO, 2011a, p. 4.10)

Considerando-se que a Santa Casa de Misericórdia mais próxima da região localiza-se no bairro de Santa Cecília e fora do perímetro do projeto Nova Luz, confirmamos – com base nos documentos oficiais já mencionados – a ausência de equipamentos de educação, saúde e serviços básicos para atender a população residente nessa área, demonstrando assim o desinteresse do Poder Público por essa população ao longo dos anos.

Um dos pontos diversas vezes destacados nos documentos do projeto Nova Luz é a intenção de, com a requalificação da região da Luz, fixar no local uma população residente de caráter múltiplo, ou seja, pertencente a diversas classes sociais. Os equipamentos culturais aliados a um comércio segmentado são mencionados como “oportunidade” para “atrair novos moradores, trabalhadores, estudantes e visitantes” (PMSP, 2010, p.3), conforme projeção apresentada na Imagem 3.

Imagem 3: Perfis de moradores atuais e futuros no perímetro do projeto Nova Luz

Fonte: PMSP, 2010, p. 7.

Os “pioneiros” e os “seguidores”, que representariam os novos moradores da região requalificada, pertenceriam à chamada *classe criativa*, conforme expresso no Projeto Urbanístico Específico (PUE):

Ao analisar experiências internacionais, verificam-se alguns processos socioeconômicos recorrentes nas intervenções em áreas centrais das principais metrópoles mundiais: [...] 3. Atração da denominada classe criativa, tanto como novos moradores, quanto como atividade econômica. Certamente, os elementos deste processo de transformação socioeconômica estarão presentes no processo de ocupação da Nova Luz (SÃO PAULO, 2011a, p.7.2).

Para diferenciá-lo de outras experiências de revitalização que acarretaram a expulsão dos moradores de baixa renda do lugar, o projeto conta com a existência de duas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em seu perímetro,

[...] o grande diferencial deste projeto está vinculado à existência e efetiva implantação da já mencionada Zona Especial de Interesse Social. Esta porção do território destinada à produção majoritária de habitação social (HIS e HMP) deverá funcionar, em conjunto com a sobreoferta de unidades habitacionais em toda área, como medida mitigadora central de eventuais processos de deslocamento (SÃO PAULO, 2011a, p. 7.2).

De acordo com Marques (2012), a implantação das ZEIS requer a elaboração de um Plano de Urbanização pelo Executivo Municipal, no qual a participação de um Conselho Gestor de composição paritária – governo, população, iniciativa privada, promotores imobiliários, associações de moradores – facilite a gestão democrática, promova as diretrizes do Plano de Urbanização das ZEIS (PUZEIS) e seja responsável por sua aprovação. Uma das tarefas principais do Conselho Gestor da Nova Luz, que foi composto apenas em junho de 2011, foi discutir o PUZEIS da Nova Luz.

Grande parte das preocupações expressas no interior do Conselho Gestor das ZEIS pela população residente na área do projeto Nova Luz referia-se à questão das garantias de sua permanência na região, justificadas pela afirmação de suas raízes e identificação com o lugar, além da expressada ânsia por mais participação e informações sobre a intervenção de grandes proporções anunciadas para o local. Esses questionamentos, quando foram respondidos pelo Poder Público, o foram de forma insatisfatória (MARQUES, 2012). A partir da ata da reunião do Conselho Gestor do dia 21 de setembro de 2011, de acordo com Marques (2012, p.92):

O pré-cadastro realizado pela equipe técnica do projeto Nova Luz afirma que 49,5% da população da área de projeto mora de aluguel, e que 44,49% possui renda inferior a 3 salários mínimos e 36,99 possui renda entre 3 e 6 salários mínimos, ou seja, 81,38% da população residente no perímetro do projeto Nova Luz é população com perfil de HIS [Habitação de Interesse Social]. Ou seja, a maior demanda pela faixa abrangida pela HIS justifica que sejam feitas mais unidades do que de HMP [Habitação de Mercado Popular], além da necessidade de se ampliar a construção de HIS para além da área de ZEIS.

Fica evidente, dessa maneira, que as preocupações dos moradores eram fundamentadas e que havia pouco interesse do Poder Público em responder tais questões. Nesse caso, o Estado exerceu seu poder como vontade e representação (Lefebvre, 1999, p. 76) ao definir estratégias políticas que se assentavam nas representações dominantes do espaço, ao mesmo tempo em que as reforçavam. O

exercício do poder durante as reuniões do Conselho Gestor das ZEIS foi exercido unilateralmente pelo poder executivo municipal, descaracterizando a premissa democrática desse instrumento. Essa afirmação fica patente na reunião em que o PUZEIS foi votado. Tendo em vista que consideravam superficiais os aspectos sociais do Plano, as definições sobre a realocação dos moradores e as informações essenciais, os conselheiros da sociedade civil encaminharam para a Prefeitura Municipal de São Paulo um pedido de adiamento da votação. No entanto, o poder público desconsiderou tal pedido e o PUZEIS foi aprovado em votação que teve abstenção de todos os conselheiros da sociedade civil (MARQUES, 2012).

A partir das discussões estabelecidas acima, quando o projeto Nova Luz apresenta como objetivo do processo de requalificação o adensamento habitacional e ressalta a necessidade de reverter a imagem negativa do lugar, podemos questionar qual é o público ao qual ele se direciona. Se considerarmos que a prática do *city marketing* é voltada para a atração de capitais e de residentes que pertençam às camadas mais abastadas financeiramente, além de funcionar como produtor de consensos e amortecedor de embates sociais, podemos concluir que seu foco principal é o mercado. O anseio de atrair para a região a “classe criativa”, na condição de residente e investidora, denota a preterição em relação à população atual e às atividades econômicas presentes no local e reforça a pretensão de requalificar a partir da substituição do caráter populacional e econômico majoritário da região. Apenas a incorporação de novos habitantes e usos “resgataria” o caráter residencial da região, como manifesto no PUE:

A intervenção proposta pretende resgatar a área do projeto Nova Luz como área residencial no coração da cidade de São Paulo. A incorporação de novos usos, o aumento da população residente, a ampliação e dinamização dos usos existentes e a adoção de conceitos urbanos sustentáveis servirão de suporte fundamental para a ressignificação desta localização com posterior incorporação na plena dinâmica da cidade (PMSP, 2011a, p. 2-1).

Tal ressignificação é representada no PUE por meio de alguns exemplos de novas utilizações do espaço público e privado, como pode ser observado no levantamento dos possíveis usos do espaço público no Largo General Osório (Imagem 4).

Imagem 4: Exemplos de futura utilização do espaço público no Largo General Osório.

Fonte: PMSP, 2011a, p. 3-37.

Uma das representações veiculadas pelos jornais, que se relaciona ao anseio de substituir o perfil populacional da região, é sua suposta origem nobre vinculada à remota presença da elite cafeeira, conforme notícia publicada na *Folha de S. Paulo* em 9 de março de 2005:

‘Cracolândia’ ganha repressão e ações policiais

Uma das áreas mais degradadas do centro de São Paulo e principal ponto de venda e de consumo de crack, acordou ontem tomada por 220 policiais. A ofensiva policial batizada de Operação Limpa manterá até sexta na “cracolândia” um efetivo na região que já abrigou a elite cafeeira e que, na década de 1990, virou reduto de traficantes e prostitutas, fruto da degradação contínua desde a segunda metade do século passado. [...] Iniciativas sociais, como trabalhos com traficantes e prostitutas, a pintura de calçadas e a troca de iluminação, terão duração ainda maior. (FSP, Cotidiano, p.4).

Nesse caso, a degradação da região da Luz foi relacionada à sua atual ocupação social, em oposição ao passado “sadio” marcado pela suposta presença das elites. Segundo Lefebvre (1999, p. 59), “uma imagem ou representação da cidade pode se prolongar, sobreviver às suas condições, inspirar uma ideologia e projetos urbanísticos”. Essa representação da região invoca sua requalificação, a partir da recuperação do antigo prestígio a ela atribuído e por meio da eliminação dos traços considerados degradados, como a prostituição e o tráfico, para atrair uma nova ocupação do lugar, marcada pela presença das elites novamente.

3.3 O papel da mídia jornalística na veiculação de representações

Nos últimos anos, a região da Luz tem sido objeto de diversas notícias nos jornais paulistanos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, destacando-se o tema do tráfico e consumo de drogas e as ações do Poder Público na repressão dessas práticas. Concomitantemente e, muitas vezes como uma saída a essa situação,

destacam-se as notícias em torno dos projetos de requalificação urbana, particularmente o projeto Nova Luz. Sob a roupagem de retrato da realidade, os jornais têm construído periodicamente representações sobre essa região, representações que propõem concepções e práticas aos seus leitores em relação à “cracolândia” ou à “Nova Luz” – esteja ela próxima ou distante de seus cotidianos. De maneira geral, o termo “cracolândia” surge associado aos aspectos presentes na região que são considerados degradados, ao passo em que a expressão “Nova Luz”, apresentada pelo Poder Público desde o início do período delimitado nesse trabalho, é associada às ações de repressão e intervenção urbana que projetam um horizonte diferente do atual e são expressamente desejáveis no contexto das notícias, a exemplo dos trechos a seguir:

Cracolândia vai a leilão em um só lote para virar novo bairro
Dois grupos empresariais disputam o direito de transformar a região da cracolândia, no centro de São Paulo, em um novo bairro. De um lado está a construtora Odebrecht. Do outro, um pool de investidores capitaneados pela Company S.A., uma das maiores incorporadoras imobiliárias do país. O que está em disputa é uma área de 103 mil m² que será desapropriada pela prefeitura e leiloadada, em um único lote, para que a empresa vencedora transforme a região degradada em um local atrativo para empresas da área de tecnologia e moradores da classe média. (FSP, 19/05/07, C1)

Demolição e polêmica na estreia da Nova Luz
A primeira ação prática fora de um gabinete da Prefeitura para a construção da Nova Luz – região no centro da cidade conhecida até hoje como Cracolândia pela presença de traficantes – começou na tarde de ontem com a demolição do imóvel 381 da Rua General de Couto Magalhães. No evento, o prefeito Gilberto Kassab anunciou o nome das 23 empresas, de tecnologia, call center, cultura e publicidade, que devem se instalar na área. Entre elas o Instituto Moreira Salles e multinacionais como a Microsoft e a IBM. A Prefeitura dá como certa a ida delas para a Nova Luz. Mas algumas já afirmaram que nada está fechado e que as negociações terão de voltar aos gabinetes. (OESP, 27/10/07, C3)

Os componentes comuns aos enunciados jornalísticos são, segundo Correia (2009, p.4), um enunciado não científico que se assume como verdadeiro, sério já que é objeto de verificação, atual por ser próximo no tempo ou por carregar um sentido de urgência, relevante porque repercute na vida do leitor, e público, pois circula em espaços acessíveis, apresenta interesse coletivo e não se circunscreve ao conhecimento especializado ou restrito. Esses enunciados são organizados em

suportes midiáticos, que têm como base as noções de comunicação e informação, remetendo a fenômenos sociais. Dessa maneira, cada um desses componentes relaciona-se à sociedade nos quais estão inseridos. Os sistemas de relevância, por exemplo, apresentam variáveis de acordo com a sociedade no qual se inserem e, por isso, a seleção dos fatos considerados relevantes está imbricada com os valores e as crenças sociais em determinado tempo histórico. Além disso, no interior de cada sociedade, a relevância ou não de determinado tema varia de acordo com os grupos e os indivíduos. No plano da relevância jornalística, Correia (2009, p.10) destaca que:

o que é importante desperta a atenção dos media. Estes ao dar-lhes atenção reforçam a sua importância. Gera-se uma bem conhecida tautologia: Há assuntos que são relevantes porque os media os focaram, e, ao serem focados, adquiriram relevância. O mais provável é que, sendo relevantes, venham ser de novo objeto de atenção.

Como difusora de conteúdos simbólicos, a imprensa muitas vezes exerce influência sobre a relevância de determinados assuntos e, logo, sobre as pautas da agenda pública. Ao mesmo tempo, a decisão sobre quais fatos serão transformados em notícias sofre influência do governo, assim como dos próprios meios de comunicação e das tradições do jornalismo (SOARES, 2009).

É necessário considerar ainda que, além da lógica simbólica que rege o funcionamento das mídias, há também a lógica econômica, que caracteriza os jornais como empresas que atuam no mercado e, por isso, visam ao consumo de seus produtos frente à concorrência própria da economia de tipo capitalista liberal, objetivando a manutenção de seus leitores. Nesse sentido, verifica-se a busca dos organismos midiáticos em conhecer as motivações de seus públicos, utilizando, entre outros meios, as pesquisas que tentam definir perfis de leitores tidos como alvo, em função de opiniões políticas e identidades de classe, mesmo que, segundo Charaudeau (2015, p. 79), essas definições não deixem de ser “hipóteses a respeito do público, que é heterogêneo e instável”.

Os jornais estabelecem uma relação com os seus leitores baseada na previsibilidade do leitor no texto, ou seja, o texto já presumiria o leitor. Externamente ao texto, o leitor e suas demandas também estariam representados por meio das próprias seções jornalísticas criadas com esse fim, como a que se destina às cartas dos leitores, ou ainda, mais recentemente, nos canais construídos na rede mundial de computadores (internet) que não estão necessariamente vinculados a uma empresa

mediática. Ainda assim, Correia (2009, p. 30) nos chama a atenção para o caráter assimétrico e diferenciado desse contrato de comunicação entre as mídias e seus públicos, fazendo a ressalva de que “o desejo de parceria oculta os desconfortos da exclusão e da desigualdade nas posições relativas dos parceiros”.

A construção de sentido do texto jornalístico depende da estruturação das formas textuais, iconográficas, entre outras, e do reconhecimento dessa organização formal por parte do receptor do texto. No entanto, devemos considerar que nesse processo de produção, não há necessariamente correspondência entre o destinatário alvo e a maneira que o destinatário real interpreta os sentidos almejados pelo jornalista. Daí Charaudeau (2009, p. 28) propor que se considere o texto noticioso “portador de efeitos de sentido possíveis, que surgem dos efeitos visados pela instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção”. Ambas as instâncias se relacionam provisoriamente no processo de comunicação por meio das representações supostamente compartilhadas, que circulam tanto nas instâncias de produção do discurso noticioso como em suas instâncias de recepção. As notícias adquirem, assim, tanto o caráter de mercadoria produzida sob as regras do mercado jornalístico quanto de visão de mundo, lembrando que, segundo Darnton (1995, p. 96), “as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia”.

Se um dos componentes dos enunciados jornalísticos é a pressuposição de um enunciado verdadeiro e sério, não significa que as informações possam ser transparentes ou neutras ou que os acontecimentos noticiados componham uma realidade objetiva. A intenção de objetividade do jornalista, ainda que como elemento norteador da interpretação, é demonstrada com mais ênfase quando esse tenta se aproximar da comprovação dos fatos, relacionando-os com situações verificáveis. Mas é preciso considerar que as provas da veracidade de uma informação, estão baseadas nas representações compartilhadas sobre o que pode ser considerado como prova, ou que pode subsidiar o que é noticiado no sentido da veracidade. Em notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 5 de maio de 2007, pode-se notar que a fala de um dos interlocutores de uma empresa de engenharia de avaliações é considerada uma comprovação da potencialidade de investimentos empresariais na região. O reconhecimento social, ou as representações que circulam socialmente sobre a competência derivada de formação acadêmica e liderança empresarial, conferem à declaração o caráter de prova, configurando-se como um elemento que

vai além da simples opinião. Além disso, questões como disponibilidade de transporte e localização central são passíveis de verificação.

Projetos preveem conciliar comércio e casas

Os dois grupos interessados na cracolândia pretendem implantar empreendimentos que combinem áreas residenciais de comércio e de serviços. [...] Segundo Amaral Neto (da Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliações), a cracolândia é atrativa para todos os tipos de empreendimentos por contar com uma estrutura de comunicações e de transportes consolidada, além de localização central. (FSP, 05/05/07, C2)

Ao pretender produzir no outro um efeito ou uma interpretação, a redação de um texto jornalístico produz uma nova realidade organizando as representações compartilhadas de determinada maneira, ou mesmo produzindo novas representações. Dessa forma, a imprensa constrói e difunde determinadas categorias de compreensão da cidade, produz e mobiliza consensos, assimila e articula projetos de determinados setores sociais, como observa Soares (2009, p. 21):

o jornalismo é necessariamente um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado. [...] informações pontualmente corretas e verificáveis podem ser selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, em reportagens complexas, de modo a produzirem representações diferentes de uma mesma situação dentro do limiar de verossimilhança.

Essas características, que aproximam as mídias da construção da opinião pública, suscitam a questão sobre a constituição delas como uma instância de poder, também chamada de “quarto poder” em alusão a sua suposta participação no poder político, convencionalmente tripartido nas democracias ocidentais. Nesse sentido, Charaudeau (2009, p. 18) explicita que as mídias não são uma instância de poder, já que para ser assim consideradas necessitariam ter capacidade de gerenciar e influenciar os comportamentos dos indivíduos a partir de meios restritivos, como as normas e as sanções. Contudo, isso não significa que as mídias estejam à parte dos jogos de poder. Em sua ânsia de dirigirem-se ao maior número possível de pessoas, as mídias se voltam para a busca do interesse e da afetividade dos destinatários, “se violentando e, sem se darem conta disso, tornando-se manipuladoras. Daí que, num efeito de retorno, tornam-se automanipuladas, formando um círculo vicioso” (CHARAUDEAU, 2009, p. 19). Portanto, a captação própria da lógica econômica, com

suas artimanhas de sedução, entram em contradição com a finalidade autoproclamada pelas mídias de servir à democracia ao transmitir as informações que nem sempre estarão ancoradas nas exigências de relevância e de credibilidade.

A atuação da imprensa como força socialmente interessa-nos, pois, segundo Cruz (2007, p. 258):

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Assim, as notícias enquanto representações do mundo social favorecem a estruturação dos valores dominantes em determinada sociedade, sem desconsiderar as diferentes formas de apropriação e embates em torno delas. É por meio das representações que os grupos constroem e dão sentido ao mundo social, elas constituem o “motor” das práticas sociais ao mesmo tempo em que são confirmadas ou modificadas pela prática. É nesse sentido que podemos compreender o fato de que as notícias definem e redefinem significados e práticas sociais, construindo ativamente o espaço público.

CAPÍTULO 4

A REGIÃO DA LUZ NOS JORNAIS PAULISTANOS ANALISADOS

Na pesquisa das notícias sobre a região da Luz, optou-se pela análise do caderno diário “Cotidiano”, do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), e do caderno “Metrópole/Cidades” do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), por apresentarem-se como local privilegiado das notícias cotidianas da cidade, com destaque para as ações do Poder Público local e para as questões urbanísticas. Segundo o *site* do jornal *Folha de S. Paulo*²⁹, o noticiário foi reorganizado em cadernos temáticos a partir do início dos anos 1990. O caderno “Cotidiano” teria então as seguintes características:

Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia-a-dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista. Procura prestar serviço ao leitor sobre temas como [...] saúde, trânsito e meteorologia.

No jornal *O Estado de S. Paulo*, atualmente as notícias consideradas do cotidiano urbano ainda são prioritariamente organizadas sob o título “Metrópole”, que já não compõem um caderno diário e integram o Primeiro Caderno do jornal, junto com as editorias Política, Internacional e Esportes. No entanto, no período estudado, o caderno com o nome “Metrópole” circulava diariamente na Grande São Paulo, no litoral sul e na região de Campinas e em outras áreas do Estado de S. Paulo denominava-se “Cidades”. A edição nacional do jornal contemplava ambos os cadernos. Em março de 2010, o jornal anunciou em seu portal digital³⁰, a ampliação do espaço para os assuntos da Grande São Paulo no caderno:

Sem descuidar de fatos importantes em outras cidades, deve ampliar a cobertura de temas que afetam o dia a dia do paulistano e investir no debate de soluções urbanas e temas relevantes na metrópole.

Os jornais foram escolhidos em função de sua grande circulação e de sua abrangência estadual e nacional. Entre os anos de 2005 e 2012, eles figuraram entre

²⁹ Conheça a *Folha de S. Paulo*. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2017.

³⁰ “Metrópole” reforça foco em SP. Estadão. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,metropole-reforca-foco-em-sp,522630>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

as cinco publicações jornalísticas mais vendidas no País (Tabelas 1 e 2). De acordo com a Associação Nacional de Jornais, considerando o nosso recorte temporal, a *Folha de S. Paulo* ocupou a primeira posição considerando a média de circulação diária no período de 2005 a 2009, passou para a segunda posição entre 2010 e 2011, voltando ao primeiro lugar em 2012. Já *O Estado de S. Paulo* figurou em quarto lugar entre 2005 e 2007, a partir de 2008 esteve em quinto, voltando novamente à quarta posição em 2011 e 2012.

Tabela 1 – Média de circulação diária dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) entre os anos de 2005 e 2012

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
FSP	307.937	309.383	302.595	311.287	295.558	294.498	286.398	297.650
OESP	230.859	231.165	241.126	245.966	212.844	236.369	263.046	235.217

Fonte: Associação Nacional de Jornais.

Tabela 2 – Os maiores jornais do Brasil de circulação paga – Ano 2012

Título	UF	Média de circulação/dia (impresso + digital)
1- Folha de S. Paulo	SP	297.650
2- Super Notícia	MG	296.799
3- O Globo	RJ	277.876
4-O Estado de S. Paulo	SP	235.217
5- Extra	RJ	209.556
6- Zero Hora	RS	184.674
7- Diário Gaúcho	RS	166.221
8- Daqui	GO	159.022
9- Correio do Povo	RS	149.562
10- Meia Hora	RJ	118.257

Fonte: Associação Nacional de Jornais.

A pesquisa em ambos os jornais foi realizada em suas versões digitais, cujos formatos gráficos e conteúdos correspondem às versões impressas. A busca das notícias analisadas se deu por meio de duas palavras-chave: “cracolândia” e “Nova Luz”. As palavras-chave foram utilizadas separadamente, ou seja, fez-se a pesquisa em todo o material – primeiramente com uma delas e, posteriormente, nova pesquisa com a segunda palavra-chave, dessa vez excluindo-se resultados nos quais apareciam a primeira. Os resultados dessa pesquisa nos forneceram 182 notícias na FSP e 219 notícias no OESP conforme Tabela 3, que podem conter uma das palavras-chave ou ambas. A totalidade das manchetes referentes às notícias pesquisadas encontra-se organizada cronologicamente em quadros disponíveis nos Apêndices A

e B. Além disso, é possível visualizar, nos Anexos, a reprodução das páginas da FSP e do OESP que veicularam as notícias, uma de cada ano, considerando o período de 2005 a 2012, perfazendo, desse modo, um conjunto de exemplos qualitativos que permitem vislumbrar uma ideia geral das representações da região da Luz difundidas pelos jornais, bem como do desenvolvimento dessa questão nas referidas mídias.

Tabela 3 – Quantidade de notícias sobre a “cracolândia” e/ou “Nova Luz” nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre os anos de 2005 e 2012.

<i>Folha de S. Paulo</i>		<i>O Estado de S. Paulo</i>	
Ano	Nº de notícias	Ano	Nº de notícias
2005	20	2005	29
2006	12	2006	20
2007	11	2007	22
2008	10	2008	13
2009	26	2009	45
2010	19	2010	17
2011	24	2011	22
2012	60	2012	51
Total	182	Total	219

Fonte: PEREIRA, C. J. de F., 2017.

Como podemos observar, a quantidade total de notícias veiculadas nos dois jornais são próximas, destacando-se maior concentração no ano de 2012. No jornal *Folha de S. Paulo*, o ano de 2012 soma 60 notícias, seguido pelo ano de 2009 com 26 notícias e de 2011 com 24 notícias, frente à variação de 11 a 20 nos demais períodos. No *O Estado de S. Paulo*, o ano de 2012 totaliza 51 notícias, seguido por 2009 com 45 notícias. Nos demais períodos, esse número varia entre 13 e 29. A partir da leitura das notícias elencadas, foram selecionados para a análise excertos de alguns exemplos considerados característicos do total pesquisado, totalizando 31 da *Folha de S. Paulo*, e 29 do *O Estado de S. Paulo*. Esses exemplos serão abordados a seguir, organizados de maneira cronológica considerando o ano de publicação. Os meses, no entanto, podem ser deslocados da ordem cronológica em função da pertinência da discussão temática.

4.1 Entre a “Cracolândia” e a “Nova Luz”: as representações veiculadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

No início do ano de 2005, uma série de ações policiais e de fiscalização, chamada de Operação Limpa, deu início às políticas da gestão Serra/Kassab para a

região da Luz. Elas acarretaram grande abordagem de pessoas na rua, além do fechamento de diversos estabelecimentos comerciais.

(FSP 1)

'Cracolândia' sobrevive a ofensiva policial

[...] A briga, na frente da base móvel da PM instalada no final de semana, é retrato do cenário degradado que se mantinha na região menos de 24 horas depois da deflagração de uma ofensiva, chamada Operação Limpa, que levou 220 policiais às ruas e esvaziou as calçadas, com o objetivo de revitalizar a área que se tornou reduto de traficantes e prostitutas. Após a ação, uma parceria entre os órgãos dos governos tucanos do Estado e da capital paulista e a Polícia Federal, o comércio de bares, hotéis e corpos femininos teve uma noite de movimento fraco. Mas os craqueiros se destacavam diante da falta de frequentadores. (FSP, 10/03/05, C8)

(OESP 1)

Força-tarefa fecha 5 hotéis em megaoperação na Cracolândia

Polícias e fiscais da Prefeitura lotavam o pátio do Clube da Esperança. Eram 7 horas na Rua General Couto de Magalhães. Com armas e mandatos judiciais, eles aguardavam só a chegada dos médicos da Vigilância Sanitária para começar a blitz – o atraso foi de 30 minutos. Divididos em três equipes, saíram a pé para hotéis, bares e restaurantes da Cracolândia, centro de São Paulo. Começou assim a operação conjunta de ontem da Prefeitura e das Polícias Civil e Militar para combater a criminalidade na região e recuperar os imóveis degradados, que prosseguirá até amanhã. (OESP, 10/03/05, C1)

No primeiro exemplo da FSP, a região é descrita como um *cenário degradado*, *reduto de prostitutas e traficantes*. O OESP também utiliza expressões como *criminalidade* e *imóveis degradados*. Como contraponto a essa representação está a ação policial, com o objetivo de *revitalizar* a área, atuando principalmente na expulsão de comerciantes e frequentadores considerados indesejáveis. Nota-se em grande parte das notícias a utilização do termo *revitalização* que, conforme exposto no capítulo 2, relaciona-se às concepções de intervenção urbana, voltadas, sobretudo, para áreas centrais que diante da expansão do processo de urbanização passam a ser consideradas obsoletas e subutilizadas do ponto de vista econômico. Assim, apenas a transformação do lugar, que inclui muitas vezes a mudança em seus usos e da materialidade construída, poderia devolver a vitalidade à região.

(FSP 2)

Operação fecha mais nove hotéis

No terceiro dia da Operação Limpa na região da “cracolândia”, no centro de São Paulo, ontem, mais nove hotéis e quatro bares foram interditados por falta de condições de uso. [...] Mesmo com a operação, o uso e a venda de drogas aconteceram normalmente ontem na praça em frente à Estação Júlio Prestes. (FSP, 11/03/2005, C7)

(OESP 2)

Após blitz, ação segue na Cracolândia

Muita gente não está levando a sério a operação da Prefeitura e das Polícias Civil e Militar na Cracolândia, região central de São Paulo. No segundo dia de trabalho, a força-tarefa de policiais e fiscais encontrou armas, drogas e sujeira. (OESP, 11/03/05, C5)

Em edição do dia seguinte, 11 de março, os jornais destacam que, apesar da operação policial, *o uso e a venda de drogas* permaneciam ocorrendo na região (FSP 2). O OESP (2) menciona, além disso, a presença de *sujeira* como um dos elementos encontrados pela força-tarefa que reforçam a representação da suposta degradação a qual estaria sujeita a Luz.

(FSP 3)

Cracolândia resiste, agora em novo endereço

[...] A Operação Limpa – ofensiva policial promovida no início de março pela administração de José Serra como instrumento de revitalização da região conhecida como “cracolândia” – apenas mudou de endereço o cenário degradado que pretendia combater. A nova “cracolândia” de São Paulo se encerra entre a avenida Duque de Caxias, a alameda Glete e as ruas Cleveland e Dino Bueno. (FSP, 07/04/05, C5)

(OESP 3)

A Cracolândia limpa. Em volta...

Madrugada de ontem, 0h30: Pingo, 11 anos, está agachado, joelhos encostados no peito, e usa o capuz da blusa para acender uma pedra de crack. Ele e outros jovens e crianças dividem a calçada do Shopping Luz, na frente da Praça Júlio Prestes. São viciados em crack que passaram a ocupar o local depois da Operação Limpa, que transformou a região da Cracolândia, no bairro da Luz. (OESP, 07/04/05, C6)

A Operação Limpa é apresentada como *instrumento de revitalização* da região da Luz (FSP 3). Os processos de intervenção urbana, aos quais optamos nesse trabalho por denominar como requalificação, tem ocorrido em vários centros urbanos do mundo em tempos neoliberais e de financeirização do espaço urbano. Diante da apropriação privada da produção do espaço, (Lefebvre 1999) assiste-se além da criação de novas áreas de centralidade, à liberação de áreas centrais de produção mais antiga para atender à necessidade continua de expansão do capital. Ainda que a eficiência da Operação Limpa em relação a esses objetivos seja questionada no artigo, o instrumento em si não é questionado. O cenário considerado *degradado* é deslocado, fato em relação ao qual é demonstrada insatisfação já que a pretensão anunciada era de *combater*. Ainda assim, o OESP (3) credita à Operação Limpa a *transformação* da *Cracolândia* em um bairro de fato, como se já não o fosse.

(OESP 4)

É a revitalização diz Matarazzo

A ação da polícia no centro, ontem, que resultou na prisão de estrangeiros ilegais e combate ao tráfico, é o início do processo de revitalização da região da Cracolândia, segundo o subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo. “Queremos limpar, pintar, iluminar e aumentar a segurança num ponto da cidade que é um ‘quisto’, entranhado numa área que já passa por processo firme de recuperação, com a Estação Júlio Prestes e sua Sala São Paulo, a Pinacoteca e o comércio do Bom Retiro”. [...] O discurso do subprefeito, porém, encontra resistência de entidades que trabalham com essa população na Cracolândia, como o Centro de Convivência É de Fé. (OESP, 09/03/2005, p. C4)

(OESP 5)

O marco zero de uma nova Luz

Começa esse mês a reforma de 120 dias da Praça Coronel Fernando Prestes, na Luz. Mais do que recuperar a função original do local – que deixará de ser estacionamento e voltará a ter o pedestre como foco principal – a obra marca o início pleno em São Paulo do Programa Monumenta, cujo objetivo é recuperar o patrimônio histórico de cidades do País. Toda a região da Luz é contemplada pelo projeto, num total de 26 imóveis e locais de interesse. O objetivo é transformar essa área em referência para a cidade. Região mais rica em patrimônio histórico, a Luz tem alguns dos mais importantes museus de São Paulo, mas não é reconhecida nem pela população nem pelos turistas. A ideia é por em prática ações que integrem os imóveis e convençam o paulistano de que a Luz tem potencial para ser em São Paulo o que, por exemplo, o Pelourinho é para Salvador, um lugar para passear e atrair turistas. (OESP, 06/06/05, C1)

Além das operações policiais, um dos pilares para a revitalização da região segundo as notícias difundidas pelos referidos jornais seria a presença de âncoras culturais como a Sala São Paulo e a Pinacoteca (OESP 4). A cultura, segundo Arantes (2002), tem desempenhado em diversas cidades, o papel de atrair investimento de capital e angariar consumidores frente ao recuo da industrialização e ao crescimento do setor de serviços na economia mundial. Para que os equipamentos culturais cumpram esse papel é necessária, segundo o discurso do Poder Público, uma série de medidas de zeladoria (pintar, iluminar, ajardinar), em uma região que representaria um *quisto* ou um tumor, impeditivo do desenvolvimento do centro da cidade.

Nesse contexto, busca-se atribuir aos elementos históricos e simbólicos do Centro das cidades o *status* de atrações turísticas em função de suas peculiaridades, em um mundo cada vez mais homogêneo. Em notícia de junho de 2005 (OESP 5), é abordado o papel do projeto Nova Luz na busca pela inserção da cidade de São Paulo e seu Centro, particularmente a região da Luz, nos destinos turísticos, de preferência internacional, inclusive a partir da recuperação de seu patrimônio histórico, como aponta a tendência mundial. Assim, a representação atual da *degradação*, traduzida em *cortiços* e *instalações em péssimo estado* (FSP 4), seria superada a partir de seu

potencial de realizar as transformações características dos processos de requalificação.

(FSP 4)

'Cracolândia' tem lista de 250 desapropriações

Levantamento preliminar da Subprefeitura da Sé indica que cerca de 250 imóveis podem ser desapropriados e demolidos na região conhecida como "cracolândia", um dos pontos mais degradados do centro de São Paulo. [...] No lugar dos imóveis degradados seriam construídos prédios ligados aos setores de tecnologia e cultura. [...] "Esse prédio é um clássico italiano em São Paulo, bem no estilo paladiano. Hoje, porém virou um cortiço com instalações em péssimo estado. A região ficará linda", diz Matarazzo. (FSP, 04/10/2005, C5)

A questão das moradias e dos habitantes dos cortiços prestes a serem demolidos não é colocada em pauta nem pelo Poder Público nem pelo jornal (FSP 4). Desconhece-se, ou não se considera, a dimensão do espaço vivido (Lefebvre, 2006), própria da experiência e da reprodução da vida social, em seus variados aspectos como moradia e lazer. A prática urbana, construída socialmente, é substituída, dessa forma, pela representação do espaço e das relações sociais estabelecidas. A questão das desapropriações prossegue, agora já no ano de 2006, sem apresentarem-se na pauta as soluções para os desapropriados. Nos exemplos a seguir (FSP 5 e 6) as desapropriações remetem tanto à solução contra a *degradação*, quanto ao projeto de revitalização *Nova Luz*, cujo termo começa a aparecer não mais apenas nos discursos políticos como também nas representações do jornal. Demonstra-se, dessa maneira, a unificação da descrição e da análise do espaço enquanto concebido, promovendo representações alinhadas com as práticas sociais que são almejadas e difundidas.

(FSP 5)

SP começa a desapropriar 'cracolândia'

Amparada em um levantamento concluído na semana passada, a Prefeitura de São Paulo vai desapropriar 55 imóveis de uma área de 4.873 m² na "cracolândia", no bairro da Luz, um dos pontos mais degradados do centro de São Paulo. Será a primeira etapa de desapropriações para a criação da "Nova Luz", projeto de revitalização anunciado em 2005, pelo então prefeito José Serra (PSDB). (FSP, 05/04/06, C4)

(FSP 6)

Operação Nova Luz lacra seis estabelecimentos

Seis estabelecimentos foram lacrados ontem no quarto dia de operação na região da Nova Luz, conhecida como "cracolândia", na região central de São Paulo. Cerca de 170 pessoas participaram da ação organizada pela Subprefeitura da Sé. Foram vistoriados 37 locais da região dos Campos Elíseos. Um ferro-velho, um estacionamento, uma agência de turismo, dois bares e um hotel foram lacrados. (FSP, 16/09/06, C4)

A região como um todo também passa a ser denominada *Nova Luz*, ou seja, o termo extrapola a designação de um projeto e passa a ser empregado para designar a região na qual ele deve ser realizado (FSP 6). Essa adoção, no entanto, sofre variações que estão relacionadas principalmente com a intenção de representar a eficiência/ineficiência da ação pública para que a intervenção urbana ocorra. Além disso, as posições dos jornais sobre determinado assunto podem variar ao longo do tempo ou então em um mesmo período, pois as representações constroem-se e reconstroem-se a partir da disputa entre diversos setores sociais. De acordo com Soares (2009, p.62):

Os enquadramentos não são estáticos, mas se desenvolvem ao longo do tempo, à medida que os jornalistas redefinem os assuntos e as elites reestruturam suas próprias definições, em razão da mudança das condições políticas, absorvendo ou cooptando enquadramentos dos desafiadores.

Ainda assim, a requalificação da região da Luz é apresentada majoritariamente como prioridade pelos jornais, ainda que inclua demolições comparadas às provocadas em uma guerra civil (OESP 6) ou deslocamento de verbas de outros setores, que devem ser submetidos aos interesses do projeto Nova Luz (OESP 7).

(OESP 6)

Beirute é modelo para Cracolândia

A reconstrução de Beirute é o modelo que norteará a Prefeitura na recuperação da região da Cracolândia, no centro da cidade: demolir e reconstruir. “Não vejo hora de ver pelo menos um quarteirão recuperado assim”, disse o secretário municipal de Serviços e subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, ao mostrar fotos do catálogo Memórias do Líbano. No exemplar, são exibidas imagens de prédios e ruas da capital libanesa, destruídos por 15 anos de guerra civil e como se encontram hoje, com as ruas arborizadas e bela arquitetura recuperada. (OESP, 14/01/06, C5)

(OESP 7)

R\$559 mil para Nova Luz decolar

Está mais próximo o tão esperado início da desapropriação de imóveis para as obras do projeto Nova Luz, que prevê a revitalização da degradada região da Cracolândia, no centro. Um decreto do prefeito Gilberto Kassab (PFL), publicado anteontem no Diário Oficial da Cidade, determina que uma verba de R\$559 mil, originalmente destinada para as obras de “controle de inundações”, seja realocada para desapropriar o quadrilátero de 2.322 metros quadrados formados pelas Ruas Mauá, General Couto de Magalhães, dos Gusmões e dos Protestantes. Ali será construída a futura sede da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município (Prodam). A quantia liberada pelo decreto era o que faltava para chegar aos R\$2,6 milhões, em valor de mercado, necessários para adquirir os imóveis.

(OESP, 07/07/06, C6)

A fala do então subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo (OESP 6), relaciona a *recuperação da região* às ações de *demolir e reconstruir*. Essas ações são características da política de intervenção urbana conhecida como “arrasa-quarteirão”, por envolver a substituição radical das formas existentes em determinada região. Não é sem razão que, ao tomar como referência Beirute no contexto de destruição pela guerra civil, o modo de intervenção defendido pelo subprefeito seja característico das renovações urbanas surgidas no período pós-Segunda Guerra (1939-1945).

Por seu lado, o jornal deixa explícita sua posição em relação ao projeto e às desapropriações ao referir-se a eles como *tão esperados* (OESP 7), assim como não apresenta ressalvas sobre o deslocamento de verbas ou considerações sobre a importância das obras de controle de inundações na cidade de São Paulo. Ao contrário, o centro da crítica ao Poder Público localiza-se justamente nas situações em que as propostas apresentadas no projeto Nova Luz não são concretizadas, como nos exemplos a seguir.

(OESP 8)

Nova Luz ainda não rejuvenesceu

Projeto de maior visibilidade do prefeito José Serra no primeiro ano de mandato, a Nova Luz ainda não aconteceu. Pelo menos não da forma alardeada no início da gestão. Indiferente à nova alcunha, a velha cracolândia – compreendida pela Rua dos Andradas e Mauá e as Avenidas Ipiranga e Cásper Líbero, no centro – continua a mesma, exceto por alguns prédios e hotéis, redutos de traficantes e viciados, lacrados pela Prefeitura em 2005. (OESP, 01/01/06, C4)

(FSP 7)

Recuperação da ‘cracolândia’ ainda não passa de projeto

Um ano depois de iniciada, a revitalização da “cracolândia”, na região da Luz (centro de São Paulo), ainda se restringe a slides e relatórios preparados pela prefeitura para impressionar investidores. Na prática, ainda não saiu do papel. (FSP, 03/09/06 C4)

A crítica, que adentra pelo ano de 2007, combina-se com a representação da região da Luz como *miserável* (OESP 9), principalmente pela sua atual ocupação, resumida em *traficantes, viciados e miseráveis*.

(OESP 9)

Revitalização não vinga e região segue miserável

Basta um giro pela Nova Luz, entre as Ruas dos Andradas e Mauá e as Avenidas Ipiranga e Cásper Líbero, para ver a velha Cracolândia. Traficantes, viciados e miseráveis continuam dividindo calçadas com trabalhadores e visitantes de oásis urbanos como a Estação Júlio Prestes e a Pinacoteca. (OESP, 08/02/07, C1)

Mais uma vez as âncoras culturais aparecem como elementos positivos da região, desta vez como *oásis urbanos*, que só podem ser representados dessa maneira porque estão descolados da realidade do entorno. Além disso, a expressão *oásis urbano* supõe que a “cracolândia” não é também urbana ou que não constitui a cidade. Evidencia-se que a perspectiva futura é a de exclusão de moradores de rua ou de pessoas extremamente pobres. Sua substituição deve ser realizada para que a classe média componha o novo bairro, como apresentado no OESP (10). Na FSP (8) a região é caracterizada pelo prefeito interino por seus imóveis que estariam *subutilizados*, apesar da recorrente menção à presença dos cortiços, nos quais muitas famílias habitam poucos metros quadrados.

(OESP 10)

Construtoras se unem para tornar a Cracolândia um bairro classe média

A esperada revitalização da Cracolândia, na região central de São Paulo, deverá sair pelas mãos do mercado imobiliário. As principais construtoras do País já desenvolvem projetos de condomínios residenciais para a classe média, com pequenas lojas e bares no térreo, com mesas nas calçadas. Grupos de empresas do setor negociam um acordo para construir os prédios ao mesmo tempo, com o objetivo de acelerar a mudança no bairro. (OESP, 30/03/07, C8)

(FSP 8)

Prefeitura vai desapropriar mais casas na ‘cracolândia’

Mesmo com poucos avanços no projeto de revitalização da região conhecida como “cracolândia”, no centro de São Paulo, a prefeitura decidiu ampliar de 10 para 27 quadras a área passível de desapropriação na área. O decreto que aumenta de 105 mil m² para 269 mil m² a área de utilidade pública na “cracolândia”, primeiro passo para a desapropriação, foi assinado pelo prefeito interino Antonio Carlos Rodrigues (PR), presidente da Câmara, Gilberto Kassab (DEM), o titular, está nos Estados Unidos. A prefeitura diz que, dos 269 mil m², 103 mil m² são passíveis de desapropriação, pois seriam imóveis subutilizados. (FSP, 17/05/07, C6)

Para a realização das mudanças, ambos os jornais consideram as demolições previstas no projeto como avanços e, até mesmo, como solução para a condição da região, representada como *degradada e pouco convidativa* (OESP 11). A necessidade de realização do capital financeiro, por meio da produção do espaço, tem configurado as cidades como objeto de valorização capitalista com apoio do Estado que, segundo Alvarez (2012), tem o papel de mobilizar as parcelas do espaço, como no caso das desapropriações na região da Luz.

(OESP 11)

Começa demolição na Cracolândia

Em evento oficial, hoje às 15 horas, a Prefeitura dá o pontapé inicial na demolição dos 50 imóveis da antiga Cracolândia, incluídos no projeto Nova Luz, cujas áreas abrigarão dois

novos prédios públicos. Inicialmente, seis edificações começaram a ser demolidas – o processo todo deve levar um ano. [...] A região, no entanto, ainda não é nem um pouco convidativa. As demolições da parte mais degradada da antiga Cracolândia poderão resolver essa questão. (OESP, 26/10/07, C8)

(FSP 9)

Demolição de imóveis inicia a revitalização da cracolândia

A Prefeitura de São Paulo começou ontem as primeiras demolições na cracolândia, área degradada do centro da cidade que a administração municipal pretende revitalizar. [...] Em pleno centro de São Paulo, a cracolândia tinha tudo para ser valorizada [...]. A presença de traficantes e viciados, porém, acabou degradando a região. (FSP, 27/10/07, C1)

Na FSP (9) além da menção à presença de *traficantes e viciados*, apresentados como responsáveis pela *degradação da área*, destaca-se a apresentação de uma relação direta entre localização central e potencial de valorização da região da Luz. São justamente nas áreas centrais de diversas cidades do mundo, como já lembramos, que tem se realizado o movimento de reprodução do capital, muitas vezes em função da revalorização do solo urbano e do fomento ao setor de serviços, como pretendido no caso da Luz. Não podemos desconsiderar também o papel do Centro nas ações de *marketing* urbano voltadas à valorização das cidades (ROLNIK, 2004).

Entre as notícias veiculadas nos anos de 2007 e 2008, apesar de notarmos mais espaço para as ações do Poder Público em relação à intervenção urbana propriamente dita, ganha visibilidade também a continuidade das operações policiais realizadas na região.

(FSP 10)

Operação começa a preparar desapropriação da cracolândia

Cerca de 400 pessoas, entre policiais civis e militares, guardas civis, assistentes sociais, médicos e fiscais, iniciaram ontem uma megaoperação contra o tráfico de drogas e estabelecimentos ilegais na cracolândia, para preparar a área para a desapropriação que a prefeitura promete para esse ano. A ação está prevista para durar 30 dias, mas a Folha apurou que a intenção da prefeitura é manter equipes na região até a desapropriação dos 103 mil m² previstos e o início das obras. (FSP, 25/05/07, C3)

(FSP 11)

PM e prefeitura fazem nova ação na cracolândia

A Polícia Militar e órgãos da Prefeitura de São Paulo começam hoje pela manhã uma nova operação na cracolândia, dessa vez com a área estendida. Será uma ação semelhante à de 2007, quando a prefeitura anunciou a intenção de desapropriar 103 mil metros quadrados. Na ocasião a PM comandou abordagens a traficantes e a usuários, e as equipes da prefeitura se dedicaram a fiscalizar estabelecimentos ilegais. (FSP, 25/03/08, C6)

Nos exemplos da FSP (10 e 11), há clara relação estabelecida entre essas ações e a realização das desapropriações previstas no projeto Nova Luz. O objeto da ação fica prioritariamente vinculado, dessa maneira, à viabilização da política pública para urbanização, a despeito das questões de saúde pública, por exemplo. Ao longo do período abordado, as operações policiais na região tornaram-se uma política constante, como noticiados pelo OESP (12)

(OESP 12)

Em dois dias de operação, 3 foram presos por tráfico e roubo na Cracolândia
Três pessoas foram presas por tráfico de drogas e roubo nos dois primeiros dias de operação conjunta – que envolve as Polícias Militar, Civil, Guarda Civil Metropolitana e Secretarias de Assistência Social e da Saúde – na região da Cracolândia, no centro. [...] Desde 2005, a PM realizou 11 operações especiais na Cracolândia com o mesmo objetivo. (OESP, 27/03/08, C7)

O Poder Público Municipal é colocado em xeque novamente em notícias do ano de 2008 em função da morosidade e das incertezas na realização das desapropriações na região da Luz e na concretização da intervenção urbana.

(FSP 12)

Desapropriações emperram obras de Kassab
[...] A revitalização da cracolândia – rebatizada pelo governo de Nova Luz – anunciada em 2005 para ser feita em um prazo de quatro a cinco anos, anda a passos lentos. Como a burocracia emperra o processo, a prefeitura decidiu mudar de estratégia: vai transferir para a iniciativa privada o direito de fazer as desapropriações na área, em um modelo inédito no Brasil chamado concessão urbanística – que ainda precisará ser aprovado pela Câmara Municipal. (FSP, 17/05/08, C6)

(FSP 13)

Kassab promete transformar centro no novo Cidade Limpa
[...] Questionado na semana passada sobre os possíveis impactos da crise financeira internacional sobre o Orçamento municipal, Kassab citou o projeto. “Vamos procurar, o mais rápido possível, implantar o programa Nova Luz, que têm incentivos e pode motivar investimentos. Isso é fundamental para gerar emprego e gerar receita”, afirmou. Kassab disse que o projeto de concessão urbanística da Nova Luz, que deve agilizar a implantação do projeto, está “maduro” e deve ser encaminhado à Câmara brevemente. (FSP, 05/11/08, C5)

A utilização do termo *Nova Luz* para designar a região é renunciada na ocasião pela FSP (12), marcando a opção pelo termo *cracolândia*. O uso do termo *Nova Luz* é ainda atribuído ao Poder Público, em uma construção que pretende revelar a intenção do governo de projetar a Luz como uma nova região, ao mesmo tempo em que pretende ocultar a sua realidade atual. A possibilidade de geração de empregos

e a parceria com a iniciativa privada, por meio da concessão urbanística³¹, são apresentadas como elementos consensuais de crescimento e soluções para a cidade.

(FSP 14)

Gestão Kassab quer ‘terceirizar’ bairros para revitalização

A ideia é acelerar o processo de desapropriação, já que a iniciativa privada poderá pagar um pouco mais que o valor de mercado para evitar o processo judicial ou até mesmo aceitar o proprietário do imóvel como sócio do empreendimento. O mecanismo chama-se concessão urbanística e já está previsto no Plano Diretor, aprovado em 2002, [...] Ou seja, o lucro da empresa sairá da valorização que a região terá após as obras. (FSP, 26/02/09, C6)

(OESP 13)

Concessão da Nova Luz é aprovada na Câmara

Seis dias após receber o texto substitutivo para a concessão da Nova Luz, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem, em primeira discussão, o projeto considerado a maior vitrine da segunda gestão do prefeito Gilberto Kassab (DEM). [...] As sessões de ontem foram marcadas por embates entre governistas e petistas. “Ninguém sabe qual é a concepção urbanística. Ninguém sabe se vai ter garagem subterrânea, se terão habitações de interesse social, se vai ter lazer. É uma carta em branco ao concessionário”, disse o líder do PT, João Antonio. (OESP, 02/04/09, C4)

A participação da iniciativa privada, caracterizada como uma *terceirização* (FSP 14) é apresentada como possibilidade de aceleração do processo, frente à máquina pública apresentada como lenta e burocrática. O lucro obtido a partir da valorização fundiária é visto como parte das regras liberais e urbanísticas já estabelecidas e aceitas. Apesar dos embates noticiados pelo OESP (13), os projetos de lei de regulamentação da concessão urbanística e de sua aplicação na Nova Luz foram aprovados, como mencionamos, com bastante agilidade, considerando que se passaram apenas dois meses entre a primeira audiência pública para apresentação do projeto e a sanção de ambas as leis³².

No ano de 2009, em partes devido aos avanços jurídicos e políticos do projeto e a aprovação da concessão urbanística, há publicação de algumas notícias representando os setores dissonantes, como moradores e comerciantes em realização de protestos contra o projeto, como na FSP (15). Nota-se que nesse artigo

³¹ Conforme abordado no capítulo 2 deste trabalho, a concessão urbanística é um instrumento que permite ao Poder Executivo delegar a uma empresa ou a um consórcio, a realização de obras de urbanização ou de reurbanização. Para tanto, a empresa concessionária fica autorizada a realizar as desapropriações consideradas necessárias para o empreendimento e sua remuneração decorreria dos negócios imobiliários após a reurbanização e decorrente valorização. Do ponto de vista da produção do espaço, esse instrumento favorece a apropriação privada do espaço urbano produzido socialmente, suplantando as práticas espaciais existentes por meio da normatização do espaço e da acentuação de seu caráter de mercadoria no processo de reprodução do capital.

³² Lei de regulamentação da Concessão (Lei nº 14.917/09) e Lei que autoriza o executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz (Lei nº 14.918/09).

(FSP 15) o fato designado na notícia anterior como *lucro da empresa* aqui é chamado de *especulação imobiliária*. A urbanização, colocada no centro do processo de absorção de capitais excedentes, ao produzir novas estruturas urbanas favorece a valorização das parcelas do espaço nas quais essas estruturas se inserem (Harvey, 2014), caracterizando a produção do espaço como mercadoria, sujeita à especulação como no caso anunciado sobre o projeto Nova Luz. O efeito produzido, muitas vezes traduz-se em remoção ou expulsão da população e do comércio original da região, que não consegue arcar com a valorização imobiliária que acompanha esse processo.

(FSP 15)

Projeto de desapropriação no centro é alvo de protesto

Cerca de 200 comerciantes da região da rua Santa Ifigênia protestaram ontem pelas ruas do centro de São Paulo e lotaram a audiência pública da Câmara Municipal, realizada para discutir o projeto de Gilberto Kassab (DEM) que prevê as concessões urbanísticas. O dispositivo proposto pela Prefeitura permite que o setor privado desaproprie áreas degradadas da cidade e depois lucre com a revenda dos imóveis. [...]. Comerciantes da Santa Ifigênia, referência na venda de eletroeletrônicos na cidade, temem perder seus imóveis – ou a capacidade de pagar o aluguel – por causa da pressão da especulação imobiliária. (FSP, 18/03/09, C6)

Os jornais reforçam constantemente a necessidade da participação da iniciativa privada para a viabilização da reurbanização da região da Luz, inclusive por meio de entrevistas com especialistas (FSP 16).

(OESP 14)

Mercado imobiliário abandona Nova Luz

Principal vitrine da gestão Gilberto Kassab, o projeto para revitalizar a região da Nova Luz, mais conhecida como cracolândia, no centro de São Paulo, foi abandonado pelo mercado imobiliário. Para as maiores incorporadoras do País, o modelo de concessão urbanística da Nova Luz cria “guetos” de baixa renda dentro de um espaço no qual a mistura entre classe média, moradores de conjuntos habitacionais e comércio deveria ser a fórmula da revitalização. A queda de braço entre Prefeitura e construtoras não terá final fácil – enquanto o governo diz que o projeto sai em quatro anos, sem mudanças nas regras, as empresas dizem que não vão mais investir. (OESP, 29/10/09, C1)

(FSP 16)

Cracolândia precisa de morador de classe média diz arquiteto espanhol

A cracolândia só vai começar a acabar no dia em que o frequentador da Sala São Paulo sair de um concerto e voltar a pé para o apartamento em que mora do outro lado da avenida. A provocação é do arquiteto e urbanista espanhol Eduardo Leira, 65, autor de projetos na Espanha, em Portugal, na Rússia, na Colômbia e na China. “Temos que fazer com que aqueles que vêm aos concertos vivam aqui do lado. Sem a classe média, é muito difícil mudar áreas degradadas como essa”. Afirmou num passeio pela região da Luz, centro de SP, feito a convite da Folha. Para ele, a classe média é importante porque seria capaz de romper o ciclo segundo o qual degradação gera mais degradação. [...] Leira diz que não existe receita

mágica para recuperar áreas degradadas, mas tem algumas pistas do que deve ser feito. Uma delas é a necessidade de que o morador antigo da região não seja expulso com a melhora do espaço. Outro conceito-chave: é essencial envolver a iniciativa privada, diz, porque o poder público não consegue dar conta de todas as demandas que existe. (FSP, 01/12/09, C8)

Ademais, coloca-se a discussão sobre a permanência da população atual, apesar de ela vir acompanhada da contraditória identificação da Zona de Interesse Social³³ como um empecilho para os empresários (OESP 14) e da recomendação de que as classes médias componham a maior parte de seus habitantes (FSP 16), sendo a única capaz de evitar a *degradação*. Os atuais moradores, pertencentes majoritariamente às classes populares são, ao contrário disso, associados ao ciclo de *degradação gera mais degradação*. Mesmo que em menor número, verifica-se também no ano de 2009 a presença das operações policiais ou dos órgãos de assistência e saúde nas notícias sobre a região da Luz:

(OESP15)

Um dia depois, rotina do vício volta à Cracolândia

Tudo voltou ao normal na cracolândia ontem, com as ruas tomadas por viciados consumindo e vendendo drogas abertamente. Os 265 usuários que haviam sido retirados por uma blitz da Polícia Civil no domingo retornaram às Ruas Guaianases, Vitória e Conselheiro Nébias, na região central. [...] O retorno tão rápido dos viciados às ruas só aumentou a revolta dos moradores e comerciantes. Para eles, esse tipo de ação policial não tem efeito concreto. (OESP, 07/07/09, C3)

(FSP 17)

80% recusam atendimento na cracolândia

“Cerca de 80% dos moradores de rua – a maioria consumidores de crack – abordados por agentes de saúde nos dois primeiros dias da ação na cracolândia recusaram atendimento. [...] A nova intervenção do Estado e da prefeitura, batizada de Ação Integrada Centro Legal, prevê internação com hospitais por até 30 dias de pessoas com doenças graves, problemas psiquiátricos e dependentes químicos. As internações podem ser voluntárias e involuntárias após diagnóstico ou compulsória, via ordem judicial”. (FSP, 24/07/09, C6)

(FSP 18)

Roubos crescem em bairros vizinhos da cracolândia

[...] Vizinhos da cracolândia, os bairros de Santa Cecília e Higienópolis tiveram um aumento em dois índices de criminalidade (furto de veículos e roubos) e queda em um (furto), entre os meses de julho e setembro deste ano, na comparação com o mesmo período de 2008. [...] As mudanças nesses índices coincidem com o período da ação Centro Legal, com a qual a polícia e a prefeitura tentam reduzir os índices de violência na região conhecida como cracolândia, na Luz. (FSP, 05/10/09, C5)

³³ No perímetro do projeto Nova Luz, a ZESI-3 C016, que compreende 11 quadras, deve garantir a destinação de no mínimo 80% do total de área construída computável para Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular, conforme previsto no PUZEIS.

O vínculo entre as duas notícias, coloca os *dependentes químicos* e *pessoas com doenças graves* no centro da responsabilidade pela violência que atingiria a região da Luz, mas que merece destaque do jornal por atingir os bairros majoritariamente das classes média e alta, como os vizinhos Santa Cecília e Higienópolis. No final do ano de 2009, as expectativas em relação às mudanças ganham tons pessimistas e, mais uma vez reforça-se a representação de degradação da região no OESP (16).

(OESP 16)

R\$1,2 bi e 36 ações em 12 anos: e não se vê a cracolândia virar Nova Luz

Como se aplicassem pequenas agulhas de acupuntura em um corpo debilitado, a Prefeitura e o governo do Estado lutam contra a degradação do centro paulistano com ações pontuais, espalhadas, esparsas e, pelo menos até agora, controversas. Na sexta-feira, foi lançada mais uma dessas operações – a licitação da Nova Luz, que pretende redesenhar uma área de 23 quadras e, assim, espalhar os benefícios pelo restante da região central. Será a 36ª intervenção em pontos culturais e turísticos no centro da cidade desde 1998. E mesmo assim, depois de tantas agulhadas e com um investimento público total de R\$1,2 bilhão até 2010, ainda existe um abismo entre o centro sonhado e o centro real visto em uma noite qualquer. Nesses quase 12 anos de projetos para o centro, São Paulo já gastou nos 26 quilômetros quadrados da região o equivalente a 13 quilômetros do Metrô ou 60 Centros Educacionais Unificados (CEUs). Ainda assim, nessa área, Sala São Paulo, Pinacoteca, Parque da Luz e Mercado Municipal funcionam como ilhas isoladas no centro da cidade, pequenos bunkers rodeados por ruas escuras e sujas, prédios degradados, comércios decadentes e consumidores de crack. (OESP, 20/12/09, C1)

O *abismo* entre a realidade e o *centro sonhado* consiste, na representação veiculada pelo OESP (16), na ineficiência, até o momento, das ações do Poder Público e das âncoras culturais de expulsar a população pobre, que mora em prédios considerados *degradados*, de eliminar os usuários de drogas, que vivem em ruas, segundo a notícia, *escuras e sujas*. O centro da cidade é considerado um corpo doente cujo tratamento dado não muda o seu quadro.

Nos primeiros meses de 2010 percebe-se um retorno aos pontos que são considerados “degradantes” da região e assiste-se novamente às megaoperações policiais, noticiadas pelo OESP (17 e 18) e pela FSP (19).

(OESP 17)

‘Fim’ do crack é prometido há dez anos

[...] Mas o subproduto da cocaína conquistou um território próprio: a cracolândia, um punhado de ruas no centro da capital paulista onde viciados, de todas as idades e classes sociais, se aglomeram e acendem cachimbos diversas vezes ao dia para sentir o curto e intenso “barato” proporcionado pela pedra. Um ritual que, na opinião de quem tentou enfrentá-lo na última década, não tem previsão para acabar. (OESP, 07/02/10, C4)

(OESP 18)

Centenas de usuários vagam pela região

Atualmente, entre 220 e 250 usuários de crack vagam pela região central, estima a polícia. [...] Movem-se dentro de um território cercado propositalmente pela polícia, aos fins de semana, para impedir que eles migrem para Higienópolis e Santa Cecília. O receio é de que aumentem os índices de furto nessas regiões, a exemplo do que ocorre nas imediações de Anhangabaú, Campos Elísios, República e Santa Ifigênia. Em dezembro, houve em média pelo menos 18 furtos por dia nessas áreas. (OESP, 07/02/10, C4)

(FSP 19)

Gestão Kassab diz que polícia de Serra faz pirotecnia no centro

Classificada de “pirotécnica” pelo secretário da saúde da gestão Gilberto Kassab (DEM), uma megaoperação da Polícia Civil do governo José Serra (PSDB) deteve ontem cerca de 300 pessoas na cracolândia, região degradada do centro. Trinta e três pessoas foram indiciadas sob acusação de tráfico de drogas, diz a polícia. Os demais, viciados em crack, foram abandonados pela polícia em uma base da GCM (Guarda Civil Metropolitana) – sob o olhar de apenas dez agentes da guarda incumbidos de mantê-los ali, o grupo fugiu. (FSP, 26/02/10, C1)

A despeito de classificada como megaoperação, o resultado da ação apresentado pelos jornais foi bastante questionável e expõe o desencontro entre as esferas de segurança e de saúde dos governos municipal e estadual já que o Estado não é um monobloco, tem clivagens, mesmo entre partidos aparentemente não muito diferentes ideologicamente, como no caso do DEM de Gilberto Kassab e o PSDB de José Serra. Nas notícias, a região é caracterizada ainda como *degradada* e essa situação é relacionada, aos usuários de drogas presentes na área, que teria se tornado *território próprio* do crack ou um *território cercado* pela polícia. Junte-se a isso, segundo os jornais, a ineficiência das políticas públicas na resolução dessas questões, inclusive as de caráter repressor. No entanto, verifica-se em outras notícias uma linha otimista em relação à realização das intervenções previstas no projeto Nova Luz, como as publicadas em março de 2010 (FSP 20 e 21).

(FSP 20)

Intervenção urbana agita o mercado imobiliário

São Paulo tem nove áreas onde a prefeitura pretende fazer intervenções urbanas para mudar a cara da região. Prazos? Não há. Projetos? Há poucos. Obras? Só um lugar. Mesmo assim, o mercado imobiliário já se agita com a possibilidade de participar da revitalização de tantos lugares. (FSP, 10/05/2010, C5)

(OESP 19)

Americanos vão fazer o projeto da Nova Luz

Após cinco anos de discussões, a Prefeitura de São Paulo anunciou ontem que a missão de tirar do papel a revitalização da cracolândia, no centro da cidade, será da americana Aecom. Nos últimos cinco anos, a empresa estabeleceu as diretrizes para a Olimpíada de Londres de 2012, recuperou a área portuária de São Francisco, nos Estados Unidos, e fez o mesmo com

o centro de Manchester, na Inglaterra. Com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Companhia City e construtora Concremat, a Aecom forma o consórcio que vai criar o modelo de recuperação da área da Nova Luz – um polígono encravado no centro velho, que ficou conhecido pela grande quantidade de usuários de drogas. (OESP, 12/05/10, C3)

(OESP 20)

Nova Luz: Rua Vitória vai virar 'Rambla'

A Prefeitura de São Paulo quer diminuir a circulação de carros e levar pedestres e ciclistas às ruas da cracolândia, um dos símbolos da degradação do centro de São Paulo. O projeto preliminar de revitalização da área prevê estreitamento de ruas, criação de parque linear e ciclovias, além de atração de moradores à região. A solução para viciados em drogas e moradores de rua, porém, não faz parte do plano urbanístico apresentado ontem. (OESP, 18/11/10, C14)

Destaca-se o interesse do mercado na realização das intervenções urbanas, bem como a participação de empresas estrangeiras no consórcio responsável pelo projeto de urbanização. São Paulo não é exceção nesse aspecto, já que a criação de espaços de grife por meio da contratação de escritórios de arquitetura de renome internacional é uma prática da atual política urbana mundial. Harvey (2013, p.91), citando o caso de Baltimore, nos EUA, aponta a importância dos projetos urbanos e arquitetônicos para que as cidades produzam imagens positivas de si mesmas para potenciais investidores e turistas. Segundo o autor (2013, p.92):

Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados.

As referências à atuação da Aecom em planos como o de Londres e Manchester ou ainda da Companhia City em empreendimentos nacionais de classe média e alta, dão pistas do horizonte futuro que será proposto para a região e, ao qual, o grupo representado no jornal anseia. Assim como a referência à *Rambla*, tipo de rua representativa de Barcelona, na Espanha, caracterizada por um calçadão voltado para os pedestres e nas quais se concentram cafés, restaurantes e turistas.

Em maio do mesmo ano, a FSP (21) apresenta como um dos entraves à concretização do projeto a dificuldade de atrair a iniciativa privada, além da presença de áreas de habitação popular que limitariam a ocupação da região pelas classes médias.

(FSP 21)

Consórcio admite ser difícil projeto Nova Luz

Fazer um projeto atrativo à iniciativa privada. É essa a principal meta das empresas que venceram a licitação para elaborar o plano de revitalização da cracolândia – rebatizada pela prefeitura como Nova Luz –, no centro de São Paulo. [...] E por que será tão difícil viabilizar? Alguns fatores explicam isso: 1) a situação fundiária da região; 2) as áreas reservadas exclusivamente para a habitação popular; e 3) a limitação a imóveis da classe média. (FSP, 15/05/10, C5)

Fica patente a apresentação da atual população residente ou frequentadora do espaço como um problema, cuja solução estaria em sua substituição por outro grupo, representante das classes dominantes e das classes médias. Diante disso, faz-se necessário apontar que tal intenção remete à noção de gentrificação, pois toma a expulsão de setores das classes populares e a introdução da elite, com seus padrões de vida e consumo, inclusive cultural, como uma estratégia de intervenção urbana, conforme ocorre em diversas cidades do mundo capitalista ocidental, como já nos disse Neil Smith (2007). Ou seja, esses fatores deixam de ser uma decorrência de processos de requalificação e passam a figurar entre os objetivos dela.

No início do ano de 2011, com o avanço do processo de elaboração do projeto urbanístico do projeto Nova Luz e, diante das propostas materializadas nele, vislumbra-se novamente algumas notícias provocadas pelos protestos de grupos descontentes.

(OESP 21)

Santa Ifigênia promete baixar as portas às 15h contra Nova Luz

Lojistas da Rua Santa Ifigênia prometem baixar as portas hoje, a partir das 15 horas, contra o projeto da Prefeitura para a revitalização da cracolândia, o Nova Luz. Um grupo formado por cerca de 900 comerciantes da região programou carreata pelas ruas do centro de São Paulo em protesto pela desapropriação de três quadras da rua, o principal reduto do comércio de produtos eletrônicos do País. (OESP, 14/01/11, C11)

(FSP 22)

Após protesto, apresentação da Nova Luz é cancelada

Após protesto que teve passeata e fechamento de lojas na região da rua Santa Ifigênia, a audiência pública de apresentação do projeto preliminar de revitalização da região, batizada de Nova Luz, foi cancelada pelo secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem. (FSP, 15/01/11, C12)

(FSP 23)

Lojistas ampliam pressão contra Nova Luz

Os comerciantes da região de Santa Ifigênia resolveram radicalizar contra o projeto da gestão de Gilberto Kassab (DEM) que prevê desapropriação de parte da área conhecida como cracolândia, no centro da cidade. Levaram cerca de 1.600 manifestantes, a maioria seus funcionários, para a primeira audiência pública realizada pela prefeitura sobre o projeto Nova Luz. (FSP, 20/01/11, C1)

De qualquer maneira, os descontentes não ganham espaço ou voz nos artigos publicados nos jornais, suas reivindicações não são esclarecidas. Sabe-se pela notícia apenas que eles resolveram *radicalizar*, e essa caracterização é justificada pela mobilização de funcionários para a participação em audiência pública sobre o projeto Nova Luz. O que é chamado de *radicalização*, ao contrário da representação difundida no jornal, pode ser entendido como luta por justiça urbana ou pelo direito à cidade, que constitui mais do que o direito de acessar os recursos oferecidos pela cidade atual e abrange o direito de “mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com os nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p. 28) e não de acordo com as necessidades da elite política e econômica.

Ainda em 2011, verifica-se certa ressalva na defesa da atuação do setor privado no projeto Nova Luz (FSP 24 e OESP 22).

(FSP 24)

Prefeitura terá que pagar por Nova Luz

Para viabilizar economicamente o projeto Nova Luz, a Prefeitura de São Paulo terá de pagar entre R\$370 milhões e R\$621 milhões. O dinheiro é referente à diferença entre o que a empresa responsável pelas obras de revitalização da região da cracolândia vai gastar para desapropriar os imóveis e o que ela pode faturar com a revenda desses terrenos. (FSP, 13/04/11, C3)

(OESP 22)

Nova Luz: Prefeitura já admite pagar 1/3 da obra

Antes um projeto que seria tocado e bancado inteiramente pela iniciativa privada, o Nova Luz já está ficando caro para a Prefeitura de São Paulo. O governo terá agora de bancar pelo menos R\$ 355 milhões, cerca de um terço do custo da obra, para que “a conta feche” – ou seja, para que o lucro das construtoras envolvidas na obra compense todos os investimentos de revitalização dos 45 bairros da área. (OESP, 12/08/11, C4)

Se até então, as notícias traziam a parceria entre o setor público e o setor privado como alavanca frente à morosidade e burocracia da máquina estatal, agora o aporte de dinheiro público na realização das obras de reurbanização passa a ser questionado. O lucro com a prevista valorização imobiliária, à custa da eliminação dos elementos considerados “degradantes”, como usuários de crack, prostitutas, habitantes de cortiços e população pobre parece ser aceitável em uma posição liberal adotada pelos jornais. No entanto, a transferência direta dos cofres da prefeitura para as empresas envolvidas já não parece ser tolerável, apesar de não serem recorrentes

as críticas ao investimento público depreendido nas ações com esses objetivos, como as megaoperações policiais.

No ano de 2012, o número de notícias publicadas sobre a região dá um salto em ambos os jornais, conforme os quadros que constam nos apêndices A e B. Desde o dia quatro, o jornal FSP noticiou quase diariamente ações na região da Luz, exceto pelos dias 8, 23 e 24. Verifica-se grande destaque às referidas ações policiais.

(FSP 25)

Cracolândia é lavada após mais uma ação da PM

A gestão do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), iniciou o ano comandando mais uma intervenção na cracolândia, região do centro que rebatizou de Nova Luz. Após a operação contra traficantes que envolveu cem policiais militares, funcionários de limpeza urbana, 75 no total, realizaram uma grande limpeza no local, com direito a jatos de água e até trator com pá carregadeira. [...] Um dos objetivos da ação, que vai durar ao menos um mês, 24 horas por dia, é “restabelecer a ordem urbana na região da Luz”, afirma nota divulgada pela polícia. (FSP, 04/01/12, C8)

(OESP 23)

PM ocupa a Cracolândia por um mês

A Polícia Militar ocupou ontem a região conhecida como cracolândia, no centro de São Paulo. Cem policias e 30 guardas civis metropolitanos permanecerão 24 horas nas ruas dominadas por traficantes e usuários de crack pelo menos até o fim de janeiro. O objetivo, segundo a corporação, é sufocar o crime e permitir a ação de agentes comunitários que circulam diariamente pela região com mais segurança. (OESP, 04/01/12, C3)

Mais uma vez, as ações que contaram até mesmo, literalmente, com a limpeza da região são criticadas apenas em função de não atingirem o objetivo de eliminação da população usuária de drogas da região, e não restabelecerem a *ordem urbana* (FSP 25), caracterizando-se por ruas *dominadas por traficantes e usuários* (OESP 23). É nesse sentido que consta na FSP (26), a crítica à ausência de equipamentos de saúde aptos a receberem os usuários e ao fato de eles ocuparem *outras áreas da cidade*.

(FSP 26)

Sem centro de apoio, ação da PM espalha craqueiros na cidade

A operação da Polícia Militar deflagrada anteontem na cracolândia, região central de São Paulo, ocorreu sem que um complexo voltado para usuários de crack, com equipamentos de saúde, fosse inaugurado pela prefeitura. O novo espaço, cuja abertura está prevista para apenas daqui a 30 dias, terá um centro de convivência para 1.200 pessoas, incluindo crianças, e albergue. O complexo terá também um Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e um posto de saúde. Como consequência da ação da PM iniciada anteontem, usuários de crack se espalharam para outras áreas da cidade. (FSP, 05/01/12, C1)

(OESP 24)

Governo quer acabar com cracolândia pela estratégia de ‘dor e sofrimento’

Baseados na estratégia de “dor e sofrimento” de usuários de crack, pela primeira vez Prefeitura e Estado definiram medidas para tentar esvaziar a cracolândia, que resiste no centro desde os anos 1990. O Plano de Ação Integrada Centro Legal entrou em prática anteontem na região e não tem data para acabar. (OESP, 05/01/12, C1)

A *dor e o sofrimento* são estratégias aceitáveis quando voltadas para a população pobre e dependente como podemos observar no OESP (24). As operações policiais, apresentadas como necessárias à requalificação urbana, demonstram a violência que geralmente acompanham tais intervenções. Segundo Harvey (2014, p. 49):

A absorção do excedente por meio da transformação urbana tem, contudo, um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma “destruição criativa”. Quase sempre, isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo.

Apesar disso, a escalada da violência estatal não pode deixar de ser criticada como ação que foge ao Estado democrático, fuga tantas outras vezes aceitas e consideradas necessárias, quando mais sutis.

(OESP 25)

PM usa balas de borracha para dispersar usuários de drogas no centro

Um dia depois de Estado e Prefeitura anunciarem estratégia de “dor e sofrimento” para esvaziar a cracolândia, houve confusão ontem no centro. A Polícia Militar disparou tiros de borracha e viaturas trafegaram na contramão atrás de viciados em droga, que fugiam entre os carros e ônibus na Avenida Duque de Caxias. Moradores e comerciantes de Higienópolis e Santa Cecília também já reclamam de aumento de consumidores de crack. (OESP, 06/01/12, C3)

(FSP 27)

PM dispersa usuários de crack com bombas e tiros

[...] Por volta das 23h45 de anteontem, cerca de cem usuários e traficantes se concentram na rua dos Gusmões, entre as ruas Guaianases e Conselheiro Nébias. Foi o sinal para que dois policiais militares saíssem de um carro da corporação e disparassem bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar a turba. (FSP, 09/01/12 C1)

(FSP 28)

Defensoria recebeu 40 denúncias de abuso policial

No total, Carlos Weis, 46, coordenador do núcleo de direitos humanos da Defensoria Pública do Estado de S. Paulo já contabiliza mais de 40 denúncias de abusos de autoridade e violência policial, por parte de soldados da PM e de agentes da Guarda Civil Metropolitana. (FSP, 14/01/12, C4)

O termo *turba*, utilizado em notícia da FSP (27), apesar de ter como um de seus significados a aglomeração de pessoas, raramente é usado quando essa aglomeração é composta por pessoas consideradas ajustadas à ordem urbana. O seu uso retira a individualidade daqueles agredidos pela violência policial. Nos demais meses do ano de 2012, as ações policiais e a *persistência* do tráfico e consumo de crack na região continuam dominando o noticiário dos jornais. A permanência das abordagens policiais é justificada pela perseverança da presença do tráfico e do consumo de drogas.

(FSP 29)

Polícia prende quase 200 na cracolândia, mas tráfico continua

A operação desencadeada na cracolândia, região central de São Paulo, completa um mês amanhã com um saldo de quase 200 prisões realizadas, mas sem conseguir acabar com o tráfico e o consumo de drogas. (FSP, 02/02/12, C4)

(OESP 26)

'Procissão do crack' agora migra para a Nova Luz

[...] Dois meses depois de iniciada a Operação Centro Legal na cracolândia, o consumo e a venda de crack resistem na região, apesar da presença ostensiva da PM e da grande quantidade de prisões. As aglomerações e "procissões do crack", agora, migraram para o coração do futuro projeto Nova Luz, a poucos metros da região da Rua Helvétia, Alameda Dino Bueno e Barão de Piracicaba, onde os consumidores ficavam quando Estado e Prefeitura deflagraram a operação – e que agora está sem viciados. (OESP, 05/03/12, C4)

Inversamente ao grande número de notícias sobre ações policiais, as propostas e impasses do projeto Nova Luz tiveram menos espaço nos jornais, apesar de não deixar de ser associado às ações policiais como no OESP (26), que chega mesmo a identificar as ruas citadas como o *coração* do projeto. Diante da evidenciada ineficácia, do ponto de vista dos interesses na realização do projeto Nova Luz, das ações policiais na região, o OESP passa a divulgar no segundo semestre de 2012, as implicações negativas delas, como nas notícias a seguir.

(OESP 27)

MP pede R\$ 40 mi por 'fracasso' na cracolândia

Após finalizar inquérito sobre a ação da Polícia Militar na cracolândia, o Ministério Público entrou ontem com ação civil pedindo à Justiça que o governo do Estado pague indenização de R\$ 40 milhões por danos morais coletivos. Também foi pedida uma liminar que proíba que os policiais realizem as "procissões do crack", termo citado pelo Estado para definir as dispersões permanentes dos usuários, sob pena de multa de R\$ 100 mil. (OESP, 13/06/12, C3)

(OESP 28)

Ação da PM atrapalhou Saúde na cracolândia

A presença intensiva da Polícia na cracolândia desde janeiro deste ano para coibir o consumo e a venda da droga no centro de São Paulo prejudicou parte do trabalho que vinha sendo feito pela Secretaria Municipal da Saúde desde 2009. A conclusão está em balanço divulgado pelo Município. Conforme números, nos últimos sete meses, 71% dos que foram internados desistiram do tratamento ou pediram alta antes de serem dispensados pelos médicos. Considerando os dados desde novembro de 2009, esse total cai para 59%. (OESP, 06/09/12, C3)

Em uma das notícias centradas no projeto Nova Luz, mais esparsas no ano abordado, o tema é a viabilidade do projeto e da adequação do mercado imobiliário à construção planejada e com regras bem definidas. Tais pontos são questionados (FSP 30), provavelmente em função de não permitirem o barateamento das obras e a maximização ao extremo dos lucros.

(FSP 30)

A Nova Luz vai rolar?

Dois grandes temores assombram o projeto arquitetônico-urbanístico que reinventa a cara e os usos de 45 quarteirões da atual cracolândia. Atrasada por inúmeros vai-véns burocráticos, a gestão Gilberto Kassab (PSD) teme não conseguir fazer a tempo a licitação para escolher o consórcio imobiliário que bancaria a reconstrução. Outro medo independentemente do sucessor do atual prefeito: o mercado imobiliário paulistano está disposto a investir bilhões em um projeto concebido por urbanistas e arquitetos obedecendo regras claras de tamanho de calçadas, jardins e ciclovias, mix de usos nos edifícios, com térreos abertos para estabelecimentos comerciais? (FSP, 22/01/12, C10)

Com a vitória de Fernando Haddad (PT) para a Prefeitura de São Paulo nas eleições de outubro de 2012, o projeto Nova Luz foi considerado inadequado pela nova gestão, que em princípio, apresentou outra concepção de intervenção urbanística para o centro da cidade. Na prática, a gestão de Fernando Haddad pôs fim à concessão urbanística da Luz ao recusar transferir para a iniciativa privada o poder de realizar as desapropriações. E depois disso, o Nova Luz foi engavetado.

(OESP 29)

Haddad vai rever Nova Luz e 'congelar' Faria Lima

O prefeito eleito Fernando Haddad (PT) vai modificar as desapropriações previstas no projeto da Prefeitura planejado desde 2005 para revitalizar a região do centro de São Paulo conhecida como cracolândia. [...] Haddad quer agora ouvir moradores e comerciantes da Rua Santa Ifigênia, contrários ao projeto, para enviar as modificações para a aprovação da Câmara Municipal. [...] O petista quer um “novo desenho” para a proposta, com o fim da maior parte das desapropriações previstas para moradores e comerciantes da região. (OESP, 07/11/12, C7)

(FSP 31)

Desapropriação na Nova Luz cabe à prefeitura, diz Haddad

O projeto Nova Luz, de revitalização da cracolândia no centro de São Paulo, será modificado pelo prefeito eleito Fernando Haddad (PT). A ideia da atual gestão de que uma empresa privada tenha o poder de fazer desapropriações será engavetada. Em entrevista à Folha, Haddad disse que esse poder ficará nas mãos da prefeitura. (FSP, 16/12/12, C1)

A análise das notícias publicadas nos jornais FSP e OESP permitem depreender a elaboração e difusão persistente de uma representação da região da Luz como lugar *degradado*³⁴. Essa representação se estende aos seus moradores, comércios, imóveis e frequentadores – com exceção daqueles que se dirigem aos equipamentos culturais da região. O significado simbólico da *degradação* relaciona-se, nas notícias, à suposta diminuição da região e à negatividade que caracterizaria a sua transformação, ligando as classes populares à decadência física e ao declínio do *status* supostamente desfrutado no início do período republicano. Considerando que as representações, conforme apresentado por Chartier (1990) e Lefebvre (1983), se relacionam com as suas bases sociais e, ainda que sob disputa, configuram práticas de ordenamento social, a representação difundida da região da Luz favorece as práticas almejadas pelos grupos dominantes, que desejam colar ao Centro de São Paulo uma imagem de modernidade e, assim, permitir agilidade na reprodução do capital.

As representações sobre a região da Luz veiculadas pelas mídias impressas podem ser inseridas na compreensão das representações do espaço segundo a proposta de Lefebvre (1983), pois nas notícias destacam-se os aspectos do espaço concebido, com suas descrições e análises pretensamente assentadas no conhecimento, sem, contudo, prescindir de aspectos do vivido e do percebido para criar uma representação que atua na produção do espaço, bem como na prática política. Essa atuação se dá tanto pela rejeição e estigmatização da experiência atual como pela construção de uma expectativa futura (Kosseleck, 2006) para a região, que implicam aspirações objetivas e subjetivas para o futuro a partir das representações que circulam no presente, como os benefícios da atração das classes médias, ou ainda das “classes criativas” enquanto formadoras de opinião, e das ações de intervenção urbana sob o comando do Estado e, sobretudo, da iniciativa privada.

³⁴ Como um organismo em putrefação, decomposição ou apodrecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho desenvolveu-se com o propósito de estabelecer as relações entre as representações correntes sobre a região da Luz e as práticas de intervenção urbana propostas pelo Poder Público local de São Paulo para a região que, no caso em estudo, concentrou-se no projeto Nova Luz (2005-2012). Analisou-se, para tanto, as representações difundidas sobre a região da Luz a partir de notícias veiculadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre os anos de 2005 e 2012. A premissa admitida foi a de que os referidos jornais, ao representarem a região como degradada e marginalizada, corroboraram práticas propostas no projeto Nova Luz, assim como aquelas anunciadas para a sua concretização, como as ações policiais repressivas.

Partindo de tais questões, a pesquisa buscou traçar uma investigação sobre o modo como o espaço é produzido e reproduzido na realidade contemporânea, considerando o plano da reprodução da vida humana, mas dedicando-se especialmente ao plano político e ao econômico da produção do espaço. Nesse sentido, admitiu-se a mercantilização do espaço produzido socialmente, fato viabilizado pela propriedade privada do solo, destacando-se a condição do espaço como produto imobiliário essencial na reprodução do capital no contexto internacional da hegemonia do capital financeiro. O Centro e as áreas de centralidade, que se constituem espaços privilegiados de potencial valorização do capital, são convertidos em “raridade” no mercado. Disso decorreu, primeiramente, a criação de novas áreas de centralidade frente à saturação do Centro de São Paulo, como a que se estabeleceu na Avenida Paulista a partir do final da década de 1960 e na região da Avenida Faria Lima, Avenida Carlos Berrini e da Marginal Pinheiros na década de 1990, caracterizada pela especialização nas atividades do setor terciário e pela forte atuação do setor imobiliário em sua produção.

Ao mesmo tempo, verificou-se no Centro um processo de desvalorização imobiliária que acompanhou a migração de algumas empresas e de parte da elite para as novas áreas de centralidade, favorecendo a popularização do comércio e das moradias. Justamente quando o Centro passou a ser predominantemente um espaço das classes populares, representantes dos empresários e dos proprietários passaram a exigir a sua revalorização por meio de ações que incluíam as requalificações urbanas, como o projeto Nova Luz. Dessa maneira, foi possível inserir as práticas de

requalificação urbana almejadas pelo Poder Público e por determinados setores da sociedade para a região da Luz em um contexto mundial de reestruturação produtiva e urbana que estabeleceram a valorização do espaço como saída para a crise de acumulação capitalista a partir da década de 1970.

Além da compreensão da questão de escala inerente ao projeto Nova Luz, fez-se fundamental a esse trabalho, a perspectiva histórica da região da Luz e das representações que se construíram em torno dela. O desenvolvimento do bairro nas últimas décadas do século XIX, que se deu em torno da Estação da Luz, foi marcado pela instalação de residências de grupos da elite cafeeira em seus palacetes, apesar de não configurar então um bairro marcadamente segregado, já que diversos cortiços se estabeleciam em áreas contíguas àquelas habitadas pelas elites, não excluindo a presença das classes populares, como diversas vezes representado nas notícias analisadas. A participação das classes populares na habitação e nas atividades comerciais se intensificou gradualmente, passando pelo investimento do capital oriundo da atividade cafeeira em novos empreendimentos urbanos para a elite na direção de bairros como Higienópolis e região da Avenida Paulista e, chegando, já na década de 1950, à predominância desse grupo favorecido pelos loteamentos próximos às linhas ferroviárias.

Nesse período, soma-se ao quadro descrito a instalação de casas de prostituição na região que, em conjunto com a concentração de grupos marginalizados socialmente, como “malandros” e traficantes, tornam-se os elementos nos quais se assentaram as representações da região, resumidas na expressão “Boca do Lixo”. A análise de notícias veiculadas pela mídia jornalística a partir da década de 1960 permitiu compreender que a abordagem da região da Luz, considerando a representação da degradação, remonta a um período anterior à delimitação temporal estabelecida nesse estudo (2005-2012). O passado, rememorado como “Boca do Lixo”, ainda figura como um argumento na construção de novas representações sobre a pretensa degradação da região, como a que se concentrou em torno da alcunha de “cracolândia” a partir da década de 1990 em função da decadência de determinados setores econômicos, como o cinematográfico que havia se desenvolvido na região, e o deslocamento de outros, juntamente com a intensificação do tráfico e consumo de drogas, particularmente o crack.

Considerando as ações do Poder Público, verificou-se a consolidação, na década de 1990, de políticas gestadas com o objetivo de desencadear a requalificação

do centro a partir da região da Luz por meio da criação de um polo cultural sustentado por instituições culturais âncoras, como a Pinacoteca do Estado (1998) e o Complexo Cultural Júlio Prestes (1999). Outras frentes das políticas urbanas para a região direcionaram-se para o setor privado por meio da concessão de incentivos no interior da Operação Urbana Centro (1997). Ambas as políticas falharam em seus propósitos, já que não promoveram grandes investimentos privados na região, bem como não alteraram significativamente o perfil de seus habitantes e frequentadores, desembocando nas diferentes etapas que se delinearam ao longo do desenvolvimento do projeto Nova Luz, no período em foco.

Sem prescindir das âncoras culturais, o projeto Nova Luz redirecionou o cerne das propostas de requalificação para o Centro. Se até então ela se assentava majoritariamente na formação de um polo cultural, a partir de então passou a priorizar a formação de um polo tecnológico na região da Luz, composto pelo setor de serviços. Foi nessa direção que a Prefeitura anunciou o pacote de incentivos fiscais, como isenção de IPTU e ISS, para atrair novos negócios para a região em 2005, ao mesmo tempo em que definiu áreas de utilidade pública passíveis de desapropriação para execução do plano urbanístico de requalificação. Durante as administrações Serra/Kassab foram ainda utilizados instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor Estratégico (2002) por meio da redefinição de políticas no interior de iniciativas em curso. Conforme visto, no caso do PROCENTRO, os aspectos sociais do programa foram esmaecidos pelo fortalecimento das vantagens concedidas à iniciativa privada para as ações de infraestrutura, inclusive aquelas referentes ao projeto Nova Luz, como estudos, pareceres e obras para a implantação de mobiliário. Também os recursos da Operação Urbana Centro, criada em 1997, foram direcionados para as prioridades estabelecidas no projeto Nova Luz, concentrando-se na viabilização financeira de parte das desapropriações previstas no perímetro do projeto.

Quatro anos depois de anunciado o projeto, frente ao número pífio de empresas que se instalaram na região da Luz por meio da Lei de Incentivos Seletivos e do ritmo, considerado moroso, das desapropriações dos terrenos no perímetro do projeto, o Poder Público Municipal lançou mão de um instrumento urbanístico previsto no Plano Diretor Estratégico, mas que até o momento não havia sido regulamentado: a Concessão Urbanística. A aprovação dele conferiu à iniciativa privada o poder de desapropriar terrenos e realizar obras de urbanização e reurbanização, mediante

licitação. Dessa maneira, é possível concluir que, considerando as diversas etapas de elaboração e concepção do projeto Nova Luz, a participação da iniciativa privada foi progressivamente valorizada como fator de viabilização das ações de requalificação da região, ainda que o Poder Público tenha se mantido, na prática, como principal financiador de tais ações.

O plano urbanístico, publicado em 2012 pelo Consórcio Nova Luz, justificou a intervenção proposta por meio de alegações que incluem o esvaziamento populacional da região e a intensão de modificar a imagem do lugar mediante a requalificação de suas estruturas físicas e da recomposição da população por meio da atração de frações de classes sociais variadas. As duas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) contidas no perímetro do projeto Nova Luz foram apresentadas neste plano como garantia da permanência dos moradores locais de baixa renda. No entanto, o Conselho Gestor das ZEIS não proporcionou a participação democrática dos setores da sociedade civil no debate sobre o Plano de Urbanização das ZEIS, acarretando uma definição superficial dos aspectos sociais e das condições de realocação da população residente no referido plano. Constatou-se, dessa maneira, que apesar das ressalvas sobre a intenção de não expulsar a população residente, as garantias para tanto não foram satisfatórias, endossando a conjectura de que as propostas de requalificação da região da Luz estiveram atreladas à atração das classes médias para a região.

A pesquisa apontou para a centralidade do papel do Estado no interior das propostas de intervenção urbana na região da Luz garantindo a mobilização de parcelas do solo, inclusive por meio da Concessão Urbanística que instrumentalizou a iniciativa privada para a possibilidade de realizar desapropriações. Além disso, verificou-se também que, no caso do projeto Nova Luz, o Estado figurou como responsável pela transferência de verba municipal para o concessionário responsável pela execução do projeto com vistas a garantir o retorno dos investimentos privados, contrariando a ideia defendida por setores do empresariado de que a parceria público-privada seria vantajosa por desonerar os cofres públicos.

Definidas as práticas urbanísticas envolvidas na esfera do projeto Nova Luz, empreendeu-se a análise das representações difundidas sobre a região pelo Poder Público, por meio dos documentos publicados no escopo do projeto de requalificação, bem como pelas mídias jornalísticas a partir das notícias veiculadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no período em estudo. Tomando os

documentos oficiais do projeto Nova Luz, constatou-se que neles a região é representada como objeto de “percepção” negativa e estigmatizada; degradada, por sua falta de vitalidade, espaços públicos inadequados, calçadas em mau estado e barreiras físicas. Ou seja, muitos dos elementos utilizados para sustentar a suposta degradação da região, apontaram para a omissão do Estado ao longo dos anos no provimento de infraestrutura e serviços urbanos de qualidade para a população frequentadora ou que ali se estabeleceu.

A prática proposta no plano urbanístico para reverter tal situação, assenta-se, entre outros fatores, na criação de ambientes de entretenimento e na atração de uma população de caráter múltiplo, liderada por “pioneiros” pertencentes à chamada “classe criativa”, que passaria a residir e estabelecer negócios na região. Compreendendo-se pioneiros como aqueles que primeiramente descobrem um caminho, adentram um determinado campo ou lançam uma novidade, nos termos dos documentos públicos do projeto Nova Luz a população atual da região representaria um grupo passível de substituição, já que comporia um lugar a ser “conquistado”. Dessa maneira, a pesquisa vai ao encontro das definições propostas por Lefebvre (1983) sobre as representações, pois, a partir de aspectos reais da região da Luz, como a insuficiência de algumas estruturas urbanas, generaliza-se a “degradação” da região, apresentando soluções corroboradas por tais representações e que dissimulam as finalidades de fato às quais estão ligadas resumidas, como visto anteriormente, no desejo de reprodução do capital por meio da reprodução do espaço. Por isso, as representações não são verdadeiras nem falsas, mas podem receber tais atributos a partir da análise, que no caso em estudo, conclui pela falsidade das finalidades anunciadas, como a manutenção da população residente e o desenvolvimento estendido e compartilhado por diversos segmentos sociais.

Considerando a análise das notícias dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (2005-2012), constatou-se marcadamente um consenso nas representações da região da Luz no que se refere a sua suposta condição de degradação assentada em elementos como a presença de usuários de crack, o tráfico de drogas, a prostituição, os cortiços e a presença de comércios irregulares ou informais. A partir de tais pontos, a representação da degradação estende-se aos seus moradores pela generalização dos atributos negativos conferidos ao lugar, ligando as classes populares à decadência pela qual passaria o centro de São Paulo e, no caso, acentuadamente a região da Luz, conforme expressões diversas vezes utilizadas nos

jornais, como “um dos pontos mais de degradados do centro de São Paulo” (FSP4) ou ainda “parte mais degradada da antiga Cracolândia” (OESP 11).

A perspectiva futura de requalificação da região da Luz é apresentada nas notícias analisadas de maneira intrincada com a eliminação dos fatores considerados “degradantes”, inclusive por meio de ações que envolviam as forças policiais e estiveram marcadas pela violência contra a população residente e frequentadora. Em ambos os jornais verificou-se a defesa da participação do mercado e do capital na viabilização do projeto Nova Luz. Para tanto, cobraram do Poder Público o estabelecimento na região da Luz de condições sociais favoráveis ao setor privado, definindo questões de saúde pública e moradia como entraves ao desenvolvimento econômico. Apesar de constatarmos certa mobilidade na posição dos jornais sobre questões pontuais do processo de requalificação da Luz, os discursos dos setores sociais mais afetados pelo projeto, consequentemente divergentes, não reverberam significativamente em suas páginas.

De maneira geral, o Poder Público local foi representado nas notícias analisadas ora como protagonista de um processo de mudanças positivas, ora como máquina administrativa lenta e burocrática, que não atende de maneira eficiente às demandas da cidade. Apesar disso, verificou-se que a posição majoritariamente adotada pelas mídias jornalísticas em estudo foi o apoio das ações anunciadas para a requalificação da região da Luz, manifestadamente tidas como desejáveis. Não esquecendo que os sistemas de relevância dos assuntos noticiados relacionam-se com a sociedade nos quais estão inseridos em determinado tempo, o estudo apontou para uma relação de duplo reforço tanto da “degradação” da “cracolândia” como da “necessidade” da Nova Luz entre os jornais selecionados e o Poder Público Municipal.

Assim, identificamos um conjunto de representações que conferiram significado e fortaleceram as posições e as práticas propostas por tais grupos para a região da Luz, ainda que os conflitos em torno dessas representações, traduzidos nos movimentos das associações de moradores e de comerciantes da região, na escolha representativa das eleições municipais de 2012 e nas ações judiciais encampadas pelo Ministério Público tenham resultado no engavetamento do projeto. Embora se tenha inserido as propostas do projeto Nova Luz em uma escala internacional de reestruturação urbana e de reprodução do capital por meio da reprodução do espaço, os agentes locais e as contradições entre os interesses de diferentes grupos acerca

da região da Luz, inclusive a aderência hesitante de setores do empresariado, implicaram a sua não realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Nuno Cesar Pereira. **Boca do Lixo: cinema e classes populares**. Tese de doutorado. Instituto de Artes, UNICAMP, Campinas, 2002.

ALMEIDA, Eneida de. **O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática**. 2010. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-150955/>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

ALMEIDA, Nedir Fernandes de. **Metamorfoses dos usos do lugar: a revalorização urbana como estratégia de acumulação de capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALVAREZ, Isabel A. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. In: **Revista Cidades**. v. 9, n. 16, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2373/2116>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

ALVES, Glória da Anunciação. **O uso do centro da cidade de São Paulo e a sua possibilidade de apropriação**. 1ª ed. São Paulo: USP - FFLCH, 2010.

ALVES, Glória da Anunciação. Transformações e resistências nos centros urbanos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. 31, n.93, p. 53-71, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

BRASIL. Portal do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33717&janela=1> Acesso em: 12 abril 2017.

CAMPOS, Eudes. **Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.13. n.1.p. 11-57. 2005.
CARLOS, Ana F. A. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. **Revista Território**. Ano VII, n. 11, 12 e 13, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo, FFLCH: 2007.

CARLOS, Ana F. a. O espaço como condição da reprodução (p. 91-124). In: **A condição espacial**. São Paulo. Ed. Contexto: 2011.

CARVALHO, Rodrigo. **A imprensa escrita na era FHC**: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002. 2006, 254 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

CORDEIRO, Helena Kohn, **O centro da metrópole paulistana**: expansão recente. 1979. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

CORDEIRO, Simone Lucena (org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia**: sanitarismo e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial dO Estado de S. Paulo/ Arquivo Público dO Estado de S. Paulo, 2010.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso**: notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã, Portugal: LabCom, 2009. E-Book. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/44>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, Heloísa; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil**. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflito e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 30, p. 119-136, 2009.

GATTI, Simone Ferreira. **Entre a permanência e o deslocamento**. ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C 016 (Sé) inserida no perímetro do projeto Nova Luz. 2015. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29102015-143015/>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

JOANIDES, Hiroito de Moraes. **Boca do Lixo**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.

JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo passado e presente. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**: estudo de geografia urbana. Rio Claro, 1968 [tese de doutorado]. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000429261>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: Contribución a la teoría de las representaciones. Fondo de Cultura Económica: México, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

PÓLIS. **Políticas públicas para o Centro: controle social do financiamento BID à Prefeitura municipal de São Paulo.** São Paulo: Instituto Pólis. 2008. Disponível em: <<http://Pólis.org.br/publicacoes/controle-social-de-politicas-publicas-o-financiamento-do-bid-para-a-reabilitacao-do-centro-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 6 dez. 2015.

MAGALHÃES, R. A. **A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990: a Constituição de um Objetivo Difuso.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2008. Col. Bibl. Carioca. Sério Publ. Científica. v.49.

MONBEIG, Pierre. **O crescimento da cidade de São Paulo.** In: SZMRECSÁNYI, Tamás. História Econômica da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Globo, 2004.

MARQUES, Sabrina Durigon. **A efetividade da gestão democrática das cidades nas Zonas Especiais de Interesse Social.** 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção.** 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOBRE, Eduardo A. C. **Precariedade do habitat e política de habitação de interesse social: o caso da Grande São Paulo.** In: PEREIRA, P. C. X. & HIDALGO, R. (eds.) Producción Inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile/FAUUSP, 2008. p. 245-256.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **Do tombamento às reabilitações urbanas: um estudo sobre a preservação no centro histórico de São Paulo (1970-2007).** 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29032010-103710/>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PEREIRA, Pablo. SP teve zona para confinar prostituta. **O Estado de S. Paulo:** São Paulo, 20 ago. 2010. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-teve-zona-para-confinar-prostituta-imp-,601934>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROLNIK, Raquel e BOTLER, Milton. **Por uma política de reabilitação de centros urbanos.** Revista ÓCULUM – Campinas: PUC, 2004.

SANTOS, César Ricardo Simioni. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **Revista Cidades.** v.3, n.5, 2006. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/506>>. Acesso em 13 jun. 2016.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997**. Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Operação Urbana Centro.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002**. Plano Diretor Estratégico. Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do município de São Paulo.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto nº 46.996, de 13 de fevereiro de 2006**. Regulamenta a Lei nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do município de São Paulo.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 14.123, de 28 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Termo de Referência** para Contratação de Empresa ou Consórcio para a Elaboração de Projeto Urbanístico Específico e Estudos Complementares para fins de Realização de Concessão Urbanística na área delimitada pelo perímetro da Nova Luz, definido pelas avenidas Cásper Líbero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e rua Mauá, no Distrito da República, no Município de São Paulo. São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei Municipal nº 14.917 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Concessão Urbanística no Município de São Paulo.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 14.918, de 7 de maio de 2009**. Autoriza o Executivo a aplicar a Concessão Urbanística na Área da Nova Luz.

SÃO PAULO (Cidade). São Paulo Urbanismo; Consórcio Nova Luz. **projeto Nova Luz: Visão e Diretrizes Urbanísticas**. São Paulo: SP - Urbanismo, nov. 2010. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/cmpu/18a%20ReuniaoOrdinaria_15_12_10.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Consórcio Nova Luz. **projeto Nova Luz: Projeto Urbanístico Específico (PUE)**. São Paulo: SMDU, jul. 2011a. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf>. Acesso em 30 dez. 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Consórcio Nova Luz. **projeto Nova Luz: Plano de urbanização de ZEIS (PUZEIS)**. São Paulo:

SMDU, jul. 2011b. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUZEIS.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Consórcio Nova Luz. **projeto Nova Luz**: Relatório de Impacto Ambiental. São Paulo: SMDU, jul. 2011c.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Consórcio Nova Luz. **projeto Nova Luz**: Estudo de viabilidade econômica e de situação fundiária. São Paulo: SMDU, jul. 2011d.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Consórcio Nova Luz. **projeto Nova Luz**: Revisão Final de Conteúdos e Consolidação dos Ajustes Recomendados ao Projeto Urbanístico Específico e do Plano de Urbanização de ZEIS. São Paulo: SMDU, out. 2012.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, dez. 2012.

SELEGHIM, Maycon Rogério; GALERA, Sueli Aparecida Frari. **A trajetória de usuários de crack para a situação de rua na perspectiva de familiares**. 2016, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-04082016-190406/>>.

Acesso em: 2 abr. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Revitalização de centros urbanos**. Publicações Pólis. São Paulo, PÓLIS, n.19, 1994.

SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. São Paulo: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 21, 2007.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Felipe Francisco de. **Um olhar crítico sobre a concessão urbanística em São Paulo**: Formulação pelo Executivo, Audiências Públicas e Regulamentação pelo Legislativo. 2010. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

TELES, Ângela Aparecida. Cinema, cidade e memória: a Rua do Triunfo. **Revista Aurora**, n. 5, 2009. Disponível em: <www.pucsp.br/revistaaurora>. Acesso em: 15 nov. 2016.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, Maria Lúcia; LIRA,

José Tavares Correia de. (Org.). **Cidade: impasses e perspectivas**. São Paulo: FAU: Annablume: FUPAM, 2007. p. 11-28. (Coleção Arquiteses, v. 2).

VASCONCELLOS L. M.; MELLO Maria Cristina M. **Re: atrás de, depois de...** In: VARGAS, Heliana C.; CASTILHO Ana Luisa H. (Org.) *Intervenções em centros urbanos, objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Manole, 2006.

VIANA, Lúcio Hanai Valeriano. **A influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento na formulação de políticas públicas**: análise das condições de financiamento do Programa de Reabilitação da Área Central no Município de São Paulo – Procentro. 2009. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WHITACKER, A. M. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. In: SEMINARIO INTERNACIONAL RII y IV TALLER DE EDITORES RIER, 6, 2010, Mendoza, Argentina. *Anales del XI Seminario Internacional RII y IV Taller de Editores RIER*. Mendoza: Universidad Nacional del Cuyo, 2010. p.1 – 20.

APÊNDICES

Apêndice A - Manchetes sobre a região da Luz, publicadas no caderno Cotidiano do jornal *Folha de S. Paulo*, no período entre 2005 e 2012.

Folha de S. Paulo		
2005		
Data	Manchete	Página
09/03	'Cracolândia' ganha repressão e ações sociais	C4
10/03	'Cracolândia' sobrevive a ofensiva policial	C8
11/03	Operação fecha mais 9 hotéis	C7
16/03	Mesmo fechado com concreto, hotel é reaberto	C4
19/03	Reduto do crack. Matarazzo reúne empresários para discutir revitalização na 'cracolândia'	C4
30/03	Os párias de São Paulo	C2
07/04	Cracolândia resiste, agora em novo endereço	C5
31/08	A alquimia do cemitério	C2
07/09	O caminho das pedras	C2
10/09	Comerciante da 'cracolândia' diz temer desapropriações	C7
15/09	IPTU cai 50% para loja nova na 'cracolândia'	C6
18/09	Aprendendo a tirar leite de pedra	C12
24/09	É bobagem ligar obra a higienismo, diz Serra	C4
02/10	Moradores reformam prédios do centro	C1
04/10	'Cracolândia' tem lista de 250 desapropriações	C5
16/10	Ex-morador de rua busca ex-colegas para albergue	C8
24/11	'Cracolândia'. Câmara aprova incentivo fiscal para novas empresas	C6
01/12	Câmara aprova incentivos fiscais para a 'cracolândia'	C9
14/12	Centro será monitorado por 35 câmeras	C4
16/12	Grupo apresenta projeto para área da 'cracolândia'	C8
2006		
Data	Manchete	Página
05/01	Serra prioriza intervenções na região central	C4
19/01	Prefeitura inicia análise dos imóveis da "cracolândia"	C6
05/04	SP começa a desapropriar 'cracolândia'	C4
07/07	SP autoriza desapropriação na região da 'cracolândia'	C8
02/08	Rua do Rock	C2
03/09	Recuperação da 'cracolândia' ainda não passa de projeto	C4
05/09	Prefeitura diz que se esforça para recuperar 'cracolândia'	C5
13/09	Publicitários da "cracolândia"	C2
13/09	Traficantes e usuários são presos na 'cracolândia'	C9
16/09	Operação Nova Luz lacra seis estabelecimentos	C4
19/09	Prefeitura vai recuperar ruas da "cracolândia"	C3
15/11	Uma maravilhosa agulhada na 'cracolândia'	C2
2007		
Data	Manchete	Página
08/02	Policiais são presos após filmagem flagrar agressão	C6
17/05	Prefeitura vai desapropriar mais casas na 'cracolândia'	C6
19/05	Cracolândia vai a leilão em um só lote para virar novo bairro	C1
19/05	Projetos prevêm conciliar comércio e casas	C2
24/05	Operação começa a preparar desapropriação da cracolândia	C3
03/06	Revitalizar a cracolândia é possível e viável, diz Lerner	C3
10/10	Câmara dá aval para Kassab buscar investimento privado	C10

27/10	Demolição de imóveis inicia a revitalização da cracolândia	C1
27/10	Santa Ifigênia será reformada em 2008	C2
04/11	Luzes da cidade	C14
22/12	Antiga rodoviária de SP vai virar teatro e escola de dança	C3
2008		
Data	Manchete	Página
04/01	Detran mudará para a avenida do Estado	C1
14/02	Para Kassab, cracolândia não existe mais	C3
18/02	Prefeitura tem de conter a dispersão, dizem urbanistas	C3
25/03	PM e prefeitura fazem nova ação na cracolândia	C6
26/03	1º dia de ação na cracolândia tem 15 detidos	C3
15/05	Desapropriações emperram obras de Kassab	C6
17/06	Mesmo emperrado, projeto Nova Luz vai ser ampliado	C8
21/06	Prefeitura abre licitação para reformar Santa Ifigênia	C2
21/06	Calçadas vão ligar principais pontos turísticos da região	C2
05/11	Kassab promete transformar centro no novo Cidade Limpa	C5
2009		
Data	Manchete	Página
26/02	Gestão Kassab que 'terceirizar' bairros para revitalização	C6
18/03	Projeto de desapropriação no centro é alvo de protesto	C6
26/03	Projeto que 'terceiriza' área degradada passa em 1º turno	C5
02/04	"Terceirização" da cracolândia passa em primeiro turno	C6
19/04	Lei emperra revitalização e ocupação na região central	C1
19/04	Centro terá mais opções culturais com revitalização	C6
21/04	Piso de mosaico português dará lugar a concreto nos calçadões do centro de SP	C3
23/04	Câmara aprova terceirização da Nova Luz	C5
24/04	Majoria que aprovou Nova Luz recebeu doação de imobiliária	C6
08/05	Projeto da Nova Luz estará pronto no fim do ano, diz Kassab	C6
07/06	Prefeitura vai avaliar potencial econômico do projeto Nova Luz	C3
02/07	Kassab quer que cracolândia seja bairro mais povoado de SP	C4
04/07	Governo de SP financiará filmes sobre bairros no entorno da cracolândia	C6
22/07	Estado quer recuperar viciados da cracolândia	C5
24/07	80% recusam atendimento na cracolândia	C6
25/07	'Espíões' atuam na cracolândia há 4 meses	C8
27/07	Governo estuda nova lei para recuperar prédios do centro	C6
28/07	Urbanistas estrangeiros veem uma cracolândia sem crack em visita a São Paulo	C5
02/08	Demolições na região da cracolândia recomeçarão amanhã	C10
09/08	Exilados da cracolândia vagam pelo centro	C6
05/10	Roubos crescem em bairros vizinhos da cracolândia	C5
19/11	IPTU na cracolândia subirá bem mais que na Paulista	C1
26/11	Kassab desiste de 'supervalorizar' cracolândia na cobrança de IPTU	C3
01/12	Cracolândia precisa de morador de classe média, diz arquiteto espanhol	C8
18/12	Cracolândia. Prefeitura divulga concorrentes de projeto hoje	C6
28/12	Ação na cracolândia apreende 1,5t de crack	C5
2010		
Data	Manchete	Página
19/02	Por Nova Luz, Estado libera reforma em prédios tombados	C1
19/02	Surpresos com mudança, lojistas temem desapropriações	C4

23/02	Ex-alunos se unem para salvar Liceu Coração de Jesus na cracolândia	C4
26/02	Gestão de Kassab diz que polícia de Serra faz pirotecnia no centro	C1
27/02	Para Serra e Kassab, ação na cracolândia não teve coordenação	C3
01/03	Moradores de Higienópolis e do Pacaembu reclamam de 'invasão'	C5
24/03	Quarteirão na cracolândia que abrigará Teatro de Dança começa a ser demolido	C6
10/05	Intervenção urbana agita o mercado imobiliário	C6
12/05	Arquitetos de Londres-2012 farão Nova Luz	C4
15/05	Consórcio admite ser difícil projeto Nova Luz	C5
21/05	Governo não sabe como tratar craqueiro, diz Drauzio Varella	C3
27/06	Apreensão de crack é maior longe da área da cracolândia	C6
28/08	Justiça suspende derrubada de prédios na cracolândia	C9
14/09	Obra parada da Nova Luz vira abrigo para centenas de usuários de crack	C8
16/09	Obra parada em área da cracolândia é cercada	C5
18/09	Suplicy tenta falar de Renda Mínima na cracolândia	C5
06/11	Moradores e lojistas registram melhor e pior da cracolândia	C8
18/12	Projeto prevê demolir 30% da cracolândia	C1
18/12	Prefeito vai 'comprar briga', diz morador	C4
2011		
Data	Manchete	Página
08/01	Craqueiros se espalham pelo Campo Belo	C1
14/01	Comércio promete fechar as portas em protesto a projeto	C10
15/01	Após protesto, apresentação do Nova Luz é cancelada	C12
29/01	Lojistas ampliam pressão contra Nova Luz	C1
13/04	Prefeitura terá que pagar por Nova Luz	C3
27/04	Reurbanização da Nova Luz é suspensa na Justiça de SP	C5
30/04	Justiça cassa liminar que suspendia o projeto Nova Luz	C8
28/07	Kassab vai 'terceirizar' área na Pompéia	C1
28/07	Projetos urbanos precisam de gestão baseada no direito de todos à cidade	C3
12/08	Verba pública banca negócios da Nova Luz	C4
13/08	Nova Luz terá programa para quem já mora na área	C7
14/08	Revitalização de patrimônio fica para 2022 na Nova Luz	
05/09	Nova Luz espalhará rato, pombo e morcego	C6
14/09	Para consultor, moradia no centro vai melhorar cidade	C8
29/09	Audiência tem mais PMs e guardas-civis do que participantes	C5
04/10	Na rua, juiz vai avaliar menores da cracolândia	C6
08/10	Procurador critica plano de ação do Tribunal de Justiça na cracolândia	C8
05/11	Segurança à noite ainda é preocupação	C6
06/11	Projetos de obras públicas atraem arquitetos 'gringos'	C6
06/11	Profissionais estrangeiros deixaram suas marcas no país	C7
19/11	Ministro oferece verba para cracolândia	C2
22/11	Viciados enfrentam PM no centro após suspeito levar tiro de policial	C6
08/12	São Paulo fez 2.180 internações desde 2009	C7
17/12	Bom Retiro terá complexo para viciado em crack	C2
2012		

Data	Manchete	Página
04/01	Cracolândia é lavada após mais uma ação da PM	C8
05/01	Sem centro de apoio, ação da PM espalha craqueiros na cidade	C1
05/01	Políticas de saúde pública podem mudar cracolândia	C3
06/01	Ruínas do crack	C6
07/01	Poder público bate cabeça em operação na cracolândia	C1
07/01	Governos federal e estadual discutem ação	C3
09/01	PM dispersa usuários de crack com bombas e tiros	C1
09/01	Esconde-esconde alterna policiais e usuários no centro	C3
10/01	Cracolândia ainda tem tráfico à luz do dia	C4
10/01	Usuário pede internação, mas não consegue	C5
11/01	Governo veta bomba e bala de borracha na cracolândia	C1
12/01	Centro anticrack será aberto incompleto	C1
12/01	Negócio lucrativo e exploração de miseráveis convivem na cracolândia	C6
13/01	Crack por Cristo	C7
14/01	Defensoria recebeu 40 denúncias de abuso policial	C4
14/01	Moradores reclamam na cracolândia, mas gostam de onde vivem	C4
15/01	Viciados da cracolândia são os 'excluídos dos excluídos'	C1
15/01	Maioria diz que pretende procurar tratamento	C3
15/01	Trabalho na cracolândia será 'longo' diz Alckmin	C4
16/01	Reunião de Alckmin e Kassab selou uso ostensivo da PM na cracolândia	C1
17/01	Grupo reage e ataca PMs na cracolândia	C1
18/01	Imóveis são emparedados na cracolândia	C1
19/01	Ação contra o crack será contínua, afirma Alckmin	C1
19/01	Ministro de Dilma apoia ação de Kassab	C4
20/01	Cracolândia começa a ficar vazia, afirma PM	C7
21/01	PM apreende 1.300 pedras de crack com adolescente	C7
22/01	A Nova Luz vai rolar?	C10
25/01	90% aprovam internação involuntária	C1
26/01	Mutirão interna usuários de crack em comunidades terapêuticas	C9
27/01	'A cracolândia já acabou', diz secretária da justiça	C10
28/01	Justiça suspende de novo revitalização na região da cracolândia	C9
29/01	Estado promove ação social na região da cracolândia	C3
30/01	Viciados fecham rua no centro de madrugada	C7
31/01	Ponto de tráfico fica ao lado de delegacia	C4
01/02	Em busca de usuária de droga, policiais usam spray de pimenta	C1
02/02	Polícia prende quase 200 na cracolândia, mas tráfico continua	C4
03/02	Governo estadual e prefeitura atrasam obras na cracolândia	C8
06/02	1/3 dos suspeitos de tráfico moram na rua	C4
08/02	Ela tentou salvá-los da cracolândia	C14
15/02	SP anuncia 700 leitos para tratar viciados em drogas	C4
17/02	Justiça de SP mantém o projeto Nova Luz	
22/02	De novo, Kassab vai a centro anticrack, mas não o inaugura	C9
01/03	Magistrado reclama de viciados na porta do TJ	C7
27/03	Prefeitura abre hoje centro para tratar viciados no centro	C10
28/03	Com atraso, Kassab inaugura centro de saúde para viciados	C9
27/04	Justiça dá a viciado direito de circular pela cracolândia	C6

28/04	Decisão judicial ameaça ação contra o crack, diz secretária	C9
30/04	Após 4 meses de ação policial, tráfico persiste na cracolândia	C1
30/04	Não há prazo para fim do tráfico, diz polícia	C3
21/05	Sem-teto racionais	C6
08/06	Liminar da Justiça impede venda de 45 quadras na região central	C8
13/06	Promotoria processa Estado e diz que PM falhou na cracolândia	C5
01/07	6 meses após o início de ação da polícia, cracolândia persiste	C6
01/07	Avaliação do trabalho no centro é positiva, diz governo do Estado	C7
28/07	Projeto integra picadeiro a prédio de vidro	C8
01/08	Juiz proíbe expulsar usuário da cracolândia	C9
02/08	Conselho dá aval à revitalização da Luz	C4
12/09	Guarda civil dispersa viciados e moradores de rua no centro de SP	C5
23/10	Ação na cracolândia de São Paulo teve 1.176 internações voluntárias	C4
16/12	Desapropriação na Nova Luz cabe à prefeitura, diz Haddad	C1

Fonte: *Folha de S. Paulo*

Apêndice B - Manchetes sobre a região da Luz, publicadas no caderno Cidades/Metrópole do jornal *O Estado de S. Paulo*, no período entre 2005 e 2012.

O Estado de S. Paulo		
2005		
Data	Manchete	Página
27/02	Desafio: recuperar a Cracolândia	C1
09/03	É a revitalização, diz Matarazzo	C4
10/03	Força-tarefa fecha 5 hotéis em megaoperação na Cracolândia	C1
10/03	'O segredo é fazer a revitalização', diz PM	C3
11/03	Após blitz, ação segue na Cracolândia	C5
12/03	Operação fecha 68% dos hotéis fiscalizados	C7
13/03	Acabar com a Cracolândia, a obsessão de Matarazzo	C3
15/03	Guarda-volumes de camelôs são fechados na Cracolândia	C6
16/03	Termina amanhã operação policial na Cracolândia	C5
18/03	Operação na Cracolândia chega ao fim	C4
19/03	Madrugada tranqüila na Cracolândia	C5
20/03	Cracolândia vista por empresários	C5
23/03	Marta terá de explicar o Reluz	C3
07/04	A Cracolândia limpa. Em volta...	C6
26/04	Prefeitura faz nova blitz no centro	C3
01/05	Blitz fecha 18 bares irregulares	C8
19/05	A Cracolândia andou umas quadras	C7
21/05	Proposta é disciplinar a revitalização	C3
06/06	O marco zero de uma nova Luz	C1
07/06	Projeto no centro causa bate-boca	C3
24/06	Faculdade ajuda na revitalização da região da Luz	C3
26/07	Serra estuda bônus para revitalizar Cracolândia	C3
10/09	Decreto prevê desapropriar imóveis na Cracolândia	C3
15/09	Prefeitura apresenta plano de incentivos para a Cracolândia	C3
16/09	Cracolândia pode virar pólo digital	C7
08/10	Matarazzo apresenta Projeto Nova Luz para empresários	C4
11/11	Quarteirão da Luz ganha rua de lazer no domingo	C9
18/11	Nova blitz lacra mais 3 hotéis na Cracolândia	C3
01/12	Cracolândia vai ter incentivos fiscais	C7
2006		
Data	Manchete	Página
01/01	Nova Luz ainda não rejuvenesceu	C4
01/01	Matarazzo admite: 'Não tenho experiência com viciados'	C4
14/01	Beirute é modelo para Cracolândia	C5
24/01	Centro ganhará em abril 38 câmeras	C3
25/01	Lojistas oferecem ajuda para vigilância no centro	C15
05/02	'Nova Luz', entre sonho e incerteza	C3
05/02	Degradação da Cracolândia é obstáculo a passeios	C4
15/02	Prefeitura quer mais verba para Cracolândia	C1
18/03	Preso novo chefão da Cracolândia	C6
23/03	Cracolândia: prazo para desapropriar	C8
24/03	Mais hotéis fechados na Cracolândia	C5
29/03	Cracolândia para estrangeiros	C4
01/04	Parceria pesou na decisão de Serra	C4
07/05	O que muda para nascer a Nova Luz	C4
07/05	'Querem derrubar isto daqui'	C5
26/05	Convênio vai ampliar ação social na Cracolândia	C11

03/07	Uma Nova Luz	C2
07/07	R\$ 559 mil para Nova Luz decolar	C6
30/08	Revitalização da Cracolândia só decola em janeiro	C10
17/12	Reurbanização emperra em SP	C1
2007		
Data	Manchete	Página
08/02	PM afasta 4 após espancamento na Cracolândia	C1
09/02	Cracolândia. Corregedoria prende mais 2 por agressão	C7
10/03	62 empresas querem ir para Nova Luz	C1
10/03	Projeto para jovens deixa a Cracolândia	
27/03	Refugiados de guerra são presos na Cracolândia	C5
30/03	Construtoras se unem para tornar a Cracolândia um bairro de classe média	C1
10/04	Pacote com BID prevê demolir prédio	C3
18/05	Kassab diz que avalia ampliar área do Nova Luz	C5
24/05	Em dia de trégua, mulher é baleada	
09/06	Nova Luz: plano de desapropriação fica pronto em 40 dias	C3
18/07	Sai edital de projetos na Nova Luz	C16
03/09	Prefeitura promete começa no mês que vem a demolir Cracolândia	C1
03/09	Região é símbolo de degradação	C1
10/09	Homem é morto em operação da PM	C7
15/09	Kassab admite demora no projeto da Cracolândia	C6
25/09	Sé identificará morador de rua	C3
20/10	Reforma na Cracolândia	C2
26/10	Começa demolição na Cracolândia	C8
27/10	Demolição e polêmica na estréia da Nova Luz	C3
27/10	Kassab já fala em ampliar Nova Luz	C10
27/10	SP divulga até croquis de prédios	C10
10/11	Prédios resistem na Cracolândia	C7
2008		
Data	Manchete	Página
25/03	Usuário pego na Cracolândia poderá ser internado	C4
27/03	Em 2 dias de operação, 3 foram presos por tráfico e roubo na Cracolândia	C7
21/05	Usuários de crack lotam Rua dos Gusmões e prejudicam comércio	C6
07/06	Cracolândia resiste à revitalização	C16
29/06	Mercúrio e S. Vito: degradação de pé	C1
30/07	Clássicos voltam à tela na Rua do Triunfo	C8
30/07	'Na Boca, fazia-se um filme em 15 dias'	C8
30/07	Ivaldo Bertazzo apóia a revitalização na Cracolândia e abre escola de dança	C8
07/08	Nova Luz só conta até agora com 2 empresas	C11
24/08	Há planos para revitalizar bairros inteiros da capital	C4
04/12	Corte vai atingir projetos de urbanização	C5
06/12	Urbanistas debatem soluções ao lado do crack	C12
31/12	Kassab deixa obras de R\$5 bi sem concluir	C1
2009		
Data	Manchete	Página
21/01	Polícia desmonta refinaria de cocaína em prédio do centro	C6
27/01	Prefeitura prevê para fevereiro ações para acelerar a Nova Luz	C1

18/02	Prefeitura fiscaliza alvarás na Santa Ifigênia	C5
23/02	Santa Ifigênia vai ganhar cara nova	C10
18/03	Contra Nova Luz, Santa Ifigênia fecha as portas	C5
25/03	Após pressão, Santa Ifigênia não será mais desapropriada	C6
31/03	Projeto Nova Luz retrocede na Câmara	C5
02/04	Concessão da Nova Luz é aprovada na Câmara	C4
04/04	Nova Luz terá mil moradias populares	C1
04/04	Em 20% da área, obras serão de interesse social	C3
12/04	Aluguel mais caro de SP é de cortiço	C1
12/04	Moradias vão de gruta a edifício premiado	C1
20/04	Nova Luz e concessão estão na pauta da semana	C1
23/04	Estrangeiros podem tocar Nova Luz	C1
23/04	Concessão urbanística dependerá da Câmara	C3
23/04	Lojas descaracterizam seminário	C10
24/04	Kassab quer criar QG na Luz	C4
28/04	AIB paga e Lerner projeta Nova Luz	C1
28/04	Empresários estimam gastos de R\$200 mi com desapropriações	C3
28/04	Mercado quer alterar zonas de interesse social	C3
08/05	Programa federal pode ser usado em concessão	C11
11/06	Obras da CDHU na Luz deve começar em 60 dias	C6
23/06	Moradores tentam afastar dependentes com água e pedra	C4
02/07	Prefeitura quer 8 mil morando na Nova Luz	C4
06/07	Polícia faz operação na Cracolândia	C4
07/07	Um dia depois, rotina do vício volta à cracolândia	C3
12/07	Cracolândia: 70% vêm da periferia, Grande SP e Baixada Santista	C1
12/07	'Circuitos da pedra' extrapolam Nova Luz	C3
21/07	Cracolândia 'abastece' todas as classes	C5
23/07	Saúde e Segurança divergiram	C3
24/07	Cracolândia: operação leva 12 para hospitais	C6
27/07	Tráfico usa cada vez mais meninas	C5
28/07	Arquitetos estrangeiros visitam a cracolândia	C5
29/07	Passeata percorre cracolândia	C5
06/08	Redesenho da Nova Luz custará até R\$12 milhões	C10
02/09	Cracolândia: 93% recusam atendimento	C3
05/10	Prefeitura mapeia imigrante na cracolândia	C1
29/10	Mercado imobiliário abandona Nova Luz	C1
29/10	Morar na Nova Luz custará até R\$170 mil	C3
29/10	Cracolândia segue bem visível	C4
19/11	Cracolândia: lote mais caro que Jardins	C1
01/12	Distorção da cracolândia será corrigida	C5
09/12	Nova Luz começa sem grifes e com briga	C5
20/12	R\$1,2 bi e 36 ações em 12 anos: e não se vê a cracolândia virar Nova Luz	C1
20/12	Após 37 mil abordagens, os desafios se mantêm	C3
2010		
Data	Manchete	Página
02/02	Tombamento no centro de SP é revisado	C3
07/02	'Fim' do crack é prometido há 10 anos	C4
26/02	Polícia prende 33 por tráfico na Luz	C8
26/02	'Nóias' chegam à base e agentes de saúde fogem	C8
05/05	Cracolândia é disputada por dois consórcios	C9

12/05	Americanos vão fazer o projeto da Nova Luz	C3
13/05	Prefeitura concede o 1º incentivo fiscal da área	C5
18/06	'Cracolândia parece os guetos de Londres'	C7
19/08	Quartirão abandonado do São Vito agora atrai drogados	C10
31/08	Demolição atrai 'nóias' no centro	C6
01/10	Recomeça na Luz demolição da antiga rodoviária	C5
26/10	Grupo usa relatos da cracolândia para criar dança	C10
14/11	SP ganha projetos de grifes da arquitetura	C7
18/11	Nova Luz: Rua Vitória vai virar 'Rambla'	C14
22/11	Nova Luz deve desapropriar 89 imóveis	C3
10/12	'Nunca vi Cracolândia tão sociável' diz expert	C6
18/12	Rio Branco vai ganhar prédios de 20 andares	C5
2011		
Data	Manchete	Página
14/01	Santa Ifigênia promete baixar as portas às 15h contra Nova Luz	C11
15/01	Protesto força cancelamento de audiência sobre a cracolândia	C10
29/01	Nova Luz: confusão em outra audiência	C7
09/04	Polícia prende 6, por tráfico na cracolândia	C7
13/04	Nova Luz: Kassab vai arcar com metade do custo	C9
26/04	Nova Luz e outras bandeiras da atual gestão vão ficar para o próximo prefeito	C3
27/04	Liminar da Justiça manda suspender Projeto Nova Luz	C4
30/04	Justiça cassa liminar que barrava Nova Luz	C7
01/05	Mais devastador que crack, oxi chega a SP	C6
11/05	992 pedras de oxi são achadas na cracolândia	C3
17/06	Nova Luz: dono pode propor obra	C3
21/06	SP busca solução jurídica para tirar viciado da cracolândia	C4
23/07	2 mil usuários frequentam a cracolândia	C5
30/07	'Internar é limpar área', diz promotor	C5
04/08	Kassab quer que Guarda Civil também recolha usuários de droga da cracolândia	C1
04/08	Droga leva só 12% das crianças à cracolândia	C4
12/08	Nova Luz: Prefeitura já admite pagar 1/3 da obra	C4
15/08	Por que SP não resolve o problema da cracolândia?	C5
17/08	Lojistas criam plano próprio para cracolândia	C3
29/09	Audiência da Nova Luz tem revista rigorosa	C4
07/11	Viciados em crack desviam tráfego e acampam em rua	C3
08/12	Extermínio na periferia criou cracolândia	C4
2012		
Data	Manchete	Página
04/01	PM ocupa a Cracolândia por um mês	C3
05/01	Governo quer acabar com cracolândia pela estratégia de 'dor e sofrimento'	C1
06/01	PM usa balas de borracha para dispersar usuários de drogas no centro	C3
07/01	Alckmin, Kassab e comando da PM não sabiam de início da ação na cracolândia	C1
08/01	'Só falta a PM ter de aguardar', diz Kassab	C3
09/01	PM escolta 'procissão do crack' no 1º fim de semana de ocupação do centro	C1
10/01	Plano do governo federal previa ação policial na cracolândia só em abril	C1

11/01	Promotoria abre inquérito para apurar ação na cracolândia; governo reage	C1
12/01	Região era último reduto livre para tráfico	C3
13/01	Seguranças do centro usam porretes para afastar quem sai da cracolândia	C1
14/01	PM volta a dispersar usuários no centro	C1
15/01	Cinco noites em um território de guerra	C1
16/01	50 crianças e jovens já saíram da cracolândia	C3
17/01	Diários da cracolândia: a operação no centro de SP sob três pontos de vista	C4
18/01	Prefeitura 'empareda' imóveis na cracolândia	C5
19/01	Prefeitura derruba seis imóveis na cracolândia	C3
20/01	Cracolândia terá posto ao trabalhador	C4
21/01	103 são presos por tráfico em 14 dias na cracolândia	C4
22/01	Luta contra crack sai por até R\$44 mil ao mês	C6
23/01	Casa histórica é demolida na cracolândia	C4
24/01	Prefeitura fecha bares na região da cracolândia	C5
25/01	Viciada fica sem ajuda na cracolândia	C7
28/01	Expulsos da cracolândia, usuários de drogas invadem linha de trem	C7
04/02	Mesmo sem barracos, famílias seguem na São João	C5
09/02	Casa demolida na cracolândia será reerguida	C7
26/02	Tribunal cassa limiares e libera Nova Luz	C4
28/02	Operação reduz em 14% crimes na área da cracolândia	C\$
29/02	Ação na cracolândia interna 5 usuários de droga por dia	C9
05/03	'Procissão do crack' migra para a Nova Luz	C4
28/03	Complexo abre 3 meses após ação anticrack	C4
01/04	O desafio do vício, 3 meses após ação na cracolândia	C8
22/04	Ônibus da Cristolândia resgata 114 viciados	C4
27/04	Cracolândia: TJ proíbe abordar usuário	
30/04	Novos abrigos ainda não têm estrutura	C6
03/05	Virada 'invade' as ruas da cracolândia	C8
06/05	Polícia para mais gente, mas não faz mais apreensões	C3
06/05	Viciados fazem 'procissão' perto de palcos	C8
03/06	Cracolândia: 72% dos moradores de rua dizem que vida não mudou com operação	C1
13/06	MP pede R\$40 mi por 'fracasso' na cracolândia	C3
29/06	Justiça cassa liminar contra projeto Nova Luz	C8
01/08	Justiça proíbe expulsão de viciados da cracolândia, mas PM diz que nada muda	C1
02/08	Nova Luz consegue licença ambiental	C6
21/08	Após 6 anos, local segue fechado	C4
24/08	Santa Ifigênia: protesto fechará lojas às 14h	C9
06/09	Ação da PM atrapalhou Saúde na cracolândia	C3
07/09	'Hoje não estou tão otimista como antes em relação à cracolândia	C5
27/09	Complexo Prates tem 75% de ociosidade nas vagas anticrack	C5
27/09	Pacientes aprovam centro de tratamento	C5
07/11	Haddad vai rever Nova Luz e 'congelar' Faria Lima	C7
14/12	Demolição libera centro cultural na cracolândia	C4
16/12	'Subprefeituras de SP vão ter mais poder, verba e autonomia	C1

Fonte: O Estado de S. Paulo

ANEXOS

Anexo A - Cracolândia resiste, agora em novo endereço. **Folha de S. Paulo**, 7 abr. 2005, C5.

FOLHA DE S. PAULO

COTIDIANO

quinta-feira, 7 de abril de 2005 C 5

REDUTO DO CRACK Usuários de droga evitam área policiada dia e noite e ocupam praça a três quarteirões de distância

Cracolândia resiste, agora em novo endereço

Garotos fumam crack durante a madrugada de ontem em frente à antiga rodoviária, na avenida Duque de Caxias, no centro de São Paulo

FERNANDA MENA
DA REPORTAGEM LOCAL

Há, em São Paulo, uma nova "cracolândia". Enquanto a região antes conhecida por esse nome encontra-se sitiada por cerca de 70 policiais que se revezam na ronda local diariamente, a três quarteirões dali, no escuro da praça Júlio Prestes, toda noite cintilam pequenas faíscas.

Faíscas que viram fogo, queimam pedrinhas brancas e produzem uma fumaça aspirada em cachimbos improvisados, que passam de mão em mão entre homens, mulheres e crianças.

A polícia chega. Os nódos (nome dado aos usuários de crack) fogem. A polícia sai. Os nódos voltam. E seguem assim madrugada adentro, numa espécie de brincadeira de gato e rato.

A Operação Limpa —ofensiva policial promovida no início de março pela administração de José Serra como instrumento de revitalização da região conhecida como "cracolândia"— apenas mudou de endereço o cenário degradado que pretendia combater.

A nova "cracolândia" de São Paulo se encerra entre a avenida Duque de Caxias, a alameda Gleite e as ruas Cleveland e Dino Bueno. A concentração de usuários de crack, que deram o apelido à região, migraram da rua General Couto de Magalhães para a praça Júlio Prestes. E ali permanecem, a menos de cem metros de uma das bases policiais instaladas na praça durante a operação.

"O bagulho ficou embaçado", dizia um usuário de 15 anos —e estatura de uma criança de dez—, enrolado em um cobertor.

Na madrugada de ontem, no bar localizado na esquina da praça Júlio Prestes com a avenida Duque de Caxias, o vai-e-vem de nódos era frenético. Gaminhavam de uma rua para outra atrás de trocados para comprar pedras.

Nessa esquina, dois travestis tiravam dos bolsos mãos cheias de moedas de R\$ 0,10 e R\$ 0,25. No total, haviam reunido pouco mais de R\$ 6. "Você troca pra gente?", perguntou um deles à reportagem da **Folha** —que passou a noite rondando a região. "Eles não aceitam moeda como pagamento. Moeda faz barulho nos bolsos e é mais difícil de esconder da polícia."

Pouco depois, uma nova abordagem. "Você compra prata?", perguntou um nód, exibindo, enterrado até a metade do dedo mindinho, um anel prateado.

Com a redução do número de prostitutas e de traficantes e o fechamento de hotéis, a circulação de dinheiro diminuiu na região. E os nódos se viram como podem.

"Fizeram essa palhaçada toda só para aparecer na TV. É tudo 171 [estelionato]. Fazem onda e, depois, colocam todo mundo de volta na rua", reclama Jazandir Gregório, 59, comerciante cercado pela "nova cracolândia". "Os pilantras saíram de lá e vieram todos para cá. Os nódos precisam de tratamento, não de polícia."

Na semana da Operação Limpa, 496 crianças foram encaminhadas para casas de acolhida. Uma semana depois, 414 já estavam de volta às ruas. O restante permaneceu no sistema.

Os comerciantes da antiga cracolândia, no entanto, comemoram a mudança. "Tudo ficou melhor aqui. A frequência, a limpeza, a segurança, tudo", diz o balconista Cláudio de Souza.

"Passo lá toda madrugada. As ruas estão limpas, o lixo está sendo retirado. Você não vê mais gente nas ruas fumando crack", comemora o subprefeito da Sé, Andréa Matuzazo. E quanto à nova cracolândia? "É o caos. Parece Bagdá dez minutos depois de os americanos terem passado por lá. Vamos começar a promover ações sociais para as prostitutas e usuários de drogas de lá", diz.

Ação só escondeu sujeira, diz ONG

DA REPORTAGEM LOCAL

Para especialistas em saúde, redução de danos e urbanismo, a Operação Limpa da Prefeitura de São Paulo fez apenas "varrer a sujeira para debaixo do tapete".

"Um projeto de revitalização exige planejamento e ações integradas com comerciantes, usuários, secretarias e sociedade civil organizada", diz Nalme Silva, presidente do E de Lei, organização que atua na "cracolândia" há cinco anos na perspectiva da redução de danos ao uso de drogas.

"Durante a operação, vimos muita porra e humilhação da população local. Não adianta dar tratamento compulsório aos usuários e abandoná-los. A prefeitura deveria ouvir os usuários e fazê-los participar do processo.

Aquilo é a casa deles, e não se faz a reforma em um prédio sem consultar seus moradores."

A própria prefeitura admite que não há vagas em serviços especializados em dependência química para todos da cracolândia.

"A droga se encaixa como uma luva para a situação de rua: promove uma sociabilidade de rua e faz com que as crianças dali fiquem anestesadas. Há ações mais eficazes que a truculência", aponta Auro Lescher, coordenador do Projeto Quixote, que trata de crianças de rua. "Nem polícia nem higienização funcionam para uma questão complexa como a 'cracolândia', onde o problema é social", diz Nádia Smedt, ex-presidente da Emurb e diretora de arquitetura da universidade Mackenzie. (F8)

NOVO MAPA DO CRACK

Menos de um mês depois da operação, grupos expulsos migraram para área a menos de três quarteirões da cracolândia, no centro

MUNDO ANIMAL Elefantes poderiam escapar, diz laudo do Ibama

Zoológico de Brasília é interditado por falta de segurança para público

DA SUPLENTE DE BRASÍLIA

O Zoológico de Brasília está interditado desde ontem por uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O TJ aceitou um pedido do Ministério Público, que moveu ação alegando falta de segurança para animais.

A ação tem base em um laudo do Ibama, que aponta, entre os problemas, risco de fuga de animais perigosos. Apesar de ser o autor da vistoria, o Ibama contesta a interdição. O gerente do zoológico no Distrito Federal, Francisco Pulhães, disse que o laudo é falso porque os técnicos se basearam em instruções normativas revogadas em 2002.

O risco de fuga, segundo o laudo, se dá nas áreas para elefantes e lobos-guará, onde há muralhas quebradas e os fossos foram considerados rasos.

(ANA FLOR)

Empréstimos para Aposentados e Pensionistas do INSS

- * Desconto em folha;
- * Taxas a partir de 1,75%;
- * Prazo em até 36 meses;
- * Sem consulta SPC - SERASA;
- * Atendimento em domicílio.

R. Líbero Badaró, 182
1º andar - Sobreloja
Tel: (11) 3115-0229
3105-5019
9784-7582

Emprestar
0800-709-6090

AES BRASIL 2005

www.aesbrasil.org

9ª Convenção Nacional da Sociedade de Engenharia de Áudio

11-13 . ABRIL . 2005

Convenção e Exposição dias 11 e 12 - 13h às 21h
dia 13 - 13h às 18h

3º Congresso Nacional de Áudio

Apresentação de trabalhos técnicos, palestras e workshops com palestrantes nacionais e estrangeiros.

PONTA DE ESTOQUE

Anexo C – Cracolândia vai a leilão em um só lote para virar novo bairro. **Folha de S. Paulo.** 19 maio 2007, C1.

cotidiano

FOLHA DE S. PAULO
MÃNICA POR MARTIN 2007 • C1

Telefone: (11) 3123-4567
Fax: (11) 3123-4568
E-mail: cotidiano@folha.com.br
Serviço de atendimento ao cliente
(0800) 11 3123-4569
Circulação: 100 mil exemplares
Criação: 1990

**INVASÃO NA USP
PM QUER REUNIÃO
COM ALUNOS
PARA NEGOCIAR
DESOCUPAÇÃO**

Pág. C1

**LEIA OUTRAS
NOTÍCIAS NO
CADERNO
COTIDIANO 2**

Cracolândia vai a leilão em um só lote para virar novo bairro

Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

Sacatistas dão que a decisão de fazer um só lote é porque grupos pretendem erguer um único empreendimento integrado na região

IVANILDO SIBELLI
REPRESENTANTE EXCLUSIVO
DA ODEBRECHT

Dois grupos empresariais disputam o direito de transformar a região da Cracolândia, no centro de São Paulo, em um novo bairro. De um lado está a construtora Odebrecht. Do outro, um pool de investidores capitaneado pela Company S.A., uma das maiores incorporadoras imobiliárias do país.

O que está em disputa é um dos 200 mil m² que será desapropriado pelo poder público, em um único lote, para que a empresa vencedora transforme a região degradada em um local atrativo para empresas da área de tecnologia e comércio eletrônico.

Inclusive dizem que não serão desapropriados — mas, graças a pedidos públicos, como o Procuatemp e o Corpo de

Bombeiros, o a tradicional rua Santa Helena, conhecida pelo comércio de produtos eletrônicos, a esplanada, que Santa Luz, como preferem a prefeitura, tem 200 mil m².

Uma lei de 2005, do então prefeito José Serra (PSDB), criou o benefício fiscal para as empresas que se localizarem

**INVESTIDOR
TEM DESCONTO
NO IPTU E NO ISS**

Para atrair empresas à Cracolândia, a prefeitura criou uma lei que concede incentivos fiscais a quem investir na região.

A lei prevê abatimento de 30% do IPTU e do ITBI quando na transferência de imóveis a partir do R\$ 500 mil. Também são concedidos os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, que representam metade do valor investido. Com essas certificações, a empresa pode pagar impostos municipais.

na região, com ênfase para os setores de informática e alta tecnologia, para "aproveitar a invasão da Santa Helena".

Na mesma época, um decreto definiu uma área de 100 mil m² dentro da região como possível de desapropriação. Nesta semana, um novo decreto legaliza os danos de beneficiar a área e desapropriação com o objetivo de facilitar a "entrega" da área para um único grupo construtor novo bairro.

O secretário das Infraestruturas, André Matarazzo, disse que a decisão de fazer um único lote de todo o lote foi tomada porque os grupos que procuraram o governo tinham interesse em toda a área, para fazer um único empreendimento completamente integrado.

A transformação da Cracolândia é, contudo, também "a realização dos sonhos" de Matarazzo. Sem se comprometer com prazos, o secretário pondera que, até o fim de 2008, os efeitos da crise econômica na região, há desapropriações dentro do tempo estabelecido.

LEI 11.000/05

República da Cracolândia, centro de SP, disputada por grupos empresariais para criação de novo bairro

+De 60 modelos de sofás

Senzza
O endereço do melhor contemporâneo.

Até 70% off

COURO ITALIANO E TECIDOS IMPORTADOS

CONJ. 2 e 3 LUG. 100% COURO LEGÍTIMO
POR R\$ 2.790,00
ou R\$ 1.558,00

Atleta sua decoração a Senzza

Av. Europa, 602 - Jardim - Tel: 11 3898-0037/0039
Entrega em todo o Brasil - Desapropriação para todo o Brasil - www.senzza.com.br

Cyrela no Panamby. Pronto em julho' 2007.

serviço/haycom/br/resul/bd/cidade/bascode_bf?cidade=uf=4&sp=on&all_words=&phrase="Novam Luz"&words=&without_words=&init_d=01%2F01%2F2007... 1/

Anexo D - Mesmo emperrado, projeto Nova Luz vai ser ampliado. **Folha de S. Paulo**, 17 jun. 2008, C8.

C8 cotidiano

TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2008

FOLHA DE S. PAULO

Mesmo emperrado, projeto Nova Luz vai ser ampliado

Apesar da lentidão das desapropriações de terrenos, área com incentivos fiscais na cracolândia ganhará mais 11 quadras

Kassab disse que enviará 'nos próximos dias' projeto de lei à Câmara; das 23 empresas que tiveram propostas aprovadas, só uma já se instalou no bairro

EVANDRO SPINELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Mesmo emperrado pela lentidão nos processos de desapropriação dos terrenos, o projeto Nova Luz, de revitalização da cracolândia, será ampliado pela Prefeitura de São Paulo.

O prefeito Gilberto Kassab (DEM), candidato à reeleição, confirmou que enviará, "nos próximos dias", um projeto de lei à Câmara propondo a ampliação da área onde a prefeitura concede incentivos fiscais para a instalação de empresas em um trecho da região central de São Paulo conhecido pelo consumo de drogas —principalmente crack— a céu aberto.

Uma lei aprovada em 2005 —na gestão do então prefeito, atual governador, José Serra (PSDB)— "devolve" até 80% do que as empresas gastarem na região para o pagamento de impostos municipais. Até 50% do

investimento também pode ser usado para o abatemento de impostos estaduais.

Até agora, 23 empresas já tiveram projetos aprovados para o investimento no bairro, mas apenas uma agência de publicidade efetivamente se instalou no local. As demais sofrem para adquirir áreas.

Atualmente, o benefício fiscal é válido em 23 quadras —um total de 269 mil m² de área. Mais 11 quadras serão incluídas na área de incentivos fiscais.

Pela proposta da Secretaria das Subprefeituras, entrarão na área do projeto Nova Luz trechos das ruas Guianases e Helvética e as praças Jilão Prestes e Princesa Isabel. O projeto de lei está sendo elaborado no gabinete do prefeito. Kassab dará a palavra final sobre a área a ser incluída no projeto.

Concessão

Para driblar a dificuldade de desapropriação dos terrenos, a prefeitura quer fazer a revitalização da área por um modelo ainda inédito no Brasil, chamado concessão urbanística.

Por ele, o Poder Público transfere a uma empresa (ou

grupo) o direito de fazer as desapropriações. A prefeitura acredita que a iniciativa privada tenha mais facilidade de negociação com os proprietários de forma a agilizar o processo.

A empresa que vencer a licitação receberá da prefeitura a autorização para desapropriar toda a área. Em troca, terá de fazer as obras que serão estabelecidas no edital da licitação.

A concessão urbanística precisa ser aprovada pela Câmara Municipal antes de ser implantada. A prefeitura também investirá na região: serão reformadas 16 ruas e áreas comerciais —inclusive a tradicional Santa Ifigênia e a avenida Duque de Caxias— a um custo de R\$ 15 milhões, sendo 85% bancados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Além disso, a GCM (Guarda Civil Metropolitana) deve se mudar para o bairro ainda neste mês —a nova sede ficará em um prédio desapropriado e reformado na rua General Couto de Magalhães. Também serão construídas a nova sede da Prodam e da Subprefeitura da Sé, mas a desapropriação dessas áreas ainda não foi concluída.

AMPLIAÇÃO DO NOVA LUZ

Área terá mais 11 quadras

Evandro de Freitas - 8.Jun.2008/Folha Imagem

Rua Helvética com a av. Rio Branco; trecho foi incluído no Nova Luz

ÁREA DO PRIMEIRO PLANO NOVA LUZ

AMPLIAÇÃO DO PROJETO

4 rodovias do Estado de SP vão receber 16 novos radares

DO "AGORA"

Cinco novos radares fotográficos fixos começam a operar a partir de julho nas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, que ligam a capital com Tatuapé (140 km de SP). Mais 11 radares devem funcionar no segundo semestre em outras duas rodovias: oito delas na Dom Pedro 1ª e três na Tamoios, de acordo com a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A).

Os primeiros equipamentos funcionarão ficarão na Ayrton Senna, que liga São Paulo a Guararema (Grande SP). Estão sendo instalados dois radares no km 53, para fiscalizar veículos que circulam em ambos os sentidos —capital e interior.

Já na Carvalho Pinto, outros três equipamentos estão em fase final de instalação. O primeiro ficará no km 67, em Guararema, no sentido interior. Outro, em São José dos Campos, ficará no km 87, sentido capital. O último, entre São José e Caçapava, vai fiscalizar veículos no sentido interior, no km 109.

Na Tamoios, três radares fixos serão instalados nos oito primeiros quilômetros, na altura de São José dos Campos. Os equipamentos visam coibir motoristas de dirigir em alta velocidade em trechos críticos e, consequentemente, evitar acidentes, diz a Dersa. Para o tenente Márcio Castro, do Comando de Policiamento Rodoviário do Estado, os radares têm como objetivo educar os motoristas e alertá-los para "pontos sensíveis" da rodovia.

PINACOTECA

Polícia procura ladrões de obras a partir de denúncia

DA REPORTAGEM LOCAL

A partir de denúncias anônimas feitas por telefone, a Polícia Civil começou a fazer ontem buscas pelos três homens que aparecem roubando quatro obras de arte em imagens gravadas pelo circuito interno da Estação Pinacoteca, extensão da Pinacoteca de São Paulo, na Luz (região central), na última quinta-feira.

De acordo com o delegado Adilson Marcondes, do Decic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado), nenhum suspeito foi preso até a conclusão desta edição.

"Estamos todos empenhados em diversas diligências que estão sendo feitas. Desde que divulgamos as imagens do roubo para a imprensa, as denúncias não param", disse. Se passando por visitantes, os criminosos, que aparecem nas imagens sem máscaras, roubaram os quadros "Mulheres na Janela" (1926), de Di Cavalcanti, "Casa" (1919), de Lasar Segall, "O Piano e Seu Modelo" (1963) e "Minotouro, Bebedor e Mulheres" (1933), ambos de Pablo Picasso.

A equipe que investiga o roubo da Estação Pinacoteca é a mesma que recuperou dois quadros furtados do Masp (Museu de

100 anos imigração japonesa

Alex Almeida/Folha Imagem

Monumento elaborado pela artista plástica Tomie Ohtake em homenagem ao centenário da imigração japonesa; obra foi instalada no aeroporto de Cumbica

foco

Aeroporto de Guarulhos ganha obra em forma de abraço de Tomie Ohtake

IAGO BOLIVAR
COLABORADOR PARA A FOLHA

A inauguração, ontem, de um monumento de aço com nove metros de altura e de um memorial de granito em ho-

aeroporto de Guarulhos. Instalados no gramado, eles vão fazer companhia aos outdoors da Toyota, Sony e Yamaha na avenida em frente —símbolos da economia japonesa, que atrai descendentes a fazer,

relação entre os dois países ao longo do século 20. A artista plástica Tomie Ohtake, 94, veio para o Brasil em 1936, em uma época de instabilidade econômica e política no Japão.

Convidada a fazer o monumento, ela escolheu a forma estilizada de um abraço. "É um abraço a todos que vão chegar a São Paulo de avião", disse.

O memorial de granito, localizado atrás da escultura, foi projetado por Mauro Okada, 34, e Angela Yogi, 26, netos de

rial veio de um monumento de Hiroshima, em homenagem às vítimas da bomba atômica.

O custo da construção do monumento de Tomie Ohtake —cerca de R\$ 350 mil— foi bancado por empresas.

Assistente da artista, o arquiteto Jorge Utsunomiya previa fazer a obra em seis meses, mas só teve dois, por falta de dinheiro. "Essa é a nossa parte brasileira, já né?", disse, rindo.

O memorial custou R\$ 120 mil, que foram pagos por 190

postas em círculo que formam o memorial.

Outra obra de Tomie Ohtake vai ser inaugurada em Santos, no litoral paulista, no dia 21, com a presença do príncipe herdeiro do Japão, Naruhito. Ele chega amanhã ao Brasil e será recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Naruhito e Lula lançarão uma moeda e um selo comemorativo dos cem

Anexo E – Lei emperra revitalização e ocupação na região central. **Folha de S. Paulo.**
19 abr. 2009, C1.

cotidiano

FOLHA DE S. PAULO

DIÁRIO DE 19 DE ABRIL DE 2009 • C1

Faltam leitos psiquiátricos em hospitais comuns, diz escritor **Pág. 42**

Lei emperra revitalização e ocupação na região central

Mercado reclama de excesso de exigências para liberar novos prédios residenciais

Preleta a cidade que se ocupa e se adapta de forma antiga e uma alternativa para atrair moradores de baixa renda para o centro

FRANCISCO DE PAULA
JORNALISTA

A revitalização do centro de São Paulo, projeto de longo prazo, precisa de mais agilidade do prefeito Gilberto Kassab (DEM) para não se perder. O prefeito, que sempre se orgulha de ser o primeiro a se ocupar do centro, precisa de mais agilidade para não se perder.

Segundo o especialista em planejamento urbano, a revitalização do centro depende de dois fatores: a agilidade do prefeito e a agilidade do mercado.

O prefeito Kassab, que sempre se orgulha de ser o primeiro a se ocupar do centro, precisa de mais agilidade para não se perder. O mercado, por outro lado, também precisa de mais agilidade para não se perder.

O problema é que o mercado não tem a agilidade necessária para se ocupar do centro. O mercado precisa de mais agilidade para não se perder.

Quando se encontra um terreno no centro, o primeiro problema é a falta de documentação. O terreno precisa ter a documentação necessária para ser ocupado.

Quando há um terreno livre de todos os problemas, o primeiro problema é a falta de documentação. O terreno precisa ter a documentação necessária para ser ocupado.

Tempo é fundamental, não só para ficar com o dinheiro parado. Quando não se ocupa o terreno, o dinheiro fica parado. Quando não se ocupa o terreno, o dinheiro fica parado.

Plano é principal bandeira do segundo mandato de Kassab

FRANCISCO DE PAULA
JORNALISTA

O prefeito Gilberto Kassab (DEM) quer que a revitalização do centro seja feita de forma rápida e eficiente. O prefeito quer que a revitalização do centro seja feita de forma rápida e eficiente.

do mesmo para ser aprovado.

"Projeto no centro é quase um exercício de sobrevivência. A legislação é muito complicada. Revitalizar o centro é um desafio. Revitalizar o centro é um desafio. Revitalizar o centro é um desafio."

O secretário municipal de Planejamento Urbano, Carlos Augusto Ribeiro, diz que o plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab. O plano é a principal bandeira do segundo mandato de Kassab.

Telefone: (11) 3211-1111 Fax: (11) 3211-1112
E-mail: cotidiano@folha.com.br
Site: www.folha.com.br/cotidiano

Vendo cinco prédios (de 2 a 30 andares) no centro em cinco anos

Ofertas imperdíveis.

Proteção e cuidado também.

Desodorante spray sem álcool
Rexona Original 150 ml

4,39 cada

Desodorante spray
Dove Intense Care 150 ml

7,39 cada

Desodorante spray
Rexona Original 150 ml

5,04 cada

Desodorante spray
Dove Intense Care 150 ml

8,49 cada

Desodorante spray
Rexona Original 150 ml

4,89 cada

Desodorante spray
Dove Intense Care 150 ml

9,90 cada

msd.cdc.gov/hw/index.asp?hwtopic=adobe%20acrobat&hl=en&id=/869m0n0l&worden=&drawen=News+us&worden=&alibou+worden=&nrlid+date01%2F01%2F2

Revitalização

NASA PARTNER COMPANY
A COMMITMENT TO EXCELLENCE

Dois grandes remanes-
centes do projeto arquitetô-
nico-urbanístico que reinven-
ta a casa em um uso de 45 qua-
drados de área construída.

Amarado por trêmores e sísmos barométricos, o geólogo Gilberto Kassab (PSD) torna-se incapaz de conseguir fazer o tempo a tilificação para escolher o sítio ideal para a construção que levaria a reconstrução.

O outro modo rápido de sucesso do atual meio-fio: o mercado imobiliário paulista está disposto a investir bilhões em um projeto concebido por urbanistas e arquitetos, obedecendo regras dadas de tamanho de calçadas, jardins e árvores, mas de usos nos edifícios, com várias aberturas para estabelecimentos comerciais.

Depois de vencer um concurso internacional convocado em 2009, o projeto preliminar desenvolvido por um time que reúne a Cia. City, a Fundação Getúlio Vargas, a Conesmat e o escritório americano Arcaum Arcaum foi entregue em julho deste ano.

Em setembro, começa a remaria de aprovações obrigatórias na prefeitura: CEL, Compesp e Cordephau (pele patrimonial histórico), licenciamento ambiental e, por último, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística.

Declarando, o projeto precisa entrar no posto do Condephat e espera licenciamento ambiental. O Conselho Municipal do Meio Ambiente já questionou a "ausência de programa de educação e conscientização das residências eletrônicas na rua Santa (Indústria) e o arredor".

6 PASSOS DA NOVA LUZ

triflicários da valorização é que temos que investir na reconstrução, o que minimiza o investimento público", diz o engenheiro Miguel Sacaluz, 56, secretário de Desenvolvimento Urbano da prefeitura, considerado o pai da teoria da Nova Era.

TERMINATIONS

Doutor em matemática pelo MIT, que estudou na Politécnica Federal de Kansas e atuou na administração pública como ex-vice-governador.

"A propiedade na Nova Luz é muito organizada, as propriedades pequenas, muitas delas com problemas de documentação, explica, para estes herdeiros. Ed Edilgard campos, engenheira e construtora da boia", diz Basileu.

"Com a concessão, despropriação das facilidades, e há permissão para se acrescentar 1 milhão de m² de apartamentos, comércio, serviços e recreio público."

Ma pediu José Serra (PS-DB), um pacote de incentivos para empresas que se instalarem na Nova Luz foi anunciado: 22 manifestaram interesse e só 2, de fato, mudaram-se para a região.

Ele nega enfaticamente associações que ligam o projeto imobiliário às ações policiais na região.

O problema do crack é de saúde, assistência social e combate ao crime, que são prioridades hoje. O projeto Nova Luz é uma mais.

Anexo I – Acabar com a Cracolândia, a obsessão de Matarazzo. O Estado de S. Paulo, 13 mar. 2005, C3.

CIDADES/METRÓPOLE
O ESTADO DE S. PAULO - DOMINGO, 13 DE MARÇO DE 2005

Acabar com a Cracolândia, a obsessão de Matarazzo

Subprefeito da Sé vê mudança radical e avisa: a cidade 'não é casa da mãe Joana'

OPERAÇÃO LIMPA

À 1 hora de sexta-feira, a convite do Estado, o subprefeito da Sé, André Matarazzo, responsável direto pela Operação Limpa, fez uma visita à base móvel da Polícia Militar, no coração da Cracolândia. Chegou elegante: Matarazzo estava vindo de um jantar.

Conversou com o tenente Catarina e com o capitão Abner, incomodou-se com um bebado insuportável que, desde cedo, atazanava os policiais. Não gostou da iluminação insuficiente, que prometeu melhorar, e arriscou um passeio curto pela Rua dos Protestantes. "Para o que vi antes, a mudança foi radical." Na entrevista, Matarazzo afirma que o fim da Cracolândia virou uma de suas obsessões. "São Paulo não é casa da mãe Joana, onde cada um faz o que quer", explicou o subprefeito.

Que balanço o senhor faz dos primeiros dias da Operação Limpa?

Já melhorou bem e estamos determinados a continuar. Acabar com a Cracolândia é o meu objetivo, a minha obsessão. Quero que ela troque de nome. Quero deixar de ver criança de 7, 8 anos, fumando crack, assaltando, passando droga. Não é fácil, mas dá para resolver. Não pode ter esse descumprimento da lei nas ruas do poder público e da sociedade o tempo inteiro. Nós temos instrumentos para agir e estamos agindo. O objetivo maior é asfixiar o tráfico, que é o gerador de tudo.

A operação acaba no dia 17. E depois?

A continuidade da operação, a solução efetiva, é o desenvolvimento da região, com investimentos imobiliários e a criação de universidades privadas. Tem gente honesta que trabalha e mora nessa região, que fica absolutamente insegura e prejudicada por essa situação de caos.

O que já há de concreto em relação a novos investimentos na região?

Já temos empreendedores imobiliários interessados em terrenos. O centro da cidade, entre a República e a Sé, tem cerca de 25 mil funcionários públicos trabalhando, o que é um mercado com potencial enorme para o setor imobiliário. Morar aqui passaria a ser um privilégio. É uma região bonita, arborizada, com muito verde, uma grande movimentação cultural e próxima de onde estão todas as secretarias municipais e estaduais.

Os prédios seriam derrubados ou desapropriados?

A forma não estamos estudando. Seria a aquisição de imóveis. Eu tenho levado muitos grupos de construtores que estão demonstrando interesse. Começam a olhar com outros olhos. Eu tenho com uma universidade, porque a região é um grande centro cultural e a universidade traz jovens, que trazem vitalidade.

Para onde está se transferindo a Cracolândia?

Ela sem dúvida se transferirá, como um vírus. Onde encontrar campo fértil, vai proliferar. Nós temos de ir atrás. A cidade não é casa da mãe Joana, onde cada um vem e faz o que quer, em qualquer lugar. O poder público tem de se fazer presente: manter a área em ordem e estimular a atividade econômica na região.

Mas já foi possível perceber para onde a Cracolândia está se deslocando?

Ainda não tenho isso mapeado. Mas a Baixada do Glicério é outro ponto complicadíssimo.

Quais são as outras ações de curto prazo que o senhor pretende realizar?

O próximo passo é a região do Mercado. Aquilo está horrível. É uma confusão à noite: caixote, caixa, caminhão, uma bagunça. Essa é a próxima área que nós vamos arrumar.

Essas operações não acabam colocando a poeira abaixo do tapete?

Não estamos botando a poeira abaixo do tapete, até porque nós temos consciência do problema e não estamos escondendo. Ao contrário, estamos disciplinando e combatendo. É diferente. Dizer que vai resolver, a curto prazo, seria muita pretensão. O problema é estrutural, sem dúvida. Mas nós estamos

combatendo, indo em cima.

O senhor não se sente como se estivesse enfiando gelo?

Não, porque eu vejo respostas da sociedade. As pessoas estão pedindo isso e é obrigação nossa. Na Cracolândia, você tinha o descumprimento da lei de ponta a ponta. Nossa obrigação é resolver. Para mim, é prioridade, porque é um foco de contaminação de todo o resto.

Qual é a diferença desse filme para os outros, que não deram certo?

A operação integrada, com destaque para a ação social. Quando terminarmos essa ação mais emergente, vamos manter a ação social, cuidando dos problemas sociais, e a polícia dando segurança, com as ruas limpas e bem iluminadas. Luiz Maklouf Carvalho, especial para o Estado

MATARAZZO: "As pessoas estão pedindo isso e é obrigação nossa"

Quarta é dia de colheita.

Toda quarta

ESTADÃO
É muito mais vida num jornal.

Para anunciar, ligue: (11) 3856-2052

Para assinar, ligue: Grande São Paulo: 3858-9000
Demais localidades: 0800 14 9000
www.assimilador.estadao.com.br

O ESTADO DE S. PAULO | QUARTA-FEIRA
20 DE OUTUBRO DE 2004 | NÚMERO 2.564

AGRÍCOLA

<p>Aprenda a plantar jaboticabeiras</p> <p>Um produtor paulista ensina a plantar jaboticabeiras. Aprenda a plantar jaboticabeiras. Aprenda a plantar jaboticabeiras. Aprenda a plantar jaboticabeiras.</p> <p>4 Pág. 15</p>	<p>Exportar: quer faturar R\$ 2 milhões</p> <p>Um produtor paulista quer faturar R\$ 2 milhões. Exportar: quer faturar R\$ 2 milhões. Exportar: quer faturar R\$ 2 milhões. Exportar: quer faturar R\$ 2 milhões.</p> <p>6 Pág. 16 e 18</p>	<p>Multinacional cobra mais royalties</p> <p>Uma multinacional cobra mais royalties. Multinacional cobra mais royalties. Multinacional cobra mais royalties. Multinacional cobra mais royalties.</p> <p>6 Pág. 4</p>
--	--	---

DOMINGO, 5 DE FEVEREIRO DE 2006 | CIDADES/METRÓPOLE | C3

NOVO CENTRO DE SÃO PAULO

'Nova Luz', entre sonho e incerteza

Solução radical para problema crônico, desapropriação cria esperanças, mas também aflige donos de imóveis

Lourival Sant'Anna

Raimundo Soares Matos chegou da Bahia em 8 de março de 1970. Começou como ajudante de cozinha. Cresceu com o milagre econômico. Hoje, é dono de vários imóveis na cidade de São Paulo. "Gosto de comprar coisas velhas." Seu favorito é um sobrado na esquina das Ruas do Triunfo e General Osório - no coração do que se convencion-

Em meio à paisagem ainda lúgubre, apesar das mudanças que vêm ocorrendo na área, o prédio de Raimundo, comprado em 1989, destaca-se dos outros pelo primor com que as paredes estão pintadas de amarelo, com detalhes brancos, assim como as 17 janelas venezianas, 2 portas-balcão e grades de ferro fundido vermelhas. As cores – e o desejo de restaurar e manter seu prédio bonito – saíram da cabeça dele.

"São Paulo merece; tem tanta beleza", elogia Raimundo. "A gente que veio de Xique-Xique - terra de Antônio Conselheiro -, quando vê uma sombra, fica alegre." Inicialmente, o prédio era uma hospedaria para sacoleiros, com 18 quartos, e um bar no térreo. A deterioração da Cracolândia levou Raimundo a fechar a pensão em 1995 e o bar em 2000. "Pensei em vender, mas você sabe, todo brasileiro não tem dinheiro

O bar e restaurante - que vive lotado - foi reaberto em 2003 e o andar de cima, alugado para

a Secretaria da Cultura do Estado, que instalou ali o Ateliê Amarello, para oficinas de pintura. "Estou animado com a Nova Luz", diz Raimundo, referindo-se à iniciativa de revitalização da área. "Vamos respeitar o trabalho que a Prefeitura e o Estado fizeram. Mas o pessoal não sai daí", completou, apontando para os viciados que perambulam pelo quadrilátero, ainda que em bem menor número.

O Ateliê Amarelo é um dos poucos colírios para os olhos de quem decide desbravar a "ex-Cracolândia". Não que todos os seus edifícios sejam feios. Ao

Idéia não é demolir tudo. 'Alguns prédios têm valor', diz Matarazzo

contrário. Eles estão apenas há décadas abandonados à ação do tempo e da fuligem. Ao ver aquilo sob sua responsabilidade, é impossível condenar a reação do subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, que antes despachava no Palazze Pamphili, sede da Embaixada do Brasil em Roma, de frente para a Piazza Novara: "Diamante."

Depois de lacrar hotéis destinados ao tráfico de drogas e à prostituição, fechar ferros-velhos que recebiam fios, cabos, tampas de bueiros e canos roubados, interditar cozinhas e lan-

destinas, prender bandidos e encaminhar viciados em drogas a instituições especializadas, em conjunto com órgãos do Estado, a Prefeitura prepara a desapropriação dos 150 mil m² da "ex-Cracolândia", que deve sair dentro de uma semana (ver mapa na página C4).

A ideia não é demolir tudo. "Alguns prédios têm valor", reconhece Matarazzo. A subprefeitura e a Secretaria de Serviços — que ele acumula — se transferirão da Avenida do Estado para dois quarteirões entre as Ruas dos Gusmões, Protestantes e Couto Magalhães, que virão abaixo para dar lugar a prédios modernos, embora não

destaques do conjunto.

A desapropriação — processo que deve levar um ano e meio — afilige proprietários que, paradoxalmente, começaram a investir na região justamente por causa das ações do poder público. O subprefeito admite que a questão o preocupa. Em suas frequentes visitas ao local, ele é abordado pelos comerciantes. "Gastel R\$ 400 mil aqui", diz Adair Pereira, dono de um posto na esquina da Gusmões com a Mauá. "Se for desapropriado, estou certo." Segundo Matarranz, todos os investimentos serão indenizados. A ideia é custear desapropriações com investimentos privados em edifícios comerciais e residenciais, atraídos por incentivos fiscais.

➤ **Mais informações:**
Págs. C4 e C5

DUAS FACES - Na Rua do Triunfo, a velha e a nova Cracolândia: Prefeitura vai desapropriar 150 mil m²

**Não é miragem.
Dois celulares
pelo preço de um.**

MOTOROLA
V172 e C115

AMBOS NO PLANO CONTA FIXA

10x
R\$ **16**,90
OU À VISTA R\$ 169,00

TIM

GANHE +40 min.
POR MÊS PARA FAZER
LIGAÇÕES LOCAIS
TIM/TIM E TIM/FIXO*.

MOTOROLA

Viver sem fronteiras

[illegible]

Anexo K - Prefeitura promete começar no mês que vem a demolir Cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, 03 set. 2007, p. C1.

URBANISMO

Prefeitura promete começar no mês que vem a demolir Cracolândia

Rebatizada de Nova Luz, região teve seus primeiros 50 imóveis desapropriados pelo poder público

Camilla Righi

A antiga Cracolândia, região rebatizada de Nova Luz, no centro de São Paulo, começa a ir ao chão no mês que vem. A Prefeitura prepara o pregão para demolir os 50 imóveis que já foram desapropriados.

"O projeto começa a tomar forma, porque são justamente os imóveis na área onde nós poderemos construir tanto a sede da Prodam (Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município) como a de uma secretaria ou da própria Subprefeitura (da Sé)", diz o secretário de Coordenação das Subprefeituras e subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo.

Os primeiros imóveis que já estão em posse da Prefeitura estão entre as Ruas General Couto de Magalhães, dos Protestantes e Mauá. A estimativa da Subprefeitura da Sé é de que existam 1.500 imóveis nos 270 mil metros quadrados de área decretada de utilidade pública.

A primeira idéia depois da desapropriação total é dividir tudo em lotes e leilão-los. Duas grandes construtoras já teriam manifestado interesse na área - a Odebrecht e um consórcio de empresas encabeçado pelo Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), que encomendou um projeto ao arquiteto Jaime Lerner, ex-governador do Paraná.

Segundo fontes do mercado imobiliário, a Odebrecht continua com grande interesse na região. Procurada pelo Estado, porém, a empresa não quis dar detalhes sobre seus planos para a Nova Luz. Já o Secovi não respondeu à solicitação de en-

Grupo de empresas encomendou projeto para a área a Jaime Lerner

trevista da reportagem.

"Claro que *(as empresas)* têm interesse", garante o secretário. "Se você olha qualquer um desses projetos, a hora em que tira os prédios degradados, a área é lindíssima. Está do lado do Parque da Luz, da Rua José Paulino, da Rua Aimorés — que vale 80% do que vale a *(Rua)* Oscar Freire. Além da Sala São Paulo e da Pinacoteca do Estado. Vai ficar um bairro lindíssimo. É questão de olhar para frente."

- As empresas, porém, preferem aguardar para começar a investir na região. A construtora Tecnisa informou que mantém o interesse na Nova Lota mas espera pelas novas ações da Prefeitura. Outras construtoras, como a Rossi e a Cyrela, também têm posições parecidas: enquanto as desapropriações dos imóveis não forem concluídas e não saírem as regras para divisões de lotes, não farão investimentos na área.
- Questionado sobre como deve estar a região ao final da gestão Kassab, em dezembro do próximo ano, Matrazzo é otimista: "Vou ver um município moderno, multifuncional, com empresas e muita moradia, ou pelo menos o começo disso. Com as nossas construções e alguns prédios ocupados." O secretário admitiu que a reconstrução total

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO

Nova Luz saindo do papel

Prefeitura tem posse de 50 imóveis na região e pretende começar a demolir ainda em outubro. O pregão já está sendo preparado. Não há estimativa de custos.

ESPAÇO - Empresários consideram que a Nova Luz é uma das poucas áreas do centro onde ainda é possível encontrar terrenos grandes

da área é um processo que d
levar de três a quatro anos.

PROBLEMAS

Para concretizar o sonho, o cartetário terá de tirar outras pedras do caminho. "Hoje é muita sujeira na Rua Helvécia entre a Dino Bueno e a Barão Piracicaba", reconhece. "É um pouco de lixo à noite na dos Protestantes, por causa dos carroceiros, além de alguns gados, mas não na quantidade que existia." Ele é categórico ao afirmar que a Nova Luz não está maravilhosa, "mas está não tão diferente do que era".

O plano de acabar com o estigma da Cracolândia de um lugar sujo e perigoso, conta Matarazzo, surgiu antes mesmo de José Serra (PSDB) ser eleito prefeito, no fim de 2004. "Foi em uma das nossas visitas a alguns pontos da cidade que tivemos a ideia." Em 2005, Serra, ainda à frente da Prefeitura, lançou um plano de incentivos fiscais a quem se mudasse para a região. Na época, 12 quadras foram declaradas de utilidade pública. Este ano, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) ampliou o perímetro de desapropriação para 23 quadras. ■

Região é símbolo de degradação

...A região conhecida como Cracolândia, no centro de São Paulo, tem 362 mil metros quadrados e é formada pelo quadrilátero das Ruas Mauá, General Couto de Magalhães e Avenidas Duque de Caxias, Cásper Libero, Ipiranga e Rio Branco. O local se tornou sinônimo do tráfico de drogas, exploração sexual e outras atividades ilícitas nos últimos 30 anos, no rastro do esvaziamento populacional e da desvalorização imo-

Nos últimos dois anos, órgãos da Prefeitura e da polícia têm realizado ações para coibir o crime na região.

Nos últimos dois anos, órgãos da Prefeitura e da polícia têm realizado ações para coibir o crime na região.

Até agora, incentivo fiscal não atraiu empresas

Apesar do otimismo do subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, na concretização do projeto da Nova Luz, nenhuma empresa tinha apresentado projeto para ser beneficiada pelos incentivos fiscais até o fim do mês passado. "Tivemos várias consultas. Acredito que até o final do prazo teremos os projetos", diz o secretário.

Na primeira consulta informal feita pela Prefeitura, no início do ano, 62 empresas dos ramos de tecnologia, telemarketing e construção civil manifestaram interesse pela área. Em 14 de julho, a Prefeitura publicou edital para abertura do processo de seleção de projetos para a área, com prazo de 60 dias. Mas tudo indica que será prorrogado por mais 30 dias.

"Para montarmos uma central de atendimento, fazemos um planejamento com dois anos de antecedência. Como não tínhamos ainda a notícia dessas desapropriações, nossa empresa não incluiu investimento na região da Nova Luz", conta Luiz Akubier, diretor de relações internacionais da Atento, uma das maiores no setor de call center no País. "Pode ser que algumas empresas ainda consigam colocar no orçamento do ano que vem, porque o que nós mais reivindicávamos era que as desapropriações ocorressem logo."

O superintendente de Negócios da TMS Cull Center, José Vasconcelos, acredita que, com o início das demolições, a iniciativa privada vai ficar mais confiante. "Nos fomos uma das primeiras empresas a se interessar pelo projeto. Às vezes não dá para aguardar, mas continuamos muito interessados", afirma. Segundo Vasconcelos, hoje é muito difícil encontrar espaços grandes na região central, por isso a Nova Luz é tão importante.

BENEFÍCIOS

O projeto que deve ser apresentado à Prefeitura para receber incentivos fiscais tem de possuir os seguintes dados: detalhamento do empreendimento, com possível endereço, descrição das atividades e perspectiva de geração de empregos. Quem tiver o projeto aprovado terá direito, por cinco anos, a redução de 50% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e no Imposto de Transferência de Bens Intervivos (ITBI), além de abatimento de até 60% no Imposto Sobre Serviços (ISS). ● C.B.

Anexo L – Cracolândia resiste À revitalização. O Estado de S. Paulo, 07 jun. 2008, C16.

C16 CIDADES/METRÓPOLE | SÁBADO, 7 DE JUNHO DE 2008
O ESTADO DE S. PAULO

SOCIEDADE

Cracolândia resiste à revitalização

Nova Luz transfere usuários de crack para outras ruas do centro; Prefeitura investe em assistência social

JORNAL DA TARDE

O projeto de demolir a Cracolândia e revitalizar o bairro da Luz, no centro de São Paulo, apenas empurrou um antigo problema para algumas quadras de distância. Após o início da demolição dos primeiros imóveis para o surgimento da Nova Luz, os velhos usuários de crack se espalharam pelas ruas e calçadas da Nova Cracolândia.

"Depois que tiraram (os usuários) de perto da (Estação da) Luz, eles vieram para cá (Nova Cracolândia). Antes, havia bem menos. Você via alguns passando na rua, mas eles não faziam ponto aqui", contou Manuel Alisson, dono de um depósito de bebidas na Rua Guaiunases. A migração ocorreu porque a Nova Luz prevê a reurbanização de mais de 200 mil metros quadrados entre as Avenidas Rio Branco, Duque de Caxias, Ipiranga e Cásper Líbero e a

Rua Mauá. Os imóveis degradados vão dar lugar a prédios públicos e particulares, que receberão incentivos fiscais.

FLAGRANTE - Garotos consomem a droga nas calçadas durante o dia

MADRUGADA - Usuários se espalham em grupos para fumar crack

Alisson confirmou que o movimento é intenso durante a madrugada, quando lojas estão com as portas fechadas. Conforme amanhece e os comerciantes abrem as portas dos estabelecimentos, os usuários de crack se dispersam, mas, mesmo durante o dia, é possível vê-los em grandes grupos na região, segundo o comerciante.

Na madrugada, usuários e traficantes de drogas aproveitam o pouco movimento para vender e usar os entorpecentes. Não havia polícia na região, apesar de o 3º Distrito Policial, na Santa Ifigênia, ficar a menos de 200 metros dali.

Segurança ajuda, mas, para o coronel Álvaro Camilo, comandante da Polícia Militar na região, antes de ser caso de polícia, a concentração de usuários de crack é problema social e de saúde. "A situação da polícia tem limites. Há muita dificuldade de continuidade de tratamento após a abordagem policial". Segundo ele, traficantes encontram público-alvo na população vulnerável de rua e dos cortiços - há cerca de 2 mil pessoas morando no centro.

Desde o começo do ano, a PM

registrou 7.567 abordagens, com 1.500 conduções a albergues, delegacias e prontos-socorros. O total de drogas apreendidas chega a 3 quilos. "Aqui não há tráficante grande, mas muitos que comercializam para alimentar o próprio vício", diz o coronel.

Questão de saúde pública, a Prefeitura vai instalar no centro oito AMAs com profissionais de psiquiatria e assistência social. "A Luz é uma região com depend-

Comerciantes relatam consumo de droga em diversos horários

tes químicos graves, o que exige o acompanhamento de profissionais regularmente", afirma o secretário municipal das Subprefeituras, Andrea Matarazzo. Para acelerar o processo de revitalização, a PM e assistentes sociais fazem rondas. "Não são todos que querem sair das ruas. No entanto, insistimos no trabalho lento e gradual". ■ ANDRESSA ZANABONI, ALINE NUNES e ELISA ESTRONIOLI

O pequeno príncipe.

BMW 120i. O compacto com tudo o que você quer de um BMW e uma taxa de 0,85% a.m.

Planos especiais: 24 de R\$ 3.279,00 ou 36 de R\$ 2.310,00*

Eurobike

A concessionária que mais vende de BMW.

Horários de Funcionamento: Segunda a sexta: 9h às 20h; Sábados: 9h às 18h; Domingos: 10h às 18h.

Av. Dr. Gesteira Vidigal, 1357 - São Paulo/SP - Tel.: 11 3063.7150 - www.eurobike.com.br

Pizza Hut com Estadão

Leitor do Estadão tem 50% de desconto no valor da pizza GIGANTE.

Sexta 06/06, Sábado 07/06 e Domingo 08/06. Recorte o cupom abaixo.

ESTADÃO AO
O JORNAL DE QUEM PENSAM

Para viagem, antecipe seu pedido pelo telefone.

4003-7488

VALE 50% DE DESCONTO

No ato do pedido, mencione esta promoção. Ao receber a pizza, entregue este cupom.

Esta promoção não é cumulativa com qualquer outra promoção existente, compra com cartão de estudante, Jovem Card ou Cartão Meus. Pizza Hut. Promoção válida para os dias 06, 07 e 08 de junho de 2008 para entrega em domicílio ou pedido para viagem feito pela central de atendimento mediante entrega deste cupom. Promoção válida nas branches de São Paulo Capital e Zona Ampla exceto Raposo Shopping. Local de entrega sujeito à confirmação. Consulte horário de atendimento, taxa e áreas de entrega pela central de atendimento 4003-7488. Válido para compra de uma pizza por cupom. WWW.PIZZAHUTSP.COM.BR

Anexo M – Cracolândia segue bem visível. O Estado de S. Paulo. 29 out. 2009, C4.

C4 | CIDADES/METRÓPOLE | 19 de outubro de 2009 | www.estado.com.br

URBANO

Cracolândia segue bem visível

Viciados circulam em grupos e são vistos deitados nas ruas, trocando cachimbos de crack

Uma das ruas da Cracolândia, em São Paulo, com pessoas deitados no chão e outros trocando cachimbos de crack.

Foto: J. J. J. J.

Quase três meses após o início da operação, conhecida como Operação Cracolândia, a situação na região da Cracolândia, no centro de São Paulo, Agências de notícias da base montada para servir de apoio aos agentes e aos policiais, no Largo do Carmo de Jesus, mostra a situação de desorganização e de falta de controle da operação. Quem está na rua vê pessoas deitados no chão, trocando cachimbos de crack, e outros trocando cachimbos de crack.

Na segunda-feira, por volta das 10 horas, houve um caso de homicídio, o primeiro registrado na operação. O crime ocorreu no Largo do Carmo de Jesus, no centro de São Paulo, onde um homem foi morto por outro. O crime ocorreu no Largo do Carmo de Jesus, no centro de São Paulo, onde um homem foi morto por outro.

Uma das ruas da Cracolândia, em São Paulo, com pessoas deitados no chão e outros trocando cachimbos de crack.

Foto: J. J. J. J.

TCM libera edital de concessão para Nova Luz

O TCM liberou o edital de concessão para a Nova Luz, uma empresa que vai operar a iluminação pública de São Paulo. O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A Nova Luz é uma empresa que vai operar a iluminação pública de São Paulo. O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A base de Kassab deixa de votar IPTU progressivo

A base de Kassab, formada por vereadores e deputados, decidiu não votar a favor do aumento do IPTU progressivo. A decisão foi tomada em uma reunião da base. A base de Kassab é formada por vereadores e deputados. A decisão foi tomada em uma reunião da base.

CRÔNICA DE SÃO PAULO

Pastel da Maria vende mais e vira 'atração turística'

Sucesso já preocupa com correntes

Sucesso e agitação. A pastelaria da Maria, no centro de São Paulo, está virando uma atração turística. O sucesso já preocupa com correntes.

Maria, uma doceira conhecida há décadas, abriu uma pastelaria no centro de São Paulo. A pastelaria está virando uma atração turística. O sucesso já preocupa com correntes.

Uma das ruas da Cracolândia, em São Paulo, com pessoas deitados no chão e outros trocando cachimbos de crack.

O sucesso da pastelaria da Maria já preocupa com correntes. O sucesso já preocupa com correntes.

A base de Kassab deixa de votar IPTU progressivo. A base de Kassab, formada por vereadores e deputados, decidiu não votar a favor do aumento do IPTU progressivo.

A base de Kassab deixa de votar IPTU progressivo. A base de Kassab, formada por vereadores e deputados, decidiu não votar a favor do aumento do IPTU progressivo.

Anexo N – Nova Luz: Rua Vitória vai virar “Rambla”. **O Estado de S. Paulo**, 18 nov. 2010, p. C14.

Nova Luz: Rua Vitória vai virar 'Rambla'

Projeto da Prefeitura para cracolândia prevê proibição de carros em algumas ruas para deixar mais espaço a pedestres e ciclistas

Vitor Hugo Brandalise

A Prefeitura de São Paulo quer diminuir a circulação de carros e levar pedestres e ciclistas às ruas da cracolândia, um dos símbolos da degradação do centro de São Paulo. O projeto preliminar de revitalização da área prevê estreitamento de ruas, criação de parque linear e ciclovias, além de atração de moradores à região. A solução para viciados em drogas e moradores de rua, porém, não faz parte do plano urbanístico apresentado ontem.

Desde 2005, a Prefeitura fala em revitalizar o perímetro formado pelas Avenidas São João, Ipiranga, Duque de Caxias, César Libero e Rua Mauá e transformá-lo em vitrine fora do País. Mas a região segue cheia de dependentes de crack, moradores de rua e imóveis vazios. Em junho, a Prefeitura contratou um consórcio por R\$ 12,4 milhões para criar plano de requalificação da região. Até abril de 2011, a administração prevê que o projeto fique pronto para licitação. O objetivo, segundo a Prefeitura, não é combater os usuários de drogas, mas apresentar "soluções urbanísticas" para a área.

A Rua Vitória será o eixo principal da Nova Luz, espécie de boulevard no qual está previsto calçamento arborizado de 800 metros na faixa central e circulação de veículos em uma ou duas faixas — no projeto, a via é comparada à principal Rambla de Barcelona, rua turística da cidade espanhola. Em toda a área, são 6 quilômetros de vias em que pedestres serão priorizados.

Cruzando com a Rua Vitória, a Avenida Rio Branco será diminuída, com duas faixas a menos para veículos e uma nova ciclovia. No canteiro central, seriam plantadas árvores de médio porte. Prédios ao longo da via deverão ter uso misto: enquanto o térreo pode abrigar restaurante ou café, por exemplo, os andares superiores podem ser ocupados por escritórios ou apartamentos residenciais.

Pelo plano, a Rua Timbiras também será diminuída e trans-

INTERVENÇÕES

formada em "parque linear", com área de calçamento arborizado com 20 metros de largura. No eixo formado pela Avenida Duque de Caxias e Rua Mauá, o plano é diminuir para três o número de faixas para veículos –hoje são seis– e criar ciclofaixa. "A prioridade vai ser o pedestre", disse o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bu-

Tecnologia. O projeto também prevê incentivos ao comércio, de acordo com a vocação das ruas. As lojas de produtos eletrônicos da Rua Santa Ifigênia, por exemplo, a credenciaram a ser

via principal do chamado "Centro de Tecnologia" da área, com escola técnica e empresas de tecnologia de informação instaladas no local. A Rua General Osório formaria o eixo do chamado "Centro de Mobilidade", com comércio de peças de motos e carros e eventos comerciais automobilísticos.

Também há inspiração no Brvant Park, em Nova York, para

criação de um parque no quarteirão entre a Rua Conselheiro Nébias e a Alameda Barão de Limeira, e no Parque da Victoria Manoel, em São Francisco (EUA), para criar praça na esquina das Ruas dos Andrades e dos Gusmões. O plano prevê ainda a construção de uma biblioteca e de 3 mil habitações de interesse social.

Análise: Kazuo Nakano

Plano tem de levar em conta problemas sociais da região

O projeto urbano para a antiga colônia precisa viabilizar o atendimento das necessidades habitacionais das famílias de baixa renda, as atividades da economia popular e as graves questões sociais no local. Não é simples fazer um projeto urbano que articule propostas que atendam às demandas dos grupos mais vulneráveis, efetivem direitos sociais, fortaleçam processos democráticos, melhorem as condições dos espaços físicos e gerem oportunidades econômicas e de empregos.

Contudo, é imprescindível incluir esses conteúdos sociais no programa porque no centro de São Paulo a pujança econômica e os patrimônios culturais convivem com usuários de drogas e profundas desigualdades sociais. Ademais, é necessário priorizar aquelas demandas sociais para que os investimentos e intervenções públicas não sejam excludentes e não se limitem ao redesenho de espaços públicos e implementação de novos edifícios com arquitetura de grife. É importante que esse projeto urbano evite a "espetacularização" da cidade voltada somente para a viabilização de negócios imobiliários,

O envolvimento de diversos grupos sociais na formulação de projetos urbanos pode se traduzir em equipamentos sociais inovadores e contribuir para sustentar as melhorias realizadas, manter as qualidades positivas e evitar a desertificação de espaços públicos e os ciclos de requalificação-redeterioração verificados, por exemplo, no Pelourinho, no centro de Salvador. A questão central é realizar um projeto urbano com direito à cidade.

ARQUITETO URBANISTA DO INSTITUTO POLIS

Orçamento Municipal 2011

**A Câmara de Vereadores
conta com a sua participação
para montar o orçamento
da nossa cidade.**

Compareça às audiências públicas
na Câmara Municipal de São Paulo.
Aqui a sua opinião vira solução.

Para investir melhor o dinheiro dos contribuintes, os vereadores de São Paulo querem ouvir a sua opinião. Traga ideias e sugestões para as audiências públicas que vão definir o Orçamento Municipal de 2011. Trabalhando juntos vamos fazer a diferença na educação, na saúde, no meio ambiente, nos transportes e na vida de todos os paulistanos.

Audiências públicas

Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar – Câmara Municipal de São Paulo

18 de novembro, das 9h às 13h – Iluminação pública, limpeza urbana, serviço funerário

19 de novembro, das 9h às 12h – Habitação, saneamento, infraestrutura e negócios jurídicos

14 de dezembro, das 9h às 11h – 2ª Audiência Pública Geral

Local: Auditório do IPREM - Av. Zaki Narchi, 536 - Santana
27 de novembro, das 10h às 12h - 4ª Regional Norte

Projeto não diz o que fazer com os 'noias'

O projeto preliminar de requalificação urbana da cracolândia, o primeiro apresentado pelo consórcio contratado por R\$ 12,4 milhões para elaborar plano para a área, não prevê nenhuma intervenção para resolver o problema de viciados em drogas e moradores de rua. Não está prevista construção de equipamentos de saúde, nem há menção ao problema social.

Na visão da Prefeitura, o projeto de revitalização é "urbanístico e para uma área específica" e o problema de moradores de rua e "viciados" é "questão maior, de todo o centro". "É uma questão importante para a gestão. Mas não está só na região que queremos revitalizar. Está em todo o centro e em outras áreas. O tratamento não pode esperar a Nova Luz", afirma o secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem. "A abordagem é de atendimento social e de saúde. Isso tem sido feito."

Para especialistas ouvidos pelo Estado, um projeto urbanístico deve considerar o contexto social. "É o maior problema da área, deveria estar previsto no edital algum enfrentamento", disse o urbanista Cândido Malta Campos Filho, da USP. "O problema se transfere ao bairro vizinho e, a médio prazo, volta para a área." Já para Marco Antônio de

Anexo P – Haddad vai rever Nova Luz e ‘congelar’ Faria Lima. O Estado de S. Paulo. 07 nov. 2017, C7.

10 DE NOVEMBRO DE 2017

GOVERNOS E POLÍTICA | Cidade e Metrópole | C7

Haddad vai rever Nova Luz e ‘congelar’ Faria Lima

Por **Diego Carneiro**
e **Renata Góes**

O prefeito eleito, Fernando Haddad (PT), vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

América: Tamo já disputando comando da Câmara

Os dois lados da moeda do PT no Brasil são os mesmos. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

O PT também tem o mesmo problema. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

América: Tamo já disputando comando da Câmara

Os dois lados da moeda do PT no Brasil são os mesmos. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

O PT também tem o mesmo problema. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

América: Tamo já disputando comando da Câmara

Os dois lados da moeda do PT no Brasil são os mesmos. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

O PT também tem o mesmo problema. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

América: Tamo já disputando comando da Câmara

Os dois lados da moeda do PT no Brasil são os mesmos. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

O PT também tem o mesmo problema. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação. A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo.

América: Tamo já disputando comando da Câmara

Os dois lados da moeda do PT no Brasil são os mesmos. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

A medida é uma das primeiras a serem tomadas pelo novo governo. Haddad vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

O PT também tem o mesmo problema. O partido está disputando o comando da Câmara e da Prefeitura de São Paulo.

Em abril, o prefeito eleito, Fernando Haddad (PT), vai avaliar as despesas que foram feitas no projeto de Nova Luz e congelar o preço da energia elétrica para evitar a inflação.

CASA BAHIA DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

- Laptop: Windows 8, até R\$ 149,90
- Smart TV: 42" HD, até R\$ 1.390,00
- Smartphone: Samsung Galaxy S7, até R\$ 139,00
- Smartphone: Philips, até R\$ 269,00
- Refrigerador: 443 litros, até R\$ 199,00
- Refrigerador: 600 litros, até R\$ 1.199,00
- Cozinha: 6 bocas, até R\$ 99,00
- Lava-louças: 12 kg, até R\$ 119,00

juro zero

Assistência técnica de produtos eletrônicos. casabahia.com.br telefone: 4003-2773

Oferta válida de 07/11/2017 a 07/12/2017. Os preços são válidos apenas para produtos em estoque. Não são válidos para produtos sob encomenda. Não são válidos para produtos sob encomenda. Não são válidos para produtos sob encomenda.

MEGA LIQUIDAÇÃO DESCONTOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS

ATÉ 80% DE DESCONTO

BRETON acima

OUTLET

Produtos: Sofá, Cama, Mesa, Armário, etc.